

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL**  
**DEPARTAMENTO PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

JOSUEL DE SOUZA FERREIRA

**FORMAÇÃO HUMANA E CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA: A CRISE**  
**NA EDUCAÇÃO E O COTIDIANO ESCOLAR À LUZ DAS**  
**REFLEXÕES DE HANNAH ARENDT**

**PARIS, FRANÇA**  
**2023**

JOSUEL DE SOUZA FERREIRA

**FORMAÇÃO HUMANA E CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA: A CRISE  
NA EDUCAÇÃO E O COTIDIANO ESCOLAR À LUZ DAS  
REFLEXÕES DE HANNAH ARENDT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação pelo Departamento de Pós-graduação e Pesquisa da Logos University International – Unilogos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Teoria e Prática na Formação de Professores

Orientador: Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz

**PARIS, FRANÇA  
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Dados fornecidos pelo (a) autor (a)

C837c

Ferreira, Josuel de Souza.

Formação Humana e Constituição da Docência: a crise na educação e cotidiano escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt / Josuel de Souza Ferreira. -- Paris, França: [s.n.], 2023.

132 p.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz.

Dissertação (Mestrado) -- Logos University International, Departamento de Pós-graduação e Pesquisa, Programa de Pós-graduação em Educação: Paris, FR, 2023.

1. Hannah Arendt. 2. Ensino Básico. 3. Cidadania. 4. Política. 5. Educação. I. Schütz, Jenerton Arlan. II. Logos University International. III. Título.

CDD: 370

Josuel de Souza Ferreira

**Formação Humana e Constituição da Docência: A Crise na Educação e o cotidiano Escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz - Presidente da Banca  
Logos University International (Unilogos)

---

Prof. Dr. Eduardo Fofonca, PhD  
Logos University International (Unilogos)

---

Profa. Dra. Sueli Pereira Donato  
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

---

Prof. Dr. Eduardo Fofonca, PhD  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz - Orientador  
Logos University International (Unilogos)

**PARIS - FR, 2023**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero externar toda a minha gratidão e agradecimento ao nosso grandioso Senhor Deus, Pai celestial e Criador onipotente e magnífico de toda a criação existente, que criou os céus e a terra com toda a sua majestade e esplendor, e que tem mantido e sustentado tudo o que há desde o início dos tempos com toda a sua bondade e misericórdia divinas. Que Seu nome seja glorificado e engrandecido para sempre, pois é Ele quem nos guia e protege em todos os momentos da nossa vida.

Em segundo lugar, expresso a minha profunda gratidão a uma pessoa que me ajudou a concluir este Mestrado em Educação, que foi o meu orientador, o Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz, por sua valiosa orientação, incentivo constante e apoio incansável durante todo o processo. Suas contribuições científicas e sua orientação metodológica foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Wanderson Santos de Farias, por sua ajuda incansável e por proporcionar uma visão ampla e inovadora sobre meu pré-projeto de pesquisa. Não posso deixar de mencionar o Prof. Dr. Gabriel César Dias Lopes, presidente da Logos University International - LUI, pelo incentivo. Agradeço também ao Coordenador do PPGE, o Prof. Dr. Eduardo Fofonca, por seu apoio.

Em quarto lugar, não posso deixar de agradecer a todos os professores que estiveram envolvidos de alguma forma neste processo de formação, em especial à Profa. Dra. Pollyanna C. Pereira Lopes (DhC). Seu conhecimento e habilidades foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico. Quero expressar minha gratidão a minha família e amigos próximos que foram fundamentais para me manter motivado e me apoiar incondicionalmente durante todo o processo. Obrigado por sua paciência, compreensão e por sempre acreditarem em mim.

Enfim, agradeço a todos os colegas de mestrado que permaneceram em minha jornada acadêmica tão enriquecedora e divertida. Suas contribuições para meu crescimento acadêmico e pessoal serão sempre lembradas. Este mestrado foi uma jornada incrível e sou imensamente grata por todas as oportunidades e experiências que tive. Agradeço a todos por sua ajuda e apoio incondicional.

A dedicação e agradecimento a Deus Pai todo Poderoso criador do Céu e da Terra por todas as bênçãos e oportunidades que Ele (Deus) me proporcionou várias coisas, entre elas a minha formação. Deus é a minha rocha, meu escudo, minha força, minha perseverança e minha orientação é o que me guia em todas as minhas jornadas. Assim, "Ele" me deu a vida, o amor e a esperança e por isso agradeço sempre.

Desde já, agradeço a Deus e a seu filho Jesus por me dar a saúde e a capacidade de trabalhar afincado, por me dar a mente e o coração para alcançar meus objetivos. Agradeço-lhe por me dar a família, os amigos e os colegas que me amam e me apoiam, e por me dar a sabedoria para saber reconhecer e valorizar essas bênçãos.

Agradeço a Deus por me guiar em minhas escolhas e por me dar a coragem de enfrentar os desafios e superar as dificuldades que não foram poucas. Ele me deu a fé para acreditar que tudo é possível, e a força para continuar lutando, mesmo quando tudo parece perdido.

Deus, eu agradeço por tudo o que você tem feito por mim e por tudo o que você ainda fará. Eu sei que você sempre estará comigo, me guiando e me protegendo, e por isso eu nunca terei medo de seguir. Eu confio em você, agradeço por tudo e louvo seu santo nome. Amém.

“A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição desse saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico que vivemos. E ao saber teórico dessa influência teríamos que juntar o saber teórico prático da realidade concreta em que os professores trabalham” (Paulo Freire, 2021).

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças, o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum” (Hannah Arendt, 2022).

## RESUMO

Esta dissertação parte da necessidade de compreender o processo da formação humana e a imprescindibilidade da docência para a educação e potencialização do alargamento dos horizontes compreensivos das novas gerações. O problema de pesquisa é: como o pensamento de Hannah Arendt pode influenciar a formação humana e a constituição da docência nos contextos contemporâneos da educação escolar? O objetivo geral é analisar a importância da formação humana e da docência à luz da visão de Hannah Arendt, a fim de compreender a necessidade de uma formação ampla e crítica e o papel da docência na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade. A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa (PRODANOV; FREITE, 2013) e de revisão bibliográfica baseada nas obras de Hannah Arendt (2020, 2022) e alguns comentadores (ALMEIDA, 2011; CARVALHO, 2014, 2017; SCHÜTZ, 2017, 2020), além do diálogo constante com as obras de Paulo Freire (2021a) no intuito de destacar a importância do ensino no desenvolvimento do pensamento crítico, da ação política e na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária. A relevância da dissertação está no fato desta abordar uma questão fundamental e basilar na área da educação e da formação humana. Nesse contexto, a formação humana e educação é a relação entre professor e aluno na busca pela formação de indivíduos críticos, reflexivos e autônomos dentro da própria sociedade. Portanto, é preciso pensar seriamente sobre os processos formativos e a constituição da docência para a formação das novas gerações e os rumos da própria constituição do mundo humano comum e a necessidade de sua continuidade. A pesquisa evidenciou que a formação humana e a constituição da docência, com base na perspectiva teórica de Hannah Arendt, são um meio essencial para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade, além de destacar para a necessidade de uma formação ampla e crítica, que permite aos recém-chegados o desenvolvimento da capacidade de pensar de forma autônoma. Outrossim, destaca-se o papel crucial dos professores na promoção dessa formação, uma vez que fica evidente que a compreensão da importância da formação humana e da docência é fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, capaz de lidar de maneira responsável e consciente com os desafios e dilemas contemporâneos.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt. Formação Humana. Docência. Educação. Política.

## ABSTRACT

This dissertation stems from the need to understand the process of human formation and the indispensability of teaching for the education and potential widening of the comprehensive horizons of new generations. The research problem is: how can Hannah Arendt's thought influence human formation and the constitution of teaching in contemporary contexts of school education? The general objective is to analyze the importance of human formation and teaching in light of Hannah Arendt's vision, in order to understand the need for broad and critical formation and the role of teaching in shaping conscious citizens committed to society. The methodology consists of qualitative research (PRODANOV; FREITE, 2013) and literature review based on the works of Hannah Arendt (2020, 2022) and some commentators (ALMEIDA, 2011; CARVALHO, 2014, 2017; SCHÜTZ, 2017, 2020), in addition to a constant dialogue with the works of Paulo Freire (2021a) with the purpose of highlighting the importance of teaching in the development of critical thinking, political action, and the shaping of conscious citizens committed to building a fair and egalitarian society. The relevance of the dissertation lies in the fact that it addresses a fundamental and foundational question in the area of education and human formation. In this context, human formation and education is the relationship between teacher and student in the pursuit of forming critical, reflective, and autonomous individuals within their own society. Therefore, it is necessary to seriously think about formative processes and the constitution of teaching for the formation of new generations and the direction of the very constitution of the common human world and the need for its continuity. The research highlighted that human formation and the constitution of teaching, based on Hannah Arendt's theoretical perspective, are an essential means for shaping conscious citizens committed to society, in addition to highlighting the need for a broad and critical formation that allows newcomers to develop the ability to think autonomously. Moreover, the crucial role of teachers in promoting this formation is emphasized, as it becomes clear that understanding the importance of human formation and teaching is fundamental for building a more democratic society, capable of dealing responsibly and consciously with contemporary challenges and dilemmas.

**Keywords:** Hannah Arendt. Human Formation. Teaching. Education. Politics.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Justificativa .....	14
1.2 Problema de Pesquisa.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>18</b>
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
2.1 Técnica de pesquisa .....	18
2.2 Levantamento Bibliográfico Preliminar.....	22
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>26</b>
<b>3 A CRISE NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
3.1 Pressupostos da Crise.....	37
3.2 Educação e Política: um diálogo entre Hannah Arendt e Paulo Freire .....	46
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>57</b>
<b>4 DOCÊNCIA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>57</b>
4.1 A Constituição da Docência.....	66
4.2 Autoridade Docente .....	71
4.2.1 Educação e Liberdade Docente.....	76
4.2.2 Educação e Autonomia Docente .....	84
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>92</b>
<b>5 FORMAÇÃO DOCENTE .....</b>	<b>92</b>
5.1 Por que Educamos? .....	99
5.2 Por que Precisamos de Professores?.....	107
5.2.1 Desafios Enfrentados pelos Professores .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe uma análise aprofundada das complexidades inerentes à formação humana e à construção da prática docente. Ela investiga minuciosamente elementos de extrema proteção não somente no contexto da crise no sistema educacional, mas também nas dinâmicas que moldam o ambiente escolar em uma sociedade de viés capitalista. Enraizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da prestigiada instituição Logos University International (Unilogos), esta pesquisa encontra sua base sólida na linha de pesquisa acadêmica denominada “Teoria e Prática na Formação de Professores”, a qual constitui o alicerce central desta empreitada acadêmica na sociedade atual. Nesse campo, a pesquisa busca não apenas compreender essas questões complexas, mas também oferecer insights e perspectivas que podem contribuir para uma abordagem mais eficaz na formação de professores e na melhoria do ambiente educacional em face desses desafios.

Nesse sentido, a pesquisa propõe um estudo sobre o tema: “Formação Humana e Constituição da Docência: a crise na educação e o cotidiano escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt”. Parte-se da necessidade de se compreender o processo da formação humana e a imprescindibilidade da docência para a educação e potencialização do alargamento dos horizontes das novas gerações. É importante destacar que o processo de formação humana, é um elemento crucial na construção do indivíduo e da sociedade pós-moderna. A docência é uma atividade de extrema importância, já que é por meio dela que se torna possível a educação e potencialização dos horizontes das novas gerações.

Contudo, tem-se notado que, nos últimos anos, a formação docente tem sido marcada por cursos de curta duração, ou seja, por uma formação aligeirada do professor, o que tem, a nosso ver, consequências caras para a educação. Outrossim, a educação pública também tem sido foco de “investimentos” de grandes empresas, o que tem também reconfigurado a própria estruturação e organização dos processos de ensino. É necessário, portanto, estar atento a essas transformações e lutar por uma educação pública de qualidade e comprometida com a formação integral dos indivíduos.

Nesse contexto, opta-se por dialogar com a pensadora alemã Hannah Arendt. A autora tem escritos sobre política, condição humana e aborda a educação de maneira contundente e atual. Para ela, a formação humana é o processo de desenvolvimento da

personalidade e da consciência da individualidade de uma pessoa. Isso inclui a aquisição de conhecimentos, competências, habilidades e valores necessários que permitem ao indivíduo agir de forma autônoma e responsável naqueles espaços onde a sua vida se decide. Nessa perspectiva, a educação como processo de formação humana é essencial para aquisição desses saberes, para a continuidade e aprofundamento do próprio mundo humano. Dessa forma, a educação se torna uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e autônoma.

Em relação à docência, Arendt acreditava que o papel do educador é o de criar um espaço para o diálogo e a reflexão, a fim de desenvolver a capacidade crítica dos alunos e ajudá-los a formular suas próprias opiniões e ideias. Ela também destacou a importância de se ensinar aos alunos aspectos condizentes à ação e participação política, a fim de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária. Para Arendt, a formação humana e a docência têm por objetivo preparar as pessoas para uma vida plena e significativa, bem como para a participação ativa nos espaços públicos. Assim, a educação é vista como uma ferramenta fundamental para a realização da liberdade e da justiça social.

De acordo com Hannah Arendt (2022), a formação humana e a docência estão relacionadas também ao conceito de autoridade. A autoridade, segundo a autora, não deve ser vista apenas como um mero obedecer, mas como um poder exercido sobre uma pessoa sem seguir à violência, ou seja, que se constitui por consentimento. Pois a autoridade, de forma genérica, tem a ver com a responsabilidade, sempre dupla, do professor: pelo mundo e pelas crianças. Dessa forma, Hannah Arendt (2022) cita que a autoridade e os conceitos tradicionais devem ser preservados, mas não devem ter um poder absoluto sobre as mentes dos indivíduos. É preciso equilibrar a preservação dos valores tradicionais com a autoridade, a liberdade e autonomia individual, o que é um grande desafio para a educação das novas gerações. Sendo assim, a compreensão da liberdade humana e da formação individual é fundamental para se ter uma educação ministrante transformadora e significativa.

Hannah Arendt (2022) afirma que a autoridade não poderia perder o significado, bem como os conceitos tradicionais que perderam o seu poder sobre as mentes dos indivíduos. Os conceitos de autoridade, liberdade e autonomia são processos que vêm ao

encontro do homem por causa da sua história. Nessa perspectiva, a história é construída por cada ser humano e o sentido da vida está na historicidade a que cada um carrega.

Desse modo, o professor não é apenas um apresentador do mundo, mas também representa ele diante dos recém-chegados<sup>1</sup>. Como representante do mundo, sua tarefa é protegê-lo e conservá-lo, mostrando aos mais novos a sua relevância. Ademais, para a autora, suas qualificações consistem em seu conhecimento, sua autoridade frente aos recém-chegados reside nesse seu ofício de representante que o autoriza a introduzi-los neste lugar. A autoridade, nesse sentido, é vista como algo construído a partir do reconhecimento do conhecimento e habilidades desses recém-chegados.

Ademais, o que se propõe com esta dissertação é pensar os pressupostos básicos da exigência da educabilidade, afinal, por que educamos as novas gerações? Além disso, pensar também a importância da constituição docente para a formação destas gerações, afinal, o que faz um professor ser professor? Estas são algumas indagações que orientam este estudo, na tentativa de provocar algum discernimento em torno da temática da formação humana e docência à luz do pensamento de Hannah Arendt.

Não obstante, a dissertação está organizada da seguinte forma: a introdução estabelece o ponto de partida da pesquisa, apresentando a justificativa que motiva a investigação, a saber, das complexidades intrínsecas à formação humana e à prática docente. O problema de pesquisa, central para a investigação, é detalhadamente discutido, contextualizando a relevância das indagações que a dissertação pretende abordar. Além disso, delinea os objetivos que norteiam o estudo, divididos em um objetivo geral e objetivos específicos que direcionam o percurso da pesquisa.

No primeiro capítulo, a metodologia de pesquisa é minuciosamente explicada. Dentro desse contexto, as técnicas empregadas para a coleta das principais informações muito mais detalhadas, permitindo ao leitor compreender como a pesquisa foi conduzida. Além disso, é feita uma análise da pesquisa bibliográfica, explorando as contribuições existentes na literatura sobre o tema em questão. Isso proporciona uma base sólida para a construção dos argumentos subsequentes.

O segundo capítulo trata da crise na educação, explorando os pressupostos que a sustentam. Os desafios e dilemas enfrentados pelo sistema educacional são examinados em profundidade, destacando as questões políticas que permeiam a educação. Esse

---

<sup>1</sup> Conceito cunhado por Hannah Arendt (2013).

capítulo busca fornecer uma compreensão abrangente do contexto no qual a prática docente e a formação de professores estão inseridas.

No terceiro capítulo, a atenção se volta para a docência e educação. Nesse mesmo olhar, a constituição do papel do docente é examinada em seus aspectos fundamentais, e a autoridade docente é explorada em detalhes. São abordados temas como a relação entre educação, liberdade docente e autonomia, proporcionando uma visão ampla das dinâmicas que influenciam a prática do ensino.

O quarto capítulo concentra-se na formação docente, investigando as razões subjacentes à educação e à necessidade de professores qualificados. Questões que permeiam a formação de professores são abordadas, e os desafios enfrentados por esses profissionais são examinados em profundidade. Esse capítulo fornece insights valiosos sobre a importância da formação adequada para uma prática docente eficaz.

Nas considerações finais, os principais achados provenientes das análises realizadas nos capítulos anteriores são resumidos e integrados. Nesse mesmo capítulo, essa seção oferece uma síntese das conclusões tiradas da pesquisa, destacando sua relevância e contribuições para o campo educacional. Enfim, a seção de referências apresenta uma lista completa de todas as fontes bibliográficas utilizadas ao longo da dissertação. Isso permite aos leitores acessarem as fontes mencionadas e aprofundar ainda mais seu entendimento sobre o assunto central abordado na pesquisa, a Formação Humana e Constituição da Docência à luz da pensadora Hannah Arendt.

## **1.1 Justificativa**

No mundo contemporâneo, abordar o tema “Formação Humana e Constituição da Docência: a crise na educação e o cotidiano escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt” é relevante porque trata de uma questão fundamental na área da educação escolar e da especificidade da formação humana. Nesse contexto, a formação humana e educação é a relação entre professor e aluno na busca pela formação de indivíduos críticos, reflexivos e autônomos dentro da própria sociedade. Com isso, Hannah Arendt, pensadora política do século XX, desenvolveu uma visão peculiar sobre a educação e a formação humana na contemporaneidade.

Sabido disso, a formação humana e a constituição da docência encontram-se com a educação, para que passam a enfatizar a importância do diálogo, da pluralidade e da liberdade para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Nesse contexto, a escolha do tema “Formação Humana e Constituição da Docência” resultou de um interesse crescente na área da educação e na compreensão dos desafios que ela enfrenta atualmente. A partir das discussões e debates sobre as questões educacionais, tornou-se evidente considerar que há uma crise complexa e multifacetada na educação, afetando tanto a formação dos indivíduos quanto a prática docente.

Enquanto pesquisador nesta temática, minha relação é a de um investigador interessado em explorar as implicações das reflexões de Arendt para o contexto educacional contemporâneo. A pesquisa busca ir além da mera descrição da crise na educação, procurando identificar as maneiras pelas quais os conceitos arendtianos podem fornecer insights para lidar com essa crise. A intenção é examinar como a formação de educadores pode ser repensada para promover a formação integral dos alunos, capacitando-os a se tornarem cidadãos engajados e pensadores autônomos.

Nesse mesmo caminho, ao refletir-se sobre a relação entre docência e formação humana a partir da perspectiva de Hannah Arendt, é possível explorar questões como a formação do pensamento crítico, a construção da identidade, a importância da autoridade, da liberdade, da autonomia e do diálogo na educação, entre outras. Além disso, a reflexão sobre esse tema pode contribuir para repensar a prática educativa, a formação dos professores e a estruturação do sistema educacional como um todo, buscando promover uma educação que valorize a formação integral dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais democrática.

Nesse viés, a contribuição acadêmica da pesquisa reside na aplicação e expansão das ideias de Hannah Arendt para a educação, promovendo um diálogo interdisciplinar entre a filosofia, a pedagogia e as ciências sociais, visando uma educação mais igualitária, justa e democrática. Nesse contexto, ao trazer essa abordagem para o campo educacional, pretende-se enriquecer as teorias e práticas educacionais existentes com o propósito de construir uma sociedade com o viés humanístico.

Em termos pessoais, a pesquisa oferece a oportunidade de mergulhar em ideias complexas e relevantes, ampliando minha compreensão tanto da pensadora Hannah Arendt quanto das questões educacionais. Além disso, a pesquisa pode influenciar minha

visão sobre a importância da educação como ferramenta de transformação social. Do ponto de vista social, a pesquisa busca oferecer um alicerce teórico e prático para repensar a educação e o papel dos educadores, visando enfrentar os desafios atuais. Ao promover a formação de cidadãos críticos e ativos, a pesquisa aspira a contribuir para a construção de uma sociedade mais participativa, informada e engajada.

Portanto, a formação humana e constituição da docência estão entrelaçadas entre os conceitos de autoridade, de liberdade e de autonomia no âmbito educacional, e que podem levar os sujeitos às reflexões mais potentes e, ao mesmo tempo, alargar os horizontes compreensivos e interpretativos acerca dos processos que exigem a responsabilidade adulta face os novos. Suspeita-se, com Arendt, que a crise na educação ocorre devido à falta de autoridade e responsabilidade das gerações adultas para com os novos - o que perpassa inúmeros fatores e motivos.

Enfim, é preciso pensar seriamente sobre os processos formativos e a constituição da docência para a formação das novas gerações e os rumos da própria constituição do mundo humano comum e a necessidade de sua continuidade. Não obstante, o termo educação, para Arendt (2022), é constituído na relação entre o mundo público e os novos que chegam com a natalidade<sup>2</sup>. Nesse sentido, a aprendizagem e o ensino justificam-se não somente por sua funcionalidade ou aplicação imediata, mas também pela sua competência formativa, uma vez que, a educação deve introduzir os novos num mundo que lhes antecede e que continuará depois delas.

## 1.2 Problema de Pesquisa

O pensamento de Hannah Arendt influenciou significativamente a formação humana e a docência, além de apresentar também uma noção de liberdade e autonomia. Para Arendt (2022), a educação é fundamental para a formação de indivíduos autônomos e livres, capazes de pensar e agir de maneira crítica e independente. De acordo com a autora, a liberdade é essencial para o desenvolvimento humano e a educação é uma das ferramentas mais importantes para alcançá-la.

---

<sup>2</sup> Conforme a autora, “[...] a essência da educação é a natalidade” (ARENDR, 2013, p. 223), ou seja, o mundo recebe constantemente novos seres humanos que, ao nascer, aparecem nele como uma novidade, por este fato, precisam ser acolhidos e familiarizados com o mundo comum e seu legado, que futuramente estarão sob sua responsabilidade. (ALMEIDA, 2011).

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa é: como o pensamento de Hannah Arendt pode influenciar a formação humana e a constituição da docência nos contextos contemporâneos da educação escolar? Contribuindo, dessa forma, para pensar temas como autoridade docente, liberdade e autonomia.

Autoridade, liberdade e autonomia são conceitos fundamentais na educação, pois permitem que os docentes tenham liberdade para escolher o melhor método de ensino para seus discentes. Os educadores da Educação Básica têm autonomia para que eles sejam capazes de se adaptar às necessidades individuais dos sujeitos e personalizar o ensino para atender às suas habilidades e interesses. A autonomia permite que os docentes explorem sua criatividade e inovação no ensino, o que pode levar a uma aprendizagem mais enriquecedora para os alunos.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

- Analisar como as obras de Hannah Arendt e alguns comentadores podem contribuir para a formação humana e a constituição da docência frente aos desafios contemporâneos da educação.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Entender os conceitos de formação humana e docência na perspectiva de Hannah Arendt, destacando a importância da formação ampla e crítica para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade;
- Compreender o papel da docência na formação de cidadãos conscientes e críticos à luz da visão de Hannah Arendt, e identificar os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma formação ampla e crítica;
- Reconhecer como a autoridade, a liberdade e autonomia do educador influenciam sua prática pedagógica e a capacidade de questionar as estruturas de poder existentes na educação.

## CAPÍTULO I

### 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 2.1 Técnica de pesquisa

Nesta dissertação utiliza-se a pesquisa qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70), considera-se “[...] que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. De acordo com Trigueiro *et al.*, (2002, p. 18), considera-se que a “[...] pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade”. Prodanov e Freitas (2013) destacam características fundamentais da pesquisa qualitativa.

Nesse requisito, Prodanov e Freitas (2013) acabam destacando que a pesquisa qualitativa reconhece a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que o percebe, ou seja, reconhece que a compreensão da realidade envolve uma interação complexa entre o mundo objetivo e a subjetividade do pesquisador. Além disso, eles apontam que a pesquisa qualitativa não busca quantificar os fenômenos observados, mas sim compreendê-los em sua complexidade, por meio de monitoração e cuidados analisados.

Devido a isso, a pesquisa qualitativa se constitui numa:

[...] relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, [há] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados a serem pesquisados. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Prodanov e Freitas (2013) destacam a abordagem qualitativa de pesquisa, que difere da abordagem quantitativa, em que o foco é na análise estatística de dados numéricos. Na abordagem qualitativa, os pesquisadores consideram a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e entende que o significado e a interpretação dos

fenômenos são fundamentais para o processo de pesquisa. Nessa abordagem, a coleta de dados é feita por meio da observação direta do ambiente natural, e o pesquisador é o instrumento-chave para a análise e interpretação dos dados.

De acordo com Silva (2015), a investigação qualitativa utiliza o ambiente natural como principal fonte de dados e o pesquisador como elemento-chave. A principal preocupação dos estudos qualitativos é compreender o mundo empírico em sua configuração natural. Segundo Silva (2015, p. 54, *apud* TRIVIÑOS, 1987), “[...] não pode ser substituído por nenhuma outra técnica: é ele que observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural”. Assim, o autor visualiza a importância do papel do pesquisador na investigação qualitativa, destacando que ele é insubstituível por qualquer outra técnica. É o pesquisador que está presente no ambiente natural, observando cuidadosamente, selecionando e interpretando os comentários e informações que surgem nesse contexto, além de registrar tudo de forma sistemática.

A pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos estatísticos, pois o foco é na análise e interpretação dos dados em seu contexto natural, em vez de transformá-los em números. Nesse caso, a abordagem qualitativa valoriza a subjetividade dos indivíduos e considera que o processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nesse sentido, Trigueiro *et al* (2002), destacam que a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade. Na pesquisa qualitativa não se contenta em descrever superficialmente um fenômeno, mas busca aprofundar-se em sua compreensão, explorando suas múltiplas dimensões e significados. Segundo Trigueiro *et al* (2002) destaca a importância da pesquisa qualitativa na busca por uma compreensão mais profunda de fenômenos específicos.

Na pesquisa quantitativa busca principalmente descrever fenômenos de forma numérica e generalizada, a abordagem qualitativa busca aprofundar-se em sua compreensão, explorando suas múltiplas dimensões e significados. Esse tipo de pesquisa é particularmente importante em áreas onde as experiências e vidas subjetivas das pessoas são fundamentais para a compreensão do fenômeno em questão, como em pesquisas sobre saúde mental, relações interpessoais, experiências culturais e outros campos que envolvem questões subjetivas e complexas.

Na pesquisa qualitativa, portanto, é uma abordagem valiosa para aqueles que desejam obter uma compreensão mais profunda de um fenômeno específico, em vez de

apenas uma visão geral ou superficial. Além disso, ao buscar explorar as múltiplas dimensões e significados do fenômeno, essa abordagem permite que o pesquisador compreenda melhor as experiências das pessoas e as complexidades de seus contextos educacionais, sociais e culturais, fornecendo insights valiosos que podem informar pesquisas e práticas futuras. Nesse caso, a pesquisa qualitativa consiste em estudos realizados em ambientes sem qualquer manipulação dos pesquisadores, o que possibilita uma análise mais natural e autônoma dos fenômenos a serem investigados.

Prodanov e Freitas, falam que:

[...] as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. É comum autores não diferenciarem abordagem quantitativa da qualitativa, pois consideram que a pesquisa quantitativa é também qualitativa. Entendemos, então, que a maneira pela qual pretendemos analisar o problema ou fenômeno e o enfoque adotado é o que determina uma metodologia quantitativa ou qualitativa (2013, p. 70).

Na análise desses dados coletados em busca desse conhecimento é utilizado o procedimento da pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base nos materiais que já estão elaborados como os artigos, teses, dissertações e livros científicos. Nesse caso, Gil (2002, p. 44), explica ainda que “[...] embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

De acordo com Felipe Fontana (2018, p. 66) pensar a “[...] pesquisa bibliográfica vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias” entre outros. Na mesma direção, para Fontana (2018), a pesquisa bibliográfica é uma parte essencial do processo de produção do trabalho científico, uma vez que permite a coleta de informações e o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento de um estudo com esse levantamento bibliográfico.

Não por acaso, Fontana, diz que:

[...] esse tipo de pesquisa também exige planejamento e, após uma análise da literatura disponível sobre o tema estudado, o material angariado deve ser triado, estabelecendo-se assim, um plano de leitura dele. Nesse caso, espera-se uma leitura atenta e sistematizada acompanhada de resenhas, anotações e fichamentos que, por sua vez, servirão de subsídios e de fundamentação teórica para a feitura da pesquisa. Segundo o autor, a “[...] pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral<sup>3</sup>”. [...] A pesquisa bibliográfica deve conter os seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico preliminar; b) busca das fontes; c) leitura do material; d) redação do texto<sup>4</sup> (2018, p. 2018).

Nesse sentido, Fontana (2018) destaca a importância da pesquisa bibliográfica como uma técnica fundamental para atividades acadêmicas e científicas. Segundo ele destaca que essa técnica requer um planejamento minucioso, bem como uma análise da literatura existente sobre o tema de estudo (Formação Humana e Docência), seguida por um processo de triagem e organização do material coletado.

Nesse caso, é essencial que a leitura seja sistemática e cuidadosa, e que sejam feitas as resenhas, anotações e fichamentos para que sirvam como base e fundamentação teórica para a pesquisa. Nessa perspectiva a pesquisa bibliográfica é vista como o caminho teórico e documental já percorrido por outros pesquisadores, e, portanto, é uma técnica que deve ser utilizada com um propósito específico.

De acordo com Severino (2013, p. 106), a “[...] pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses entre outros”. Segundo Lakatos e Marconi, (2003, p. 158) a “[...] pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” a ser pesquisado.

Nesse processo, define-se a técnica da revisão bibliográfica para dar suporte às intervenções e maiores informações científicas. De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 123) dizem que a “[...] utilização do método da revisão bibliográfica sistemática como forma de obter evidências para dar suporte ao aumento das intervenções e informações científicas” ou lacunas que precisam ser respondidas. Além disso, as “[...] informações científicas vêm crescendo rapidamente e ocupando o espaço das pesquisas

---

<sup>3</sup> MELLO, A. C. C., *et al.* **Metodologia da pesquisa**. 3 Edição revista e atualizada. Palhoça, SC, Brasil. Editora Unisul, 2006. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/>. Acesso em 20/12/2022.

<sup>4</sup> GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Edição. São Paulo, SP, Brasil: Editora Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

primárias, no processo de tomadas de decisão nas ciências [...]” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 123) da educação em plena contemporaneidade.

Sob o ponto de vista da abordagem sistemática pode ser:

[...] mostrado mais adiante [...], mas, muito diferente das revisões bibliográficas narrativas, pois essa abordagem possui uma sequência de etapas pré-definidas, em que a metodologia é especificada com técnicas padronizadas e passíveis de reprodução [...]. A importância desta pesquisa está alicerçada no fato de que a revisão bibliográfica sistemática tem a finalidade de ratificar a efetividade de uma intervenção, geralmente por meio de estudos experimentais, como os estudos randomizados controlados [...]. Tomando como exemplo a evidência científica de que determinado medicamento ou terapia é efetivo, a sua indicação torna-se certamente mais segura, uma vez que a possibilidade de sucesso na sua utilização é bastante alta [...] (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 124).

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011) dizem que na área das ciências sociais, é comum encontrar ideias e teorias conflitantes, e a revisão sistemática da literatura ajuda a esclarecer essas divergências, proporcionando uma visão mais completa e precisa do objeto de estudo, neste caso, a Formação Humana e Docência. Além disso, uma revisão bibliográfica sistemática também ajuda a evitar a repetição de estudos já realizados, permitindo que o pesquisador se concentre em questões ainda não exploradas.

Nesse sentido, eles ressaltam a importância da revisão sistemática na área das ciências sociais, pois essa prática permite que os pesquisadores obtenham informações precisas e atualizadas sobre o tema em questão, além de facilitar a identificação de contradições e a transformação dessas em conhecimento. Para compreender melhor este tema, é necessário um levantamento bibliográfico preliminar, para fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema “Formação Humana e Constituição da Docência”.

## **2.2 Levantamento Bibliográfico Preliminar**

Neste trabalho foi utilizado o levantamento bibliográfico preliminar. De acordo com as considerações de Fontana (2018), o levantamento bibliográfico revela fontes primárias que constituem a base fundamental para a compreensão do assunto em questão. Essas fontes primárias servem como suporte para o tópico de estudo e costumam ser listadas no levantamento bibliográfico preliminar, que tem como propósito familiarizar os pesquisadores com as investigações prévias relacionadas ao tema, proporcionando-lhes

uma maior imersão na área, nos conceitos, nas teorias e nas ideias que abrangem a temática em análise. Neste caso, é considerada uma etapa crucial em um trabalho científico, já que engloba os principais experiências e descobertas em pesquisas anteriores sobre o tema em questão (Formação Humana e Constituição da Docência).

Diante disso, foi realizada uma revisão bibliográfica preliminar, onde foram utilizados os livros, artigos, revistas, dissertações, teses e documentos. Os livros, os artigos e revistas são de autores e pesquisadores renomados. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131) a “[...] revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação”.

Durante a realização destes procedimentos, foi conduzida uma revisão bibliográfica abrangente para embasar a elaboração desta dissertação. Essa revisão bibliográfica concentrou-se em tópicos relacionados ao tema da pesquisa, sendo conduzida através do método bibliográfico. Durante esse processo, definiu-se a metodologia empregada na construção do texto, assim como a revisão bibliográfica que abrangeu uma variedade de fontes, incluindo artigos, revistas científicas, livros físicos e livros eletrônicos científicos em língua portuguesa, abarcando o período entre os anos de 2010 e 2022.

Está dissertação foi realizada tomando todos os cuidados e obedecendo os princípios éticos e metodológicos da pesquisa científica. Sendo assim, o referencial bibliográfico que constitui esta dissertação é, conforme o Quadro 1 abaixo:

### Quadro 1 – Referencial bibliográfico

#### LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR

#### LIVROS

Autoria	Título	Local e ano de Publicação	Tipo de Publicação
<b>ALMEIDA, V. S.</b>	Educação em Hannah Arendt: Entre o Mundo deserto e o amor ao mundo	Livraria Cortez 2011	Livro
<b>ARENDT, H.</b>	Entre o Passado e o Futuro.	Livraria Perspectiva 2022	Livro
<b>ARENDT, H.</b>	A condição humana	Editora Forense Universitária 2020	Livro

<b>ARENDT, H.</b>	Origem do Totalitarismo	Editora Companhia das Letras 2012	Livro
<b>CARVALHO, J. S. F.</b>	Educação, Uma Herança Sem Testamento: Diálogos com o Pensamento de Hannah Arendt	Livraria Perspectiva 2017	Livro
<b>FREIRE, P.</b>	Política e Educação	Editora Paz e Terra 2021	Livro
<b>FREIRE, P.</b>	Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa	Editora Paz e Terra 2021	Livro
<b>FREIRE, P.</b>	Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo	Editora Paz e Terra 2021	Livro
<b>IVANIO DICKMANN E IVO DICKMANN</b>	Primeiras palavras em Paulo Freire	Editora Livrologia 2019	Livro
<b>ARTIGOS CIENTÍFICOS</b>			
<b>CARVALHO, J. S. F.</b>	Política e educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões.	Revista de Ciência da Educação. 2014	Artigo
<b>CÉSAR, M. R. A; DUARTE, A.</b>	Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo.	Revista Educação e Pesquisa. 2010	Artigo
<b>FELÍCIO, C. B. F</b>	Hannah Arendt e a crise na educação: "O Que Nos Faz Pensar?"	Educativa   Revista do PPGE/PUC-Goiás. 2016	Artigo
<b>FERREIRA; LOPES; BARBOSA.</b>	A construção da identidade do professor: uma reflexão a partir do pensamento de Paulo Freire.	Revista The FIEP Bulletin. 2022	Artigo
<b>MUNSBURG, J. A; SILVA, D.</b>	Constituição docente: formação, identidade e professoralidade.	XIV SIE - Seminário Internacional de Educação	Artigo
<b>SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton.</b>	A formação humana na perspectiva histórico-ontológica.	Revista Brasileira de Educação: 2010.	Artigo

<b>DISSERTAÇÕES</b>			
<b>BENVENUTI, E</b>	. Educação e Política em Hannah Arendt: um sentido político para a separação.	Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. 2010.	Dissertação
<b>CAVALHEIRO, J. C.</b>	A Autoridade na Educação sob a Perspectiva Arendtiana.	Educação nas Ciências - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul 2014.	Dissertação
<b>SCHÜTZ, J. A.</b>	Educação e cidadania: reflexões à luz de Hannah Arendt.	Educação nas Ciências - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2016.	Dissertação
<b>TESES</b>			
<b>FREITAS, M.</b>	Hannah Arendt: A crise na educação como crise da Modernidade.	Centro de Educação e Ciências Humanas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): 2019	Tese
<b>NASCIMENTO, L. A</b>	Hannah Arendt e Paulo Freire: A Educação e o Compromisso com a Conservação e a Transformação do Mundo.	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. 2015.	Tese
<b>SCHÜTZ, J. A</b>	Educação escolar e infância: os discursos pedagógicos contemporâneos à luz das reflexões de Hannah Arendt.	Educação nas Ciências - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2020.	Tese
<b>SILVA, M. S. S</b>	A relação entre educação e política a partir de Hannah Arendt: uma reflexão acerca do fenômeno "Escola Sem Partido".	Faculdade de Educação - Universidade Federal de Uberlândia. 2021	Tese

Fonte: O autor

## CAPÍTULO II

### 3 A CRISE NA EDUCAÇÃO

Nesta seção, tematiza-se a noção de “A Crise na Educação”, título de um ensaio de Hannah Arendt (1906-1975), esta que é uma pensadora alemã do século XX que se preocupou profundamente com a educação e o papel da escola na formação das novas gerações. Nessa perspectiva, Arendt (2022), comentava que a crise na educação era um problema sério que afetava não apenas a escola em si, mas toda a sociedade. Segundo Arendt (2022, p. 257), trata-se de uma “[...] crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas”.

Nessa perspectiva, nos Estados Unidos da América, durante a década de 1950, a crise na educação é um fenômeno marcante e sugestivo, e que tem, pelo menos, se tornado um problema político de grande importância, sendo destacado diariamente pelos meios de comunicação. Assim, não é difícil perceber os riscos decorrentes do declínio contínuo dos padrões básicos em todo o sistema educacional, e a gravidade do problema tem sido explicada por numerosos esforços das autoridades educacionais que não foram bem-sucedidos em reverter a situação da educação (ARENDR, 2022).

Hannah Arendt, diz que:

[...] na América, um de seus aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica na educação, que se tornou, no transcurso da última década pelo menos, um problema político de primeira grandeza, aparecendo quase diariamente no noticiário jornalístico. Certamente não é preciso grande imaginação para detectar os perigos de um declínio sempre crescente nos padrões elementares na totalidade do sistema escolar, e a seriedade do problema tem sido sublinhada apropriadamente pelos inúmeros esforços baldados das autoridades educacionais para deter a maré. Apesar disso, se compararmos essa crise na educação com as experiências políticas de outros países no século XX, com a agitação revolucionária que se sucedeu à Primeira Guerra Mundial, com os campos de concentração e de extermínio, ou mesmo com o profundo mal-estar que, não obstante as aparências contrárias de propriedade, se espalhou por toda a Europa a partir do término da Segunda Guerra Mundial, é um tanto difícil dar a uma crise na educação a seriedade devida. É de fato tentador considerá-la como um fenômeno local e sem conexão com as questões principais do século, pelo qual se deveriam responsabilizar determinadas peculiaridades da vida nos Estados Unidos que não encontrariam provavelmente contrapartida nas demais partes do mundo (2022, p. 257-258).

Diante desse processo, como ocorreu com as experiências políticas de outros países no século, a crise na educação nos Estados Unidos apresenta particularidades importantes (ARENDRT, 2022). Importa destacar que, para Arendt, a educação é um processo fundamental para a formação dos indivíduos como seres humanos capazes de pensar e agir de forma autônoma e libertadora. Ela acreditava que a educação deveria ter como objetivo a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com o mundo comum. Assim, a crise na educação, conforme Arendt, tem a ver, também, com a crise das características básicas de estruturação do mundo comum.

Segundo Almeida (2009, p. 14):

[...] a crise está relacionada às características básicas da sociedade moderna. Entre elas está o fato de as atividades especificamente humanas – que concernem às relações entre as pessoas, às formas de convivência e ao sentido que elas dão à sua existência – terem perdido importância, cedendo lugar a critérios utilitaristas e à preocupação exagerada com a satisfação de necessidades reais ou inventadas. Os pressupostos do mundo moderno têm seus efeitos também na pedagogia e nas práticas educacionais, de modo que a crise mais ampla ganha uma expressão específica neste âmbito. As questões e os problemas assim provocados, porém, não dizem respeito apenas aos pais e educadores, mas, em princípio, são da preocupação de todos, devido ao lugar fundamental que a educação ocupa no mundo. É por meio da educação que cada comunidade introduz as novas gerações em seu modo específico de existência.

Nesse despertar, Arendt (2022) aborda a relação entre a crise na educação e as características da sociedade moderna, argumentando que as atividades humanas essenciais, que se relacionam com a convivência e o sentido da existência, perderam a importância em detrimento de critérios utilitaristas e de necessidades reais ou inventadas. Todo esse processo reflete na pedagogia e nas práticas educacionais, gerando uma crise específica no âmbito da educação nos contextos contemporâneos.

Nas reflexões de Almeida (2011), a autora ressalta que as questões e problemas da educação não dizem respeito apenas a pais e professores, mas a todos, pois a educação é fundamental para a introdução das novas gerações ao modo de existência da comunidade. Segundo a mesma autora, esta é uma reflexão importante e que precisa ser feita na sociedade moderna e, discute ainda a necessidade de repensar a importância da atividade humana e do sentido da existência da educação, em detrimento de uma abordagem utilitarista e focada apenas na satisfação das necessidades.

Nas palavras de Almeida (2011, p. 20):

[...] essa crise está relacionada às características básicas da sociedade moderna. Entre elas está o fato de as atividades especificamente humanas — que concernem às relações entre as pessoas, às formas de convivência e ao sentido que elas dão à sua existência terem perdido importância, cedendo lugar a critérios utilitaristas e à preocupação exagerada com a satisfação de necessidades reais ou inventadas (Arendt, 2010). Os pressupostos do mundo moderno têm seus efeitos também na pedagogia e nas práticas educacionais, de modo que a crise mais ampla ganha uma expressão específica nesse âmbito. As questões e os problemas assim provocados, porém, não dizem respeito apenas aos pais e educadores, mas, em princípio, são da preocupação de todos, devido ao lugar fundamental que a educação ocupa no mundo. É por meio da educação que cada comunidade introduz as novas gerações em seu modo específico de existência.

Almeida (2011) destaca a relação entre a crise na educação e as características da sociedade moderna, que tem colocado em segundo plano atividades humanas que dizem respeito às relações entre as pessoas, à convivência e ao sentido da existência, em detrimento de critérios utilitaristas e preocupações excessivas com necessidades reais ou inventadas. Além disso, a autora argumenta que os efeitos dessa crise refletem também na práxis pedagógica ou na forma de se ensinar as novas gerações. Nesse caso, as práticas educacionais acabam por tornar a crise ainda mais específica neste âmbito.

Nessa direção, a preocupação com a crise na educação não deve ser restrita aos pais, mas deve ser compartilhada entre todos, que fazem parte da comunidade, onde vivem esses indivíduos (recém-chegados), devido à importância fundamental da educação para a sociedade, sua continuação e aprofundamento. Nesse sentido, a educação é a maneira pela qual a comunidade apresenta as novas gerações em seu modo específico de existência, e isso torna a educação uma questão de interesse geral.

Para Arendt (2022) é relevante destacar a relação entre a crise na educação e as características da sociedade moderna. A necessidade de repensar a educação para além de critérios utilitaristas e preocupações excessivas com necessidades imediatas. Pensando neste imediatismo, a fim de dar ênfase ao sentido da existência e às atividades humanas essenciais. Em consequência disso, a importância de se investir em uma educação que considere as necessidades de formação integral dos indivíduos, a fim de prepará-los para uma sociedade em constante transformação.

Em momentos de crise, somos confrontados com a instabilidade e a necessidade de nos (re)orientarmos. As respostas que normalmente utilizamos para lidar com situações cotidianas podem não ser mais suficientes, e nos vemos diante do desafio de buscar novas formas de resposta. Hannah Arendt afirma que, muitas vezes, não

confrontou que essas respostas eram apenas soluções para questões específicas e não necessariamente adequadas para outras situações (ALMEIDA, 2011).

A crise pode ser vista como uma oportunidade para refletir sobre as questões fundamentais e repensar as bases da sociedade. Para Arendt, a educação é um elemento central nesse processo, pois é através dela que as crianças são ensinadas nas tradições e valores da sociedade. Portanto, a existência de crianças impõe uma obrigação à sociedade de considerar como esses valores estão sendo transmitidos e se estão sendo atualizados de acordo com as mudanças na realidade social (ALMEIDA, 2011).

Schütz (2020), considera que a crise na educação é um problema que não deve ser considerado de forma básica ou local, e não pode ser resolvido apenas com o uso de novas metodologias ou soluções internas dentro do âmbito da educação. O autor enfatiza que a crise na educação está interligada com outras questões sociais mais amplas, e requer uma abordagem mais abrangente e sistêmica para ser devidamente enfrentada e superada pelos sujeitos recém-chegados. A educação é um assunto de interesse de toda a comunidade que enxerga ela como única saída para chegar ao mundo, e reconhecer suas particularidades. É válida a preocupação de toda a sociedade, pois é essencial para a formação dos recém-chegados e para a continuidade do mundo.

É sabido que é responsabilidade de todos nós educarmos a nova geração, sem perder de vista os princípios éticos e racionais. Essas crianças recém-chegadas a este mundo de escuridão precisam da continuidade de conhecimento para iluminar seus caminhos cheios de saberes e conhecimentos. Essa continuidade será fornecida pelas mãos dos pais e dos professores, que lhes darão as primeiras faíscas de luz.

Arendt (2022) via a educação como um processo fundamental para a formação das crianças recém-chegadas como seres humanos capazes de pensar e agir de forma autônoma dentro da própria comunidade ou fora dela. Ela acreditava que a educação deveria ter como objetivo a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com o bem comum. Segundo Schütz (2016, p. 43), “[...] cabe refletir sobre a relação entre educação e cidadania, partindo-se da concepção de educar apresentada por Arendt em sua obra “Entre o Passado e o Futuro”. Hannah Arendt diz que a educação:

[...] é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não as expulsar de

nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 2022, p. 284).

Pode-se observar que, Arendt, reflete sobre o papel da educação na preservação do mundo e na formação das novas gerações. Para a autora, destaca que a educação não apenas prepara as crianças e os adolescentes para a vida adulta, mas também os capacita para assumir a responsabilidade de renovar e preservar o mundo em que vivem. Nesse caminhar, Arendt acredita que a educação deve ser um processo que desenvolve o amor pelas crianças e pelos adolescentes ao mundo, capacitando-as para enfrentar novos desafios. Assim, a educação tem um papel fundamental na construção de um futuro melhor, onde as novas gerações podem ser protagonistas da mudança.

No entanto, segundo Arendt, a educação estava passando por uma crise profunda. Nesse pensamento, a autora argumentou que a instituição escolar havia se tornado um local de treinamento para a vida profissional e não mais um espaço para a formação de seres humanos. A escola, segundo ela, havia perdido sua capacidade de formar cidadãos responsáveis e críticos. Arendt identificou alguns fatores que contribuíram para a crise na educação no Brasil e no mundo. Um deles era a desvalorização do conhecimento e da autoridade do professor dentro e fora do espaço escolar.

A crise na educação não foi uma crise passageira, a desvalorização do educador e do educando<sup>5</sup> vem acontecendo gradativamente com o passar do tempo. Nesse sentido, Cavalheiro (2014) afirma que é verdade que mesmo com toda atenção e educação que os indivíduos recebem, ainda assim é possível que eles enfrentem dificuldades e desafios no futuro. No entanto, o autor defende que o caminho mais promissor é continuar trabalhando para educá-los e prepará-los da melhor forma possível para a vida, seguindo a ponderação de Arendt. Isso sugere que, apesar das emoções e dificuldades que as

---

<sup>5</sup> Paulo Freire (2021a, p. 28) fala que “[...] os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos”. Segundo Freire (2021a, p. 58) “[...] ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando. Outro saber necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir - a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. Do educando criança, jovem ou adulto. Ainda para ele o “[...] educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir a afirmação várias vezes feita neste texto - o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos” (FREIRE, 2021a, p. 58).

crianças e adolescentes podem enfrentar, a educação continua sendo um meio importante para ajudá-los a superar os obstáculos e alcançar seus objetivos.

Conforme afirma Cavalheiro (2014, p. 35):

[...] a segunda ideia-base tomada em consideração pela autora na presente crise tem a ver com o ensino. Sob influência da psicologia moderna e das doutrinas pragmáticas, diz ela, a pedagogia tornou-se uma ciência do ensino em geral ao ponto de se desligar completamente da matéria a ensinar, como se o professor fosse capaz de lecionar qualquer matéria, recebendo formação no que tange ao ensino, porém não em uma especialidade. A terceira ideia fundamental de Arendt acerca das razões da crise refere-se ao que ela chama de — uma moderna teoria da aprendizagem, durante séculos sustentada no mundo moderno, cuja expressão conceitual sistemática é o pragmatismo. Trata-se da concepção de que se não aprende senão aquilo que se faz por si próprio. Literalmente, — a aplicação à educação desta ideia é tão primitiva quanto evidente: substituir, tanto quanto possível, o aprender pelo fazer. Seríamos reféns de uma concepção utilitária da educação, aprisionados à velha máxima dos estudantes que querem sempre saber qual é a aplicabilidade prática daquilo que se lhes é apresentado, frustrados pela inutilidade da maior parte dos conhecimentos veiculados pela escola.

Cavalheiro (2014) apresenta uma análise de sobre as ideias de Hannah Arendt sobre a crise na educação na pós-modernidade. De acordo com segunda ideia-base mencionada pelo autor é a de que a pedagogia moderna se tornou uma ciência do ensino em geral, sem levar em conta a matéria específica a ser ensinada na contemporaneidade. Segundo Arendt (2022) argumenta que os professores recebem formação em ensino, mas não em uma especialidade, o que pode levar a uma falta de profundidade no ensino e da aprendizagem de conteúdos específicos aos seus aprendizados.

Nesse caso, a terceira ideia fundamental de Arendt quando se refere à teoria moderna da aprendizagem baseada no pragmatismo, que sustenta que só se aprende aquilo que se faz por si mesmo. Essa concepção utilitária da educação coloca a ênfase na aplicabilidade prática do conhecimento, deixando de lado a importância da compreensão aprofundada dos conceitos e ideias. Isso pode levar os educandos a se tornarem reféns da necessidade de aplicabilidade prática e ignorar a importância do conhecimento em si mesmo. É notório que o autor está expondo a visão de Arendt sobre as causas da crise na educação, que incluem a falta de escolaridade dos educadores e a prevalência da concepção utilitária da educação baseada no pragmatismo. A crise na educação é um fenômeno que existe dentro das instituições escolares desde o princípio da humanidade, e vem tornando-se cada vez, mais viesada e adaptada ao seu tempo criando a crise com o compromisso e a responsabilidade com sociedade pós-moderna.

Freitas (2019, p. 15-16) comenta que a:

[...] atual ideia de que a escola deve se adaptar constantemente ao seu tempo prejudica o compromisso e responsabilidade com o mundo, justificando a defesa de uma educação fundamentada na racionalidade técnica instrumental. Essa educação não pretende apresentar e desenvolver a responsabilidade pelo mundo, ou ainda, possibilitar às novas gerações o conhecimento ético-político para uso público, mas sim o acúmulo de informações, visando o desenvolvimento de habilidades para o âmbito social. Arendt, em sua condição de pensadora independente, de estilo livre, que por não ser convencional não tem uma teoria fechada e completa, inspira estudiosos em diferentes áreas, sem que seu pensamento seja meramente reproduzido de forma direta. Com seu olhar crítico, acompanhou muitos eventos da história do século XX e seus estudos inovadores vêm, ao longo dos anos, tendo grande repercussão entre pesquisadores de diferentes campos de estudo. Na área da educação, as obras de Arendt começam a ganhar espaço, sem ter alcançado, entretanto, o devido reconhecimento da importante atualidade de suas contribuições. Décadas após sua morte, muitos estudiosos reconhecem que seus escritos sobre o totalitarismo desafiam as atuais compreensões de formas políticas e sociais.

Ainda segundo essa autora:

[...] as preocupações de Arendt, a importância da política como resultado das ações humanas no mundo público e a maneira como experimentamos o mundo que compartilhamos, trazem elementos pontuais para se pensar a educação das novas gerações. Arendt destaca que a crise de diversas estruturas no mundo teve seu início com a quebra da tradição, quando o papel da responsabilidade de pensar e agir, na esfera política, e a novidade de iniciar a ação e a experiência da liberdade pública, foram relegadas ao esquecimento. Teriam sido o advento da esfera social e o desenvolvimento de uma racionalidade técnica e instrumental os elementos que implicaram alterações nas atividades humanas e na perda da localização dos homens no mundo. Na modernidade, segundo Arendt, tudo o que antes se apresentava como inabalável, repentinamente se transformou em insegurança e vulnerabilidade – apresentando-se como uma história de horrores em que tudo dado por certo se transforma em seu oposto [...]. O elo entre o homem e o mundo se rompeu e o homem, ao não encontrar significados na vida, abdica do pensar para cumprir as normas de conduta (FREITAS, 2019, p. 16-17).

Freitas (2019) refere-se a modernidade e sua crítica à sociedade contemporânea. Segundo Arendt, a modernidade é identificada pela captura do mundo e pela falta de sentido na vida. Tudo o que antes era visto como seguro e confiável, como as tradições, a escola, a religião e a política, se tornou incerto e inevitavelmente. Essa segurança e vulnerabilidade gerou um estado de desconexão e desconforto entre os indivíduos e o mundo, levando-o a abdicar do pensamento reflexivo e crítico em favor da conformidade com as normas sociais da pós-modernidade. A autora sugere que essa falta de significado na vida leva muitas pessoas a se afastarem da reflexão e da busca por um

propósito maior. Dessa forma, Arendt nos alerta sobre os perigos da perda da capacidade de pensar criticamente e da importância de buscar um sentido para nossas vidas em um mundo cada vez mais complexo e em fuga da realidade.

Para Freitas (2019, p. 17) a “[...] humanidade é perdida em um sistema que elimina as faces humanas transformando-as em números”. Nessa expectativa, é “[...] presidida pelos imperativos da eficiência e eficácia, a burocracia degrada a dignidade dos seres em um processo kafkiano. Nada mais atual (FREITAS, 2019, p. 17). Nesse trecho, a autora destaca que Hannah Arendt elaborou o conceito de banalidade do mal para descrever eventos do século XX. Essa ideia permitiu que ela desenvolvesse os estudos sobre o papel do pensamento distante e da responsabilidade pelo mundo.

Segundo Freitas (2019) sugere que momentos em que a crise na educação pode ocorrer são tempos sombrios, mas também podem ser oportunidades para pensar reflexivamente e agir criticamente em conjunto. Nessa questão, a autora destaca a importância de pensar criticamente sobre nossa responsabilidade individual e coletiva em relação ao mundo em que vivemos. Nesse ponto, cabe aos professores da educação básica proteger e restaurar o respeito que os estudantes tinham por suas pessoas, devido à importância do papel que desempenham na sociedade brasileira e pelo mundo. O pensar a responsabilidade é sugerir o amor ao mundo comum.

Como destacado por Freitas (2019, p. 18-19):

[...] as identidades pessoais e singulares não se revelam mais ativamente, o mundo comum desaparece, banindo a ação e o discurso para o “íntimo” moderno, recusando o pensar e a possibilidade de assumir-se a responsabilidade política pelo mundo. É em função da necessidade de se resgatar o pensar e a responsabilidade pelo mundo em comum, que Arendt enfatiza a importância de se construir espaços de política para o agir em conjunto, no qual pessoas singulares, em pluralidade, potencializadas pela novidade da natalidade, categoria política que implica o nascimento do novo no âmbito público, poderiam experimentar a liberdade pública. Arendt enxerga os conselhos populares como exemplos de espaço do agir em pluralidade [...]. Embora Arendt considere que os conselhos teriam sido experiências breves, como no caso das revoluções americanas e francesas onde foram logo substituídos por sistemas burocráticos alienantes que passaram a impor, de maneira arbitrária, a maioria dos processos decisórios, cabe aqui pensar como os conselhos podem ser importantes para se pensar formas de participação dentro de espaços públicos, como o educacional. Nesse sentido, Arendt ressalta que, em momentos revolucionários, a ação política pode ressurgir por meio dos conselhos. Nesses espaços públicos, a ação política encontra-se entrelaçada com o discurso. Trata-se de um espaço de visibilidade onde a ação pública manifesta-se na divulgação, conhecimento e reflexão dos participantes por meio do qual se pode construir uma interação por meio de Inter pensamentos, despertando a responsabilidade pelo mundo em comum.

Freitas traz reflexões importantes sobre a importância dos conselhos como forma de participação em espaços públicos, como o educacional. Embora alerte para a brevidade dessas experiências, ela destaca que em momentos revolucionários, uma ação política pode ressurgir por meio dos conselhos. Nesse sentido, é nesse espaço de visibilidade e interação que a ação pública se manifesta, despertando a responsabilidade pelo mundo em comum. Portanto, trata-se de pensar, também, em formas de participação democrática nos espaços públicos, em especial no ambiente escolar, o que é fundamental para uma sociedade mais igualitária, mas participativa e mais democrática, levando em consideração o respeito e a dignidade humana tanto dos educadores quanto dos educandos nessa sociedade capitalista.

Segundo Hannah Arendt (2022) a figura do educador havia perdido sua importância na sociedade e que os educandos não respeitavam mais seus mestres. Além disso, a pensadora via a fragmentação do conhecimento como um problema grave, pois o espaço escolar havia se tornado um local onde os alunos<sup>6</sup> aprendiam apenas fatos isolados, sem compreender a inter-relação entre eles. Outro fator apontado por Arendt foi a falta de responsabilidade dos educandos em relação ao seu próprio aprendizado.

---

<sup>6</sup> “Destaca-se que, em se tratando de crianças que já possuem contato e familiaridade com uma cultura letrada e condições de acessar os mais diversos cursinhos, tais modificações podem não impactar tanto, contudo tendem a ser desastrosas e uma verdadeira barbárie para aquelas crianças que dependem unicamente da escola para adquirir o repertório exigido por esse tipo de cultura. Posicionamo-nos, ainda, contrários à noção de que criança não é e não pode ser um aluno. Trata-se, como veremos, de uma interpretação errônea do próprio conceito de aluno. Para os teóricos da Pedagogia da Infância, a criança não deve se transformar em aluno, pois, quando isso ocorre, ela morre. Buscamos no livro *Oculto nas palavras: dicionário etimológico para ensinar e aprender* [...], o significado da palavra aluno. Para iniciar, ela está no item intitulado *Quem estuda?* que apresenta várias palavras ligadas aos estudos na educação escolar. Segundo os autores, “[...] o termo foi, curiosamente, objeto de uma explicação etimológica disparatada que o faz derivar de um suposto a, ‘não’ – remetendo a um alfa privativo próprio do grego – e lúmen, ‘luz’” (CASTELLO; MÁRSICO, 2007, p. 49). Percebe-se, então, que o aluno seria aquele que não possui luz, que está nas trevas, no escuro, e que, por isso, busca se iluminar mediante o estudo. Como afirmam os autores, porém, “essa explicação, decerto, não resiste à menor análise histórica ou linguística” (CASTELLO; MÁRSICO, 2007, p. 49). Não obstante, é exatamente esse o motivo de muitos, quando concluem a educação básica ou um curso superior, com orgulho falarem que foram alunos de tal professor(a). [...] Conheceu verdadeiros professores, escreve ele, costuma prestar a eles uma homenagem ao dizer “fui seu aluno” – com gratidão e com orgulho. Assim sendo, não há problema algum de a criança se tornar um aluno; o sentido da palavra tem, antes, a ver com certo louvor do que propriamente um caráter pejorativo. Nessa direção, importa destacarmos que se o aluno é aquele que precisa ser nutrido/alimentado, então significa que para apresentar o mundo às novas gerações (em forma de alimento) é preciso que o professor estabeleça uma relação de intimidade com o mundo humano – é isso que se espera, igualmente, de todos os adultos que são responsáveis pelas crianças e pelo mundo comum. Ora, se a escola é o lugar onde os professores apresentam o mundo aos que a ele chegam, inclui-se a isso a necessidade de o professor saber o que constitui o mundo humano e o que é digno de ser posto à apreciação ou à mesa de discussões a cada dia de aula. É preciso, do mesmo modo, que ele saiba e consiga justificar os motivos da sua disciplina se fazer presente no currículo escolar (SCHÜTZ, 2020, p. 155-156-157).

Arendt (2022) afirma que os estudantes tinham se tornado passivos e esperavam que o conhecimento lhes fosse entregue de forma pronta e acabada, sem se esforçar para compreender e interpretar o que estava sendo ensinado. Segundo Paulo Freire (2021c, p. 80-81) em seu livro "Pedagogia do Oprimido", diz que a "[...] narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado, [...] ainda, mais se a narração os transforma em "vasilhas", em recipientes a serem "enchidos" pelo educador". Isso quer dizer que os alunos eram a folha em branco e precisavam que o conhecimento fosse depositado pelo professor.

Devido isso, Freire (2021c) critica a concepção "bancária" da educação, que ele considera uma prática educativa em que o educador se coloca como detentor de todo o conhecimento e os educandos são meros receptáculos vazios a serem preenchidos com esse conhecimento. Nesse olhar, essa concepção, o papel do educador é fazer "comunicados e depósitos" de informações na mente dos educandos, que devem memorizar e repetir essas informações sem questioná-las ou analisá-las criticamente.

Segundo Ivo Dickmann e Ivania Dickmann (2019, p. 64):

[...] toda pedagogia freiriana é uma crítica da educação "bancária" a fim de superá-la. Este modelo, ainda amplamente utilizado nas escolas do mundo todo e, portanto, nas brasileiras reduz o educando e a educanda a um recipiente vazio a ser preenchido pelos comunicados do educador e da educadora. Esta comparação utilizada por Freire ilustra muito bem as atitudes dos professores que não permitem a seus alunos a participação ativa destes nas aulas, obrigando-os a decorar e repetir suas palavras ocas. Nesta concepção "bancária" o professor que mais consegue "enchendo" suas "vasilhas-alunos" com seus depósitos, que são "comunicados" impostos e desconectados da realidade local, geográfica, social, política e cultural, melhor profissional será considerado por seus pares e superiores. Da mesma forma os alunos que mais passivamente se deixarem "encher" sem questionar, sem pedir a palavra para problematizar o parecer inconveniente ou incoerente, será visto como exemplo e modelo frente a toda a classe.

Pode-se notar que à pedagogia freiriana, que é uma abordagem crítica da educação bancária. Nessa abordagem, os educandos são vistos como receptáculos vazios a serem preenchidos pelo conhecimento do docente, em vez de serem participantes ativos no processo educativo, além de ser amplamente utilizada nas instituições escolares em todo o mundo, inclusive como brasileiras. No processo educativo, a falta de participação ativa dos educandos, que são obrigados a memorizar e

repetir as palavras do educador sem questionamento necessários ao ensino e aprendizagem em plena sociedade pós-moderna.

De acordo com essa concepção, o educador mais bem-sucedido é aquele que consegue preencher melhor as "vasilhas-alunos" com seus depósitos de conhecimento, independentemente de sua tradição para a realidade local, social, política e cultural dos alunos em plena sociedade pós-moderna. Da mesma forma, os educandos que são mais passivos e aceitam o conhecimento sem questionamento, e são considerados modelos de sucesso. Paulo Freire (2021c), argumenta que essa abordagem da educação não é eficaz, pois não leva em conta as experiências e conhecimentos prévios dos educandos, nem os incentiva a pensar criticamente sobre o que estão aprendendo.

Notou-se que a pedagogia freiriana, por sua vez, busca superar essa abordagem bancária por meio de uma educação crítica, reflexiva e participativa, na qual os indivíduos sejam vistos como sujeitos ativos no processo de aprendizado e capazes de questionar e transformar a realidade da própria comunidade, onde eles vivem.

Nessa premissa, utilizando uma abordagem mais dialógica e participativa da educação, em que o educador e os educandos se engajam em um processo de ensino e de aprendizagem mútua, baseado no diálogo, na reflexão crítica e na construção conjunta do conhecimento. Nessa abordagem, o educador não é apenas um depositante de conhecimento, mas um facilitador do processo de ensino e de aprendizagem, que valoriza as experiências e perspectivas dos educandos e os ajuda a desenvolver as suas competências e habilidades de pensamento crítico e criativo.

Diante dessa situação, Hannah Arendt considerou que a educação voltasse a ter como objetivo a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Ela defende que a instituição escolar deveria ser um espaço onde os educandos aprendessem a pensar por si mesmos e se relacionarem com o mundo de forma autônoma. Além disso, Arendt acreditava que o espaço escolar deveria respeitar o conhecimento e a autoridade do educador, e que os educandos deveriam ser incentivados a assumir a responsabilidade por seu próprio aprendizado em plena sociedade pós-moderna.

A fim de compreendermos melhor, Hannah Arendt, ver a crise na educação como um problema grave que afetava não apenas os espaços escolares, mas toda a sociedade contemporânea. Tendo esse mesmo olhar, as instituições escolares devem ser vistas espaços fundamentais, onde havia os melhores incentivos para a formação de cidadãos

críticos, reflexivos, responsáveis e comprometidos com o bem comum, além de propor uma série de mudanças para que a educação voltasse a cumprir o seu papel de destaque dentro e fora da própria comunidade.

### **3.1 Pressupostos da Crise**

Na sociedade pós-moderna a crise da educação é um fenômeno complexo que afeta diversos países ao redor do mundo. De acordo com Arendt (2022, p. 271) o que acaba acomete a “[...] crise na educação em qualquer época originaria sérias preocupações, mesmo se não refletisse, como ocorre no presente caso, uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna”.

Durante esse processo, compreender os pressupostos da crise na educação, é importante analisar alguns fatores que motivaram a perpetuação desse problema. Nesse caminho, o primeiro deles é a falta de investimento na área educacional. Durante esse processo, muitos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, não destinam recursos suficientes para a educação, o que acaba por prejudicar a qualidade do ensino e o acesso à educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, o orçamento da crise da educação é a falta de valorização dos educadores do Ensino Básico no Brasil. A questão que se impõe a muitos profissionais da educação que não recebem cumprimento adequado, não têm condições adequadas de trabalho e não são reconhecidos socialmente pela importância do seu trabalho. Nesse requisito, muitos autores falam que a desvalorização dos professores da educação brasileira é um dos fatores. Com essa desvalorização, muitos profissionais da educação se desmotivem e acabem abandonando a carreira, o que prejudica ainda mais a qualidade do ensino, o que acaba agravamento ainda mais a crise na educação básica.

Nesse sentido, a falta de investimento na educação brasileira é um problema que afeta não só os professores, mas como todos os indivíduos, o que reforça a necessidade de investimentos adequados e efetivos na área. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Sem investimentos adequados, não é possível oferecer uma formação de qualidade a todos os indivíduos, o que afeta diretamente o futuro da nação. Além disso, a falta de valorização aos professores pode levar a uma desmotivação desses profissionais, que são essenciais para a formação de novas gerações. A

desigualdade social também é um dos motivos da crise da educação. Segundo Sérgio Costa (2019, p. 56) “[...] as desigualdades socioeconômicas, medidas em termos de renda e riqueza, são cruciais para apontar as diferenças nas condições de vida concretas”.

De acordo com esse mesmo autor:

[...] as desigualdades de poder podem ser definidas como as diferentes possibilidades que indivíduos ou grupos têm de exercer influência nas decisões que afetam suas trajetórias e convicções pessoais, materializando-se, ainda, na distribuição assimétrica dos direitos políticos e sociais. As assimetrias de poder apresentam obviamente um vínculo claro com as desigualdades socioeconômicas. Todavia, elas mostram uma outra dimensão que não está refletida na posição socioeconômica individual – trata-se das desigualdades relacionadas ao nível de prevalência dos direitos de cidadania e esquemas de proteção social. Sociedades que dispõem de um estado de bem-estar forte e amplo, capaz de oferecer bons serviços públicos de educação, saúde ou transporte, contribuem enormemente para diminuir o impacto das desigualdades socioeconômicas sobre as condições de vida existentes (COSTA, 2019, p. 57).

Portanto, o autor vem tratar das desigualdades de poder e sua relação com as desigualdades socioeconômicas, onde ele argumenta que as desigualdades de se referem ao poder-se às diferenças nas possibilidades que indivíduos ou grupos têm de influenciar as decisões que tiveram suas trajetórias e convicções pessoais, bem como na distribuição assimétrica dos direitos políticos e sociais. Costa destaca ainda que as assimetrias de poder estão diretamente distribuídas às desigualdades socioeconômicas, ou seja, à distribuição desigual de recursos e oportunidades entre diferentes grupos da sociedade. Isso significa que a distribuição desigual de recursos e oportunidades entre diferentes grupos da sociedade é um fator determinante na distribuição de poder.

Para esse autor, que acaba argumentando que as desigualdades de poder também incluem desigualdades relacionadas ao nível de prevalência dos direitos de cidadania e esquemas de proteção social, que não são obrigatoriamente contemplados na posição socioeconômica individual. Em outras palavras, o acesso a direitos e proteções sociais pode variar de acordo com o poder de influência que os seres humanos ou grupos possuem na sociedade contemporânea, o que acaba tornando-se a crise social.

Convém destacar, que a crise educacional brasileira não atinge os mais “ricos”, mas as camadas mais “pobre” da população têm menos acesso à educação de equitativa e de qualidade, o que acaba por perpetuar um ciclo de pobreza e exclusão social no Brasil. Dessa forma, a falta de acesso à educação de qualidade para todos é um

problema que afeta não só as classes mais pobres da população, mas toda a sociedade, uma vez que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Ainda de acordo com Rocha *et al*, (2006, p. 18):

[...] o desenvolvimento como decorrência natural e necessária do crescimento econômico traduzido como aumento do PIB per capita. Difere também da abordagem do desenvolvimento pela formação de capital humano, quando a pessoa é tomada como meio e não como fim. Difere, ainda, da visão que vincula desenvolvimento à noção de satisfação das necessidades consideradas básicas dos indivíduos, em que o papel de agente do processo de desenvolvimento tende a ser ignorado. Nessa acepção, um país mais desenvolvido seria aquele onde as pessoas desfrutassem de mais liberdades, ou seja, não fossem restringidas em suas opções de vida. De acordo com essa definição, ter saúde prima como um exemplo de variável que abre as portas das escolhas. Se eu estiver doente e imóvel em uma cama, meu espaço de opções fica terrivelmente confinado: não posso ir aonde quero nem fazer as coisas que desejo. Igualmente, a pobreza pode confinar as opções abertas às pessoas: a falta de recursos materiais quer dizer que não posso fazer tudo o que quero por não ter dinheiro para tanto. Além disso, a falta de conhecimento pode constringer as opções de um modo sutil, mas eficaz: eu tenho de saber que tenho opções para exercê-las.

Nesse sentido, a autora apresenta as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento de um país. A primeira abordagem é baseada no crescimento econômico, representada pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. A segunda abordagem considera o desenvolvimento como decorrente da formação do capital humano, mas que, muitas vezes, coloca a pessoa como meio e não como fim do processo. Já a terceira abordagem relaciona o desenvolvimento à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, mas que tendem a ignorar o papel dos indivíduos no processo de desenvolvimento. A partir dessa última abordagem, o texto sugere que um país mais desenvolvido seria aquele em que as pessoas desfrutam de mais liberdades, ou seja, não estão restritos às suas opções de vida. Logo, constata-se que:

[...] o capitalismo, um dos mecanismos ideológicos utilizado para ocultar a natureza destrutiva do sistema social vigente é responsabilizar, exclusivamente, o indivíduo pelo seu “fracasso” ou pelo “sucesso”. Ambos são medidos pela capacidade de o sujeito agir de acordo com sua própria essência, ou seja, quanto mais individualista e egoísta ele for, mais se adaptará à ordem “natural” das coisas e mais “sucesso” obterá. Ademais, esta cosmovisão individualista [...] embute no imaginário popular uma noção sobre “sucesso”, que deve ser alcançado a partir do esforço individual, de um sujeito supostamente autossuficiente. O pobre, assim, é visto por essa mesma sociedade capitalista, que reifica as relações humanas e mercantiliza todas as esferas da vida cotidiana, como um perdedor, um ser desvalorizado socialmente, um ser desprovido de competências individuais para alcançar um determinado patamar financeiro [...] (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2009, p. 37).

Os autores ainda falam que:

[...] constitui um determinado padrão de relacionamento social que se estabelece com base em estereótipos, elaborados dentro de um determinado processo comunicativo cuja base é objetiva – a dominação política e econômica de uma classe sobre a outra. A ideologia de culpabilização do pobre baseia-se na elaboração e propagação de estereótipos [...] representam normas e valores caracterizados pela baixa mobilidade e baixo nível de operacionalização da personalidade, ou seja, pela incapacidade momentânea de o sujeito integrar as informações e transcender os processos simbólicos que o impedem de atualizar seus pensamentos, por meio de uma reflexão crítica a respeito de um determinado aspecto de sua vida. A imersão da consciência em um nível mais imediato da realidade faz com que as informações apareçam de maneira fragmentada, associada a elevadas cargas emocionais que exercem diferentes tipos de função psicológica, geralmente associados ao senso comum. Nessa perspectiva, a ideologia de culpabilização do pobre não serve para explicar as limitações do modelo capitalista, mas para justificar a desigualdade social a partir de um suposto déficit individual, que não é, necessariamente, comum a todos os homens, mas ele abarca, sem dúvida, nesta perspectiva, uma maioria desprivilegiada da população, o que contribui para reforçar a consciência de que o sistema social e as relações capitalistas são as únicas alternativas para o bem-estar da sociedade (EUZÉBIOS FILHO; GUZZO, 2009, p. 37).

Nesse sentido, a crise na educação destaca-se perante as desigualdades existentes no Brasil são um dos principais fatores que desencadearam essa crise. Neste cenário, as ideologias dos mais ricos têm mais peso e influência na tomada de decisões políticas sobre a educação, o que prejudica a implementação de políticas educacionais mais justas e efetivas. Convém destacar, que a falta de diálogo entre os governos e os diferentes atores envolvidos no processo educacional (educadores, educandos e sociedade em geral) é um problema que agrava a situação. Muitas vezes, as políticas educacionais são pensadas sem considerar as necessidades e expectativas desses atores, o que leva a resultados insatisfatórios.

De acordo com Arendt (2022, p. 266), a “[...] três pressupostos básicos, todos mais que familiares”. O primeiro “[...] refere-se à relação entre adultos e crianças, ou seja, o de que existe um “mundo da criança” (SCHÜTZ, 2016, p. 102). Segundo Arendt (2022, p. 266) “[...] uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível, permitir que elas governem”. Nesse sentido, os adultos seriam responsáveis por ajudar no governo do grupo de crianças, sem interferir ou causar constrangimento. No entanto, a situação individual da recém-nascido no grupo é mais complicada, já que ela está sujeita à tirania da maioria (SCHÜTZ, 2016).

Arendt (2022) argumenta que a situação da criança no grupo é pior do que quando ela está sozinha, pois a autoridade de um grupo é mais forte e tirânica do que a de um indivíduo isolado, mesmo que seja um grupo de crianças. Como retrata a autora, a ideia de que a situação da criança em um grupo pode ser mais desafiadora do que quando ela está sozinha no seu mundo de criança. Todo esse processo ocorre porque, ao se livrar da autoridade dos adultos, a criança está sujeita à tirania da maioria, ou seja, ela pode ser pressionada a seguir o comportamento ou as decisões desse grupo (crianças), mesmo que isso não esteja de acordo com sua vontade ou consciência.

Hannah Arendt (2022) ainda retrata que a autoridade de um grupo é mais forte e tirânica do que a de um indivíduo isolado, pois a pressão social pode ser muito poderosa e influenciar profundamente o comportamento e as escolhas de uma criança, recém-chegada a esse mundo, onde ela tem que fazer escolhas. Nessa direção, é importante que os adultos estejam atentos e conscientes da dinâmica do grupo para ajudar a proteger a autonomia e a liberdade das crianças que estão sob sua responsabilidade. Arendt (2022, p. 266) essas “[...] relações reais e normais entre crianças e adultos, emergentes do fato de que pessoas de todas as idades se encontram sempre simultaneamente reunidas no mundo, são assim suspensas”. É importante destacar que, criar desafios, especialmente quando se trata de estabelecer relações de poder e autoridade entre pessoas de diferentes idades.

Para Arendt (2022, p. 266-267):

[...] o primeiro pressuposto básico levar em conta somente o grupo, e não a criança individual. Quanto à criança no grupo, sua situação, naturalmente, é bem pior que antes. A autoridade de um grupo, mesmo que este seja um grupo de crianças, é sempre consideravelmente mais forte e tirânica do que a mais severa autoridade de um indivíduo isolado. Se a olharmos do ponto de vista da criança individual, as chances desta de se rebelar ou fazer qualquer coisa por conta própria são praticamente nulas; ela não se encontra mais em uma luta bem desigual com uma pessoa que, é verdade, tem absoluta superioridade sobre ela, mas no combate a quem pode, no entanto, contar com a solidariedade das demais crianças, isto é, de sua própria classe; em vez disso, encontra-se na posição, por definição irremediável, de uma minoria de um em confronto com a absoluta maioria dos outros. Poucas pessoas adultas são capazes de suportar uma situação dessas, mesmo quando ela não é sustentada por meios de compulsão externos; as crianças são pura e simplesmente incapazes de fazê-lo.

Nesse sentido, Schütz (2016, p. 103), diz que o primeiro pressuposto tem a ver com a modificação profunda da escola:

[...] ou seja, ela deve se adaptar às crianças, ao ritmo delas, à sua autonomia e à capacidade de autorregulação, ao invés de fazer com que as crianças se adaptem à escola. Libertar a criança da autoridade dos adultos implica na defesa convicta de lhe proporcionar, desde muito cedo, uma convivência “saudável” com seus pares. Em outras palavras, seria afirmar que a criança se desenvolve melhor, mais livre, longe da autoridade dos adultos, mas na companhia de crianças que possuem a mesma idade, principalmente na escola. Aí se pode (e deve) permitir a construção de um mundo das crianças, uma sociedade na qual as crianças possam fazer a aprendizagem da sua autonomia. A relação esperada entre crianças e adultos, no entanto, é suspensa pelo banimento dessas do mundo adulto, mas também, em consequência, elas são entregues à tirania do seu próprio grupo.

Portanto, na superioridade numérica, as crianças não têm a capacidade de se rebelar contra essa situação opressora, já que não podem argumentar devido à sua idade e não têm a possibilidade de escapar para um mundo adulto. Nesse caminho, os adultos, essa situação é difícil de suportar, e para as crianças ainda é mais insuportável. É importante notar que os recém-chegados procuram instintivamente as autoridades para guiá-los em um mundo desconhecido, pois não podem confiar em seu próprio julgamento. Se os adultos falham em ser essa autoridade, o recém-chegado é forçado a se ajustar ao seu próprio grupo, e em algumas situações, o grupo de pares se torna sua autoridade suprema, gerado na emergência da turba e do bando (SCHÜTZ, 2016).

Já o segundo pressuposto, segundo Hannah Arendt (2022, p. 267) “[...] veio à tona na presente crise e tem a ver com o ensino”. Segundo a autora, identificou-se que outro fator básico que se apresentou na crise atual está relacionado com o ensino. Isso significa que a crise na educação em questão pode ter sido influenciada ou agravada por problemas no sistema educacional no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. A falta de investimento em educação, a precarização do trabalho dos docentes, a falta de recursos e equipamentos nas instituições escolares, a falta de políticas públicas adequadas para o setor, entre outras questões, que podem ter contribuído para a crise na educação. Dentre esses motivos, Arendt sugere que é importante considerar a educação como um fator relevante na análise de problemas sociais e políticos da contemporaneidade.

Segundo Arendt (2022, p. 267-268):

[...] a influência da psicologia moderna e dos princípios do pragmatismo, a pedagogia transformou-se em uma ciência do ensino em geral a ponto de se emancipar inteiramente da matéria efetiva a ser ensinada. Um professor, pensava-se, é um homem que pode simplesmente ensinar qualquer coisa; sua formação é

no ensino, e não no domínio de qualquer assunto particular. Essa atitude, como logo veremos, está natural e intimamente ligada a um pressuposto básico acerca da aprendizagem. Além disso, ela resultou nas últimas negligências extremamente graves na formação dos professores em suas próprias matérias, particularmente nos colégios públicos. Como o professor não precisa conhecer sua própria matéria, não raro acontece encontrar-se apenas um passo à frente de sua classe em conhecimento.

Arendt (2022) destaca a influência da psicologia moderna e os princípios do pragmatismo na pedagogia, levando-a a se tornar uma ciência do ensino em geral, em detrimento do domínio da matéria efetiva a ser ensinada nas instituições escolares. Desse modo, levou-se à crença equivocada de que qualquer indivíduo pode ser um educador, independentemente de seu conhecimento específico sobre uma determinada área de conhecimento. Segundo a autora, houve uma negligência grave na formação dos professores em suas próprias áreas de conhecimento, especialmente nas escolas públicas, levando a situações em que os professores têm conhecimento limitado sobre os assuntos que ensinam dessa realidade que se apresenta.

Nesse sentido, Arendt reitera que o segundo pressuposto está intimamente ligado a um planejamento básico sobre o ensino e a aprendizagem dos recém-chegados ao mundo. Nota-se que há uma grande necessidade de prover a formação dos professores em suas próprias matérias - é preciso que o professor saiba, em profundidade, a sua disciplina, o que irá ensinar. A autora argumenta que a formação de docentes tem sido negligenciada e que o foco tem sido mais na didática do que no conteúdo a ser ensinado.

Todo esse processo tem levado os professores a se preocuparem mais com o “como” ensinar do que com “o que” ensinar aos seus alunos. A autora afirma ainda que a Pedagogia se tornou uma ciência geral de ensino, desvinculada da matéria efetiva a ser ensinada aos alunos. Tudo isso tem levado à ideia equivocada de que um professor pode ensinar qualquer matéria, quando, na verdade, sua formação deve ser cuidada tanto para a didática quanto para o domínio de algum assunto específico.

Nesses aspectos, Arendt (2022, p. 268) fala que o “[...] papel pernicioso que representam na crise atual a pedagogia e as escolas de professores só se tornou possível devido a uma teoria moderna acerca da aprendizagem”.

Já o terceiro pressuposto, conforme a autora, é “[...] pressuposto básico em nosso contexto, um pressuposto que o mundo moderno defendeu durante séculos e que encontrou expressão conceitual sistemática no pragmatismo” (ARENDR, 2022, p. 268).

Arendt (2022), o princípio fundamental é que só podemos conhecer e compreender algo que nós mesmos fizemos. Na educação, isso se traduz em substituir, na medida do possível, o aprendizado pela prática. O objetivo é levar o educador a estar em constante aprendizado, de forma que ele não transmita conhecimento estático, mas demonstra continuamente como o conhecimento é produzido. A falta de importância atribuída ao domínio do professor sobre a matéria é motivada pelo desejo de incentivá-lo a estar em constante aprendizado e demonstrar aos alunos como o conhecimento é criado.

Hannah Arendt (2022, p. 268) diz que:

[...] a intenção consciente não era a de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar uma habilidade, e o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais que tiveram tanto êxito em ensinar a dirigir um automóvel ou a utilizar uma máquina de escrever, ou, o que é mais importante para a "arte" de viver, como ter êxito com outras pessoas e ser popular, quanto foram incapazes de fazer com que a criança adquirisse os pré-requisitos normais de um currículo padrão. Entretanto, essa descrição é falha, não só porque exagera obviamente com o objetivo de repisar um argumento, mas também porque não leva em conta como, nesse processo, se atribuiu importância toda especial à diluição, levada tão longe quanto possível, da distinção entre brincadeira e trabalho - em favor do primeiro. O brincar era visto como o modo mais vivido e apropriado comportamento da criança no mundo, por ser a única forma de atividade que brota espontaneamente de sua existência enquanto criança. Somente o que pode ser aprendido mediante a brincadeira faz justiça a essa vivacidade.

De acordo com Arendt, que acaba sugerindo que a descrição apresentada é alcançada, não apenas por exagerar em prol de um argumento, mas também por não levar em conta a importância atribuída à diluição da distinção entre brincadeira e trabalho na educação. Nessa abordagem enfatiza-se a importância do brincar como a forma mais natural e respeitosa de comportamento para a criança, pois a brincadeira surge espontaneamente da existência da criança. Nessa perspectiva, o aprendizado por meio de brincadeiras pode capturar essa vivacidade e entusiasmo inerentes à infância.

Schütz, considera que:

[...] a partir dos três pressupostos, nota-se a clara influência da educação progressista na severa ruptura com as tradições e métodos de ensino e aprendizagem. A ordem clássica e esperada na relação entre professor e aluno é invertida, e a criança, doravante, é o centro do processo educativo, além de se enfatizar, demasiadamente, a brincadeira como linguagem própria da infância. É contra isso que Arendt se posiciona. Lembramos que à escola cabe o ofício de possibilitar a transição segura e gradual das crianças da esfera privada (familiar) para a esfera pública. Família e escola assumem, ou pelo menos deveriam

assumir, a responsabilidade pelos novos, aos quais se destina a educação (SCHÜTZ, 2020, p. 105).

Ainda segundo Schütz (2020), a reflexão sobre a influência da educação progressista na inversão da relação entre educador e educando, se instaura com os alunos sendo colocados no centro do processo educativo e a ansiedade excessiva na brincadeira como linguagem própria da infância. Ele afirma que Hannah Arendt se posiciona contra essa abordagem, destacando que a instituição escolar tem a responsabilidade de garantir uma transição segura e gradual das crianças da esfera privada para a esfera pública, sendo que tanto a família quanto o espaço escolar devem assumir essa responsabilidade.

É notório que a reflexão apresentada é importante, uma vez que levanta questões relevantes sobre o papel do espaço escolar e a forma como a educação deve ser conduzida pelos professores e todos que fazem a educação acontecer. Embora uma abordagem progressista possa ter seus méritos e vantagens, é preciso considerar cuidadosamente como a instituição escolar pode garantir que os recém-chegados estejam preparados para se integrarem na sociedade de forma plena e efetiva e, principalmente, naqueles espaços em que suas vidas se decidem. Acredita-se que é necessário que se estabeleça um equilíbrio entre as inovações e tradições educacionais, com foco na formação integral do indivíduo e no desenvolvimento de suas competências e habilidades sociais e emocionais em uma sociedade capitalista.

Dessa forma, muitos são os que sugerem que para superar a crise na educação, é necessário resolver as desigualdades sociais. É permitido mencionar, que a ausência de políticas públicas efetivas para a educação também pode contribuir para a perpetuação da desigualdade social, uma vez que a educação é um dos principais meios de ascensão social e de acesso a oportunidades. É preciso que os políticos, independentemente de serem federais, estaduais ou municipais, estejam mais atentos quando o assunto for a valorização da educação básica brasileira. Nesse caminho, uma educação que não tem qualidade e equidade deixa muitas crianças e adolescentes impedidos de desenvolver todo o seu potencial e de competir em igualdade de condições no mercado de trabalho.

Enfim, a crise na educação é um fenômeno complexo e que envolve diversos fatores interrelacionados. Para superar essa crise, é necessário investir mais na área educacional, incentivar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais,

promover o diálogo entre os diferentes atores envolvidos e buscar soluções criativas e inovadoras para os desafios educacionais. Dessa forma, cabe aos governantes votarem as leis que regulam a educação básica do país. É permitido mencionar, que será possível garantir o acesso à educação de qualidade para todos e construir uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida, capaz de enfrentar os desafios deixados no passado, os desafios do presente e os desafios do futuro.

### **3.2 Educação e Política: um diálogo entre Hannah Arendt e Paulo Freire**

Hannah Arendt (1906-1975) deixa claro em seu livro “Entre o Passado e o Futuro”, no ensaio “Verdade Política”, que as verdades não podemos modificar. Segundo Arendt (2022, p. 367), “[...] podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, é o solo sobre o qual nós colocamos de pé e o céu que se estende diante de nós”. Sobre isso, ir-se-á debater as noções complementares e divergentes dos conceitos de política e educação. A relação entre educação e política tem sido amplamente aceita por muitos pensadores ao longo da história. Na atualidade, pode-se citar dois dos autores influentes nessa discussão: Hannah Arendt e Paulo Freire.

Hannah Arendt (2022), argumenta que a educação é um elemento essencial na formação de uma sociedade democrática, em que a liberdade e autonomia sejam respeitadas. Arendt (2020), em sua obra “A Condição Humana”, enfatizou a importância da educação como um meio de desenvolver a capacidade de pensar criticamente e agir com responsabilidade política. Segundo ela, a educação deve ensinar as pessoas a pensar por si mesmas e tomar decisões bem controladas, em vez de simplesmente seguir as opiniões de outros. O ser político nasce político em todas as esferas da sociedade brasileira. Pode-se afirmar que, a educação é o meio pelo qual esses indivíduos estabelecem as relações políticas existentes.

Portanto, Schütz apresenta:

[...] a essência entre a relação da educação e da política no pensamento arendtiano que, grosso modo, revela ser inaceitável a tentativa de constituir mudanças políticas por meio da educação, ou então, de usá-la como solução dos assuntos políticos. Quando a educação se transforma em mero instrumento para fins políticos, o resultado não poderia ser outro – instrumentalizar a educação como se os resultados pudessem de alguma forma ser totalmente previsíveis. [...] A provocação de Arendt diante da posição que a educação tem entre as esferas privada e pública [...]. A posição defendida por Arendt se torna complicada quando

não se consegue manter as barreiras, ou limites necessários entre aquilo que é considerado privado e público. É isso que ocorre exatamente na Modernidade – uma verdadeira confusão entre os dois domínios. É importante ressaltar que essa confusão não possui sua origem nos meios educacionais, mas, primeiramente, em outros âmbitos sociais e, posteriormente, se manifesta na educação. Mas, pela fragilidade da criança, que é o objeto da educação, qualquer ocorrência aqui se revela de forma mais problemática (2016, p. 16).

Nesse olhar, Schütz (2016) discute a posição de Hannah Arendt sobre a importância de manter as barreiras entre o que é considerado privado e público, e como isso se torna complicado na Modernidade, onde há uma confusão entre esses dois domínios. Nessa premissa, Schütz ressaltava que essa confusão não tem sua origem na educação, mas sim em outros âmbitos sociais, e que isso se manifesta na educação de forma mais problemática devido à prevenção da criança, que é o objeto da educação. Ele ainda comenta que Arendt argumenta que a esfera privada é onde os indivíduos exercem sua liberdade e autonomia, enquanto a esfera pública é onde eles se envolvem em atividades políticas e sociais com outros indivíduos.

No entanto, na Modernidade, a esfera privada e a esfera pública se tornaram cada vez mais confusas, o que pode levar a problemas, especialmente na educação. É notório, conforme o pensamento de Schütz (2016), que essa confusão não é um problema exclusivo da educação, mas também é observado em outros aspectos da vida social dessa sociedade pós-moderna. No entanto, a educação é particularmente importante porque as crianças são independentes e precisam de orientação de pessoas adultas que se responsabilizem pela sua educação.

Portanto, qualquer confusão ou mistura entre o público e o privado na educação pode ter consequências problemáticas para o desenvolvimento dos recém-chegados a esse mundo ao qual estão prestes a serem apresentados. Isso sugere que é importante ter clareza sobre o papel e as responsabilidades dos educadores para garantir que os alunos recebam uma educação adequada e de qualidade.

Face ao exposto, Arendt (2022, p. 261) comenta que o “[...] papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos”. Convém destacar que Arendt (2022) sabia do papel da educação nas utopias políticas ao longo da história.

Segundo a autora, a educação sempre foi considerada fundamental para a construção de um novo mundo, desde os tempos antigos. A partir disso, Arendt destaca que é natural querer começar um novo mundo com aqueles que são novos por nascimento e por natureza, ou seja, com as crianças. Isso porque a educação é capaz de moldar o pensamento e o comportamento das gerações futuras, concretizando a realização das novas utopias políticas alcançadas com o passar dos tempos.

Apesar disso, Arendt (2022, p. 261-262) diz que:

[...] à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. Por esse motivo na Europa, a crença de que se deve começar das crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrinam. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Seja lá quem queira educar adultos, na realidade pretende agir como guardião e impedi-los da atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra "educação" soa mal em política; o que há é uma pretensa educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força. Quem desejar seriamente criar uma ordem política mediante a educação, isto é, nem através de força e coação, nem através da persuasão, se verá obrigado à pavorosa conclusão platônica: o banimento de todas as pessoas mais velhas do Estado a ser fundado.

Arendt (2022) coloca em questão o papel da educação na política, argumentando que a educação não pode desempenhar um papel significativo na política, pois as pessoas já estão educadas quando entram na esfera política. Além disso, o autor sugere que qualquer tentativa de educar adultos na política pode ser vista como uma tentativa de impedi-los de participar ativamente na política. Nessa perspectiva, a palavra "educação" pode ser mal interpretada na política e que, em vez disso, pode haver uma pretensa educação que é na verdade uma forma de coerção sem o uso da força.

Todavia, Arendt sugere que qualquer tentativa de criar uma ordem política por meio da educação pode levar à conclusão de que todas as pessoas mais velhas devem ser banidas do Estado a serem fundadas. Nesse sentido, é permitido mencionar que questões importantes sobre o papel da educação na política e sobre como as pessoas são educadas em relação à política principalmente nessas sociedades capitalistas. Requisitos como esse, onde a educação é um processo contínuo ao longo da vida e que as pessoas sempre têm algo a aprender, independentemente de sua idade ou nível de

educação. Portanto, “[...] não se trata de uma posição isolada, mas de uma convicção generalizada no campo da educação (CARVALHO, 2014, p. 819).

Ainda de acordo com Carvalho:

[...] as suas primeiras formulações, essa visão acerca das relações entre os domínios da política e da educação tornou-se hegemônica também entre professores e gestores de sistemas educacionais. A adesão à ideia da indissociabilidade entre a atividade educacional e a ação política ganhou tal força, que o mero fato de a colocar em questão causa perplexidade ou repulsa. Daí o estranhamento – ou a rejeição imediata e muitas vezes irrefletida – da afirmação de Arendt [...] de que “a educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados”. Há nessa controvérsia entre Arendt e as teorias críticas da educação duas divergências que se interpenetram, mas não são idênticas. Uma diz respeito ao sentido e à abrangência do termo política; a outra, ao próprio cerne da distinção: os princípios que regem a ação política e a atividade educativa. No que tange ao conceito de política, vale destacar que, enquanto Arendt o utiliza numa acepção restrita, que o distingue do caráter gerencial da noção de governo e o opõe às relações de dominação fundadas na violência, para as teorias críticas seu uso é mais amplo, abrangendo qualquer relação de poder ou de dominação (2014, p. 819).

Carvalho (2014) aborda a polêmica da pensadora Hannah Arendt e as teorias críticas da educação sobre o papel da educação na política. Nesse primeiro momento, ele sugere que Arendt acreditava que a educação não tinha nenhum papel a desempenhar na política, enquanto as teorias críticas da educação defendiam que a educação era fundamental para a política. Nesse processo, o autor destaca duas divergências entre as visões de Arendt e as teorias críticas da educação.

A primeira divergência refere-se ao conceito de política para Hannah Arendt. Enquanto ela entendia a política em um sentido restrito, que a distinguia do governo e da dominação baseada na violência, as teorias críticas da educação entendiam a política em um sentido mais amplo, abrangendo qualquer relação de poder ou dominação. A segunda divergência está relacionada aos princípios que regem a ação política e a atividade educacional. Carvalho (2014) sugere que as teorias críticas da educação defendem a ideia de que a educação pode desempenhar um papel importante na política, pois ela pode ser utilizada para promover a justiça social e a igualdade.

Em contraponto, Arendt (2022) apresentou uma tese polêmica sobre a crise educacional no mundo moderno, na qual ela defende que é necessário separar o campo da educação dos domínios públicos e políticos, para que se possa aplicar a ele um conceito de autoridade e uma atitude em relação ao passado específico, que não se

aplica nem deve ser reivindicado para o mundo adulto. Carvalho (2014) fala que essa visão tem sido criticada e contraposta por teorias críticas da educação, que argumentam que essa separação seria apenas uma forma ideológica de ocultar o papel político da educação na conservação e reprodução de formas de dominação materiais e ouvidas.

Segundo Carvalho (2014, p. 815):

[...] a complexidade dos problemas envolvidos nas relações entre o significado público da formação educacional, a experiência escolar no mundo contemporâneo e os domínios da vida pública e política desaconselha qualquer tentativa de enquadramento do pensamento de Arendt nas categorias dicotômicas típicas dos discursos educacionais, como a oposição entre teorias críticas e liberais ou entre pedagogias progressistas e tradicionais. O que procuramos mostrar aqui é que, no pensamento de Arendt, o divórcio entre os domínios da educação e da política não deve ser tomado como a afirmação do caráter apolítico das instituições e práticas educacionais. Trata-se antes de alocar a relação pedagógica num âmbito intermediário entre esses domínios: numa esfera pré-política que, embora de grande relevância e profundo significado para a ação política, com ela não se confunde, em razão da natureza das relações que engendra e da peculiaridade de seus princípios e práticas.

Nessa perspectiva, Carvalho (2014) argumenta que a complexidade das relações entre a formação educacional, a experiência escolar e a vida pública/política desaconselham a tentativa de enquadrar o pensamento de Arendt em categorias dicotômicas típicas dos discursos educacionais. Em vez disso, Carvalho sugere que a relação pedagógica deve ser entendida como uma esfera preservada entre a educação e a política, com sua própria natureza e princípios. Isso implica que a educação não deve ser vista como um mero instrumento para a ação política, mas sim como um domínio com suas próprias finalidades e significados, embora conectado à esfera pública/política.

Nesse sentido, é importante esclarecer as particularidades de diversos aspectos da experiência humana e identificar os diferentes princípios que historicamente foram estabelecidos como fomentadores da atividade educacional e da ação política. Dessa forma, é importante destacar que essa distinção não tem como objetivo separar esses aspectos em esferas compreensíveis e incomunicáveis, mas sim evitar que sejam confundidos em uma totalidade indistinguível, o que levaria a confusões teóricas e práticas. Portanto, enfatizar a diferença entre essas esferas é uma condição essencial para pensar sobre suas inter-relações (CARVALHO, 2014).

De acordo com Arendt (2022) a falta de pensamento crítico e reflexivo, ou seja, a tendência das pessoas em aceitar e repetir ideias sem questioná-las ou examiná-las

cuidadosamente, é uma das características mais preocupantes do nosso tempo. Com esse olhar, ela usa o termo “thoughtlessness”, que pode ser traduzido como ausência de pensamento, para se referir a essa negligência em relação ao pensamento crítico. Nesse caminho, Arendt argumenta que essa falta de pensamento é especialmente problemática porque as pessoas estão sendo cada vez mais bombardeadas com informações e opiniões, muitas vezes contraditórias, o que torna ainda mais importante ser crítico e cuidadoso em relação ao que se aceita como verdade. Em vez disso, muitas pessoas estão se contentando com “verdades” transformadas e vazias.

Portanto, Carvalho (2014, p. 815) vem trazendo uma “[...] resposta a essa confusão desesperada – no panorama brasileiro, traduzida na aceitação acrítica e na repetição da máxima de que toda pedagogia é política e toda política é pedagógica”. De acordo com Carvalho (2014), é importante investigar a natureza dos diferentes campos, suas características únicas, suas inter-relações e tensões, a fim de obter uma compreensão mais completa das experiências e dos discursos educacionais da atualidade. Nesse mesmo sentido, ao examinar cuidadosamente cada campo e sua relação com os demais, podemos ter uma visão mais ampla e aprofundada sobre as políticas e as práticas educacionais contemporâneas e os discursos que as sustentam.

Dessa forma, os discursos que as sustentam, as políticas e as práticas educacionais, continuam divergindo uma da outra. É nessa sociedade que questionam os dois lados da moeda em que estamos construindo uma sociedade mais democrática. Nessa perspectiva, é importante lembrar que a participação ativa na política é um direito fundamental em uma sociedade democrática e que a educação pode desempenhar um papel importante em capacitar as pessoas a participar de forma efetiva desse processo de conscientização. Paulo Freire (2021b), aceitou uma abordagem educacional crítica que incentivava a conscientização e a participação política da sociedade brasileira.

Ainda se referindo ao pensamento do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, expresso em seu livro “Pedagogia do Oprimido”. Nesta obra, Freire argumenta que a educação deve ser vista como um processo de diálogo e reflexão, no qual os estudantes são encorajados a pensar criticamente sobre sua realidade social e trabalhar para transformá-la em uma sociedade mais justa, igualitária e democrática em plena sociedade pós-moderna. De acordo com Freire, a educação tradicional muitas vezes reproduz as desigualdades sociais existentes, perpetuando a opressão e a dominação de certos

grupos sobre outros. Em contrapartida, uma educação libertadora deve ser baseada na conscientização crítica, na solidariedade e na ação transformadora, permitindo que os alunos se tornem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral. Em resumo, o autor defende uma educação que não apenas informa os estudantes, mas também os capacita para participar ativamente na construção de um mundo melhor.

Na sociedade pós-moderna, acreditava-se que a educação crítica e reflexiva poderia ajudar a criar uma sociedade mais democrática e igualitária perante o povo brasileiros. Ainda de acordo com Freire (2021b, p. 18) a “[...] prática política que se funda na compreensão mecanicista da História, redutora do futuro a algo inevitável, castra” [...] onde os indivíduos nas suas capacidades de decidirem, de optarem, mas não tem força alguma para mudar a natureza de suas histórias (FREIRE, 2021b). Nesse caso, “[...] prevalece a compreensão da História como possibilidade, em que não há lugar para as explicações mecanicistas dos fatos nem tampouco para projetos políticos de esquerda que não apostam na capacidade crítica das classes populares” (FREIRE, 2021b, p. 18).

Paulo Freire (2021b, p. 18-19), diz que:

[...] as lideranças progressistas que se deixam tentar pelas táticas emocionais e místicas por lhes parecerem mais adequadas às condições histórico-sociais do contexto, terminam por reforçar o atraso ou a imersão em que se acham as classes populares devido aos níveis de exploração e submissão a que se acham tradicionalmente submetidas pela realidade favorável às classes dominantes. Obviamente que seu equívoco não está em respeitar seu estado de preponderantemente imersas na realidade, mas em não as problematizar. É assim que se impõe o reexame do papel da educação que, não sendo fazedora de tudo, é um fator fundamental na reinvenção do mundo. Na pós-modernidade progressista, enquanto clima histórico pleno de otimismo crítico, não há espaço para otimismo ingênuos nem para pessimismos acabrunhadores. Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História com movimentos, com luta.

Freire (2021b, p. 19) ainda fala que a “[...] História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação”, é por isso que não teríamos uma crise na educação. Paulo Freire destaca a importância da História como uma possibilidade para o desenvolvimento da educação brasileira. Segundo ele, a História não pode ser vista como algo estático ou imutável, mas sim como algo dinâmico e sujeito a controvérsias e conflitos. Dessa forma,

a educação não pode ser vista como um processo neutro ou imparcial, mas sim como algo que está diretamente relacionado à História e à sua interpretação.

Nesse sentido, a educação não pode ser separada dos conflitos que existem na sociedade, mas deve ser vista como uma ferramenta para lidar com eles de forma crítica e reflexiva. Portanto, a citação de Freire sugere que a educação não está em crise, mas sim em constante transformação e evolução, na medida em que a História e os conflitos sociais evoluem. Paulo Freire (2021b, p. 19) diz que a “[...] pós-modernidade progressista nos coloca é a compreensão realmente dialética da confrontação e dos conflitos e não sua inteligência mecanicista. Freire enfatiza a importância de uma compreensão mais profunda e complexa dos conflitos e confrontações na pós-modernidade progressista e que envolvam as questões políticas e educacionais.

Nessa abordagem feita por Freire, os aspectos mecanicistas tendem a simplificar e reduzir os conflitos a uma lógica binária de opressor e oprimido, ignorando as nuances e complexidades envolvidas nas dinâmicas de “poder” por “poder”. No caso como esse, afirma Freire (2021b, p. 43) que o “[...] problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedaram” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Para o autor, trata-se da dificuldade que os oprimidos enfrentam ao tentar participar da elaboração de uma pedagogia de libertação, já que muitas vezes eles internalizam a lógica opressora, e tornam-se seres duplos e não verdadeiros perante a sociedade que os cerca constantemente.

Freire (2021b) destaca a importância de entender que a luta pela libertação, pela autonomia e pela autoridade, que não se resume apenas a uma questão de conscientização, mas também envolve um processo de descolonização da mente e de construção de novas formas de pensar reflexivamente nos seus atos e maneiras de agir perante a sociedade capitalista. O processo de reflexão é extremamente relevante em contextos de opressão, em que os indivíduos precisam enfrentar não apenas as estruturas opressoras externas, mas também as barreiras internas que impedem a realização plena da sua humanidade dentro e fora da comunidade em que vivem.

De acordo com Paulo Freire (2021b, p. 19):

[...] a dialética porque muitas vezes a prática assim chamada é, de fato, puramente mecânica, de uma dialética domesticada. Em lugar da decretação de uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos a

fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações. Restaurar assim a significação profunda da radicalidade. A radicalidade de meu ser, enquanto gente e enquanto mistério, não permite, porém, a inteligência de mim na estreiteza da singularidade de apenas um dos ângulos que só aparentemente me explica. Não é possível entender-me apenas como classe, ou como raça ou como sexo, mas, por outro lado, minha posição de classe, a cor de minha pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos na análise do que faço, do que penso, do que digo. Como não pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação, minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança.

Toda essa história retratada por Freire, na citação acima, ele acaba nos levando-os a vermos a importância da experiência social na formação do indivíduo, ressaltando que suas crenças, cultura, opção política e esperança são elementos fundamentais que influenciam a maneira como ele se relaciona com a sociedade em que está inserido. Nessa perspectiva, Freire (2021b) reforça essa ideia, destacando que a experiência social é um aspecto que não pode ser ignorado ou deixado de lado na reflexão sobre a formação dos indivíduos. Nessa concepção, a ideia de que as conexões entre os seres humanos formam o que é chamado de sociedade política, ou seja, uma rede de relações sociais que se relacionam com a política e que são influenciadas pelos elementos mencionados no texto anterior. Essa conexão entre sociedade e política destaca a importância da participação e engajamento político para a transformação social.

Nessa direção, Benvenuti (2010, p. 49) retrata que a esfera “[...] pré-política, utilizada nesses trechos para designar a educação, evidencia uma relação entre ela e a política (embora os contextos de sua aparição, ao menos em “A Crise na Educação”, não tenham muito a nos revelar sobre o que isso significa). Mas, que todas as relações aconteçam e sejam de forma eficaz entre a educação e a política.

A esfera pré-política como com o início da articulação da política, acaba se tornando um processo ativo. Dentre esse motivo, Benvenuti (2010, p. 49) nos leva a “[...] pensar que o uso desse termo revela algo mais profundo a respeito da relação entre os âmbitos da educação e da política”. Além disso, a política e a educação “[...] são os conceitos que já sabemos serem essencialmente comuns a ambas, a saber, a natalidade e o mundo, o que mais tarde consideraremos” (BENVENUTI, 2010, p. 49).

Benvenuti (2010, p. 49-50) considera que:

[...] antes de chegarmos a uma reflexão que envolva esses dois conceitos e se refira à educação propriamente dita, nos dedicaremos a encontrar outros momentos no pensamento de Arendt nos quais ela faz referência à expressão pré-política para designar outras situações, para que possamos dessa forma compreender seu significado. É dessa maneira que nossa reflexão ganhará elementos a partir do conjunto da obra política de Arendt para podermos pensar as possíveis razões de a educação estar assim designada. [...] Esforço é necessário, pois, além de essa expressão ser utilizada pouquíssimas vezes durante seus escritos, Arendt não se dedica a explicar seu significado. No entanto, os contextos em que a expressão pré-política é utilizada apontam um mesmo tipo de relação entre tudo aquilo a que ela se refere e a própria política. Nessa perspectiva, é essa relação que procuraremos identificar e, mais tarde, compreender no que se refere à educação.

Segundo Benvenuti (2010), há uma relação entre a expressão “pré-política” e a política em si, e que essa relação será investigada em relação à educação. A pré-política e a política se relacionam com essa ideia ao indicar que há uma visão compartilhada de que a educação deve ser um processo ativo, no qual os estudantes são incentivados a pensar criticamente e agir com responsabilidade política.

Essa visão educacional pode ser vista como uma forma de preparar os estudantes para uma participação cidadã ativa nas relações e ocupações com a sociedade política. Silva (2021, p. 106) retrata ainda que as “[...] noções ocupam espaços relevantes, tanto na abordagem de Hannah Arendt acerca da política quanto da educação”.

Não obstante, isso quer dizer que “[...] podemos depreender pelo exposto até então que alguma conexão conceitual educação e política possuem no bojo de sua obra. E esta conexão conceitual, não obstante ter por elo a natalidade, não pode vilipendiar a importância da liberdade” (SILVA, 2021, p. 106). Para Arendt, isso significa ensinar as crianças e os adolescentes a pensar por si mesmas, enquanto se situam no mundo dos adultos, enquanto para Freire, significa incentivar a participação ativa na transformação da sociedade dos indivíduos na pós-modernidade.

Nesse processo, ambos os autores enfatizaram a importância da educação como um meio de criar uma sociedade mais democrática, liberta e igualitária, a partir da inserção dos novos no legado humano. A partir dessas considerações, acredita-se que a educação deveria ser um processo ativo, reflexivo, com profundidade teórica e criticidade, no qual os professores são os mediadores dos estudantes os quais são incentivados a pensar por si (o que não significa que sejam largados à própria sorte, mas sempre orientados e acompanhados pelo professor) mesmos e a participar ativamente na transformação da sociedade pós-moderna (quando adultos).

Nessa perspectiva, é preciso promover uma educação crítica e cidadã, que prepare os estudantes para participar ativamente da sociedade política, compreendendo seus direitos e deveres, e confiante para a construção de uma sociedade mais dinâmica, justa e democrática. Assim, conforme o exposto, torna-se necessário integrando conteúdos políticos e sociais ao currículo escolar, além de incentivar práticas educacionais que estimulem a reflexão crítica e o diálogo sobre questões políticas e sociais relevantes.

## CAPÍTULO III

### 4 DOCÊNCIA E EDUCAÇÃO

Na contemporaneidade, é importante que as pessoas libertas e autônomas tenham seus direitos e deveres respeitados. Nesse processo, o respeito aceito exige o respeito mútuo entre indivíduos. A vinculação da liberdade e autonomia à educação pode ajudar a formar indivíduos para a vida, mudando assim o mundo e a realidade em que vivem. Nesse viés, a conquista da liberdade e autonomia através da educação é crucial na sociedade contemporânea, pois sem educação não há liberdade.

Portanto, a crise na educação é um ponto de partida para o problema político contemporâneo da sociedade atual. É importante destacar que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social, pois permite o acesso ao conhecimento e à cultura, além de fomentar o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade.

Uma reflexão sobre o pensamento de Hannah Arendt é importante para entender a situação da educação brasileira ao longo do tempo. Hannah Arendt se preocupou com a formação, liberdade e autonomia na educação e abordou esses temas em meio à crise da educação nos EUA em 1950. Segundo Almeida (2011), Hannah Arendt considerou a educação como um problema político de grande importância para a sociedade.

No entanto, quando a educação é precária ou inacessível, há uma série de consequências negativas que não resultaram apenas na formação dos indivíduos, mas também na sociedade como um todo. Diversos autores afirmam que a falta de educação pode gerar desigualdade, exclusão social, falta de oportunidades, aumento da violência, do crime, das drogas lícitas e ilícitas entre outros problemas.

Portanto, é importante que os educadores estejam conscientes da realidade política em que estão inseridos e evitem distorcer o significado da liberdade e da autonomia na educação. A formação, liberdade e autonomia na educação permitem conhecer o mundo como ele é, e não como ele é idealizado (ARENDR, 2022). Conhecer o mundo significa ter acesso a informações verdadeiras sobre ele.

É por isso que os educadores precisam ser mediadores e entender que a autoridade, a liberdade e autonomia estão sujeitas ao meio político dessa sociedade

capitalista da pós-modernidade. Nesse caminho, o conceito de política demonstra a realidade e a forma de experimentar uma sociedade que coloca a educação como parâmetro político e social, o que pode distorcer o significado da formação humana, da liberdade e da autonomia. Sobre liberdade humana, Almeida, fala que:

[...] é um desafio para a educação. Certas necessidades são dadas e podem ser atendidas de um modo mais ou menos eficiente, mas, quando tratamos da liberdade, nos movemos num campo que exige mais do que competências técnicas – uma esfera em que as decisões que tomamos dependem do nosso julgamento, dos nossos princípios, daquilo que queremos e da forma que encontramos para conviver com os diferentes. A possibilidade de constituirmos e cuidarmos de um mundo comum no qual podemos ser livres é uma questão central na obra de Arendt. Afirmar a importância desse mundo, para ela, não é um ato gratuito, nem uma proposição meramente teórica, mas um imperativo ético que emerge da experiência totalitária. O totalitarismo, explica a autora, eliminou a liberdade de ação e pensamento, fez das pessoas meros executores, ou vítimas, das supostas leis da natureza ou da história, e mostrou ser possível transformar seres humanos em seres supérfluos (2009, p. 9-10).

Nesse contexto, a principal “[...] oposição às barbáries deflagradas neste não-mundo e frente às tendências totalitárias das sociedades modernas que Arendt evoca o amor mundi - entendendo o possível mundo comum como um lugar eminentemente humano e humanizante (ALMEIDA, 2009, p. 10). O amor mundi idealizado por Hannah Arendt nos meados dos anos 50, está longe de se realizar no tempo em que ela viveu e passa longe de se realizar no mundo de hoje. Essa visão de mundo está ainda mais controversa, cheia de preconceitos e ideologias dominantes. Nesse caso, a liberdade e autoridade pode-se estar sendo vista como algum tipo de reestruturação na modernidade ultrapassada. Isso acontece devido a perda dos valores significativos na vida dos sujeitos.

Os valores perdidos pelos indivíduos só podem ser revistos pela educação. Diante disso, a educação fará dos indivíduos aptos a ganharem a liberdade e autoridade no sentido amplo da palavra. Nesse mesmo caminho, “[...] a reflexão sobre ação e liberdade, pensamento e julgamento e as possíveis relações com o mundo do passado e suas tradições, são reflexões profícuas e ricas para nossa indagação sobre o sentido da educação” (ALMEIDA, 2009, p. 10). Desse modo, a educação não pode ser entendida e nem vista como algo que perdeu o seu valor na formação dos sujeitos.

Segundo Paulo Freire (2021a) o sentido de liberdade está no diálogo, além do amor. Através do diálogo é que nasce o amor entre as pessoas e os objetos. Desse modo, é essencial que os indivíduos não possam verificar as suas relações de dominação

durante as suas vidas. Nesse conjunto de dominações acaba cegando muitos sujeitos dos sentidos reais do que venha a ser o mundo. Arendt, vê o mundo do jeito que ele é, com suas imperfeições, onde a liberdade e a autoridade se desviaram do caminho.

Nessa visão, Freire (2021a) diz que nunca se deve olhar para o amor como uma patologia, é preciso ver com outros olhos. Nesse mesmo caminho, Hannah Arendt (2022) afirma que é importante ver o amor como algo que é capaz de mudar e transformar as pessoas e o mundo, ao invés de apenas encará-lo como um problema ou uma doença. Nesses aspectos, Arendt compartilha dessa mesma perspectiva, vendo as imperfeições do mundo, mas ainda assim amando-o e acreditando na sua capacidade de mudança em plena sociedade capitalista e cheia de preconceitos. Além disso, ressaltam a importância de ter um olhar reflexivo crítico e positivo sobre o amor mundi.

Almeida (2011, p. 80), diz que o amor mundi:

[...] na Era Moderna ocorre a crescente decomposição das bases de um possível mundo comum, resultando finalmente na sociedade de massas, na qual as experiências humanas fundamentais são o abandono e a superfluidade dos seres humanos – radicalmente opostos ao pertencimento a um mundo compartilhado. A educação, concedida como uma introdução ao mundo, perde assim seu sentido. Sua tarefa histórica de fazer a mediação entre o mundo e as crianças, requerida pelo primeiro por depender da vinda dos novos e por estes por precisarem de uma "habitação", se torna aparentemente anacrônica. Não obstante, declara Arendt, renunciar à educação seria, a um mesmo tempo, desistir do mundo e abandonar as crianças. Em oposição a isso, sua resposta ao impasse da educação evoca, de modo um tanto enigmático, o amor mundi, sem, no entanto, explicitar como amar um mundo que está desmontando e o que isso significa para a educação.

Segundo Arendt (2022), a educação é essencial para resolver as questões do mundo. O amor mundi, nesse caso deixaria de ser enigmático como relata a autora acima e passaria ser apenas amar o mundo ao qual vivem todos em harmonia. Nesse olhar, pode-se viver em o mundo de harmonia, mas o ser humano é complexo em suas relações humanas principalmente na pós-modernidade. Desse modo, a educação veio para tentar amenizar os conflitos existentes na contemporaneidade. Nesse caso, a instituição escolar é o local, onde o os indivíduos compartilham os saberes prévios e os adquiridos durante a sua escolaridade plena sociedade pós-moderna capitalista.

Devido a isso os professores precisam sentir-se autônomos e ter a autoridade para desenvolver suas práticas pedagógicas, que sejam condizentes ao nível de ensino. Todo esse processo, que exige a autoridade presente na educação. Segundo Schütz (2016, p.

49) “[...] autoridade presente na educação ajuda a reforçar isso, pois está fundamentada em assumir compromissos que possam garantir o conhecimento”. Nesse contexto, a maioria das escolas públicas de Ensino Básico do Brasil está passando por um novo processo de desconstrução da autoridade.

No campo da educação brasileira, a autoridade e a liberdade estão estreitamente restritas. Nesse caminho, ambos são aspectos fundamentais para garantir a formação de cidadãos críticos e conscientes. Enquanto a autoridade é necessária para estabelecer regras e normas que orientem o comportamento dos estudantes, a liberdade é essencial para permitir que os jovens desenvolvam sua capacidade de pensar e agir de forma independente. Nessa perspectiva, educação libertária é uma proposta pedagógica que busca equilibrar esses dois aspectos. Na educação, a autoridade é entendida como um instrumento para promover a liberdade, ao invés de limitá-la.

Segundo Cavaleiro (2014, p. 89) diz que:

[...] a perda do sentido de autoridade da qual se ressentem a educação, e que se explicita na formulação de suas propostas teóricas, se concretiza numa perspectiva de totalidade como fenômeno histórico, político e cultural. Portanto, se existe uma crise de autoridade na educação - conforme sugere a produção teórica sobre o tema da indisciplina, por exemplo - as raízes desse processo estendem-se por instâncias muito mais amplas que os domínios da família e da escola, caracterizando uma provável crise política da autoridade. A educação constitui um processo de formação cultural que, em parte, evidencia seus paradigmas nas formulações e sistematizações impostas às instituições envolvidas no estudo e no cuidado da infância, sobretudo no que diz respeito ao processo de escolarização proposto no dealbar da modernidade. Nesse mesmo quadro, entende-se as relações de mútua constituição entre os modelos formativos característicos das instituições sociais modernas, dentre elas a família, e das concepções engendradas para a educação escolar, a discussão sobre a autoridade deve se dar no âmbito geral dessas instâncias.

Observa-se que a educação é um processo de formação dos estudantes em sujeitos críticos e reflexivos. Nesse mesmo olhar, cabe ao professor ser visto como um facilitador da aprendizagem, e não como um detentor da verdade absoluta. Segundo Freire (2021a, p. 58) “[...] ensinar exige respeito à autonomia do ser educando”. Nesse caso, a importância do respeito à autonomia do indivíduo que está sendo educado é de extrema importância. A abordagem de ensino deve ser baseada na compreensão de que o aluno tem capacidade de pensar, tomar decisões e agir de forma independente.

Dessa forma, o processo de ensino se torna mais significativo e efetivo, pois o aluno tem liberdade para se expressar e aprender de acordo com seus próprios

interesses e ritmo. Isso faz com que as habilidades cognitivas sejam despertadas nos estudantes, fazendo com que eles sejam proativos, sendo assim, os estudantes são estimulados a participar ativamente do processo de aprendizagem, confiantes para o desenvolvimento de suas competências e de suas habilidades cognitivas.

As habilidades cognitivas dos alunos do Ensino Básico são fundamentais para o seu sucesso profissional ao longo da sua vida. Essas habilidades incluem a capacidade de pensar crítica e analiticamente, solucionar problemas, tomar decisões, pensar de forma criativa, entre outras. O desenvolvimento dessas habilidades é essencial para que os alunos possam ser bem-sucedidos na escola e na vida. Nesses critérios, o desenvolvimento das competências é importante para aquisição das habilidades. As habilidades são cruciais para o sucesso dos alunos, tanto na escola quanto na vida.

Devido a isso, as habilidades que os indivíduos aprendem nas instituições, como resolução de problemas, pensamento crítico e reflexivo, trabalho em equipe e comunicação eficaz, são fundamentais para serem bem-sucedidos em suas futuras carreiras e vidas pessoais. Além disso, a aquisição de tais habilidades permite que os estudantes, portanto, é vital que as instituições escolares tenham oportunidades para o desenvolvimento dessas competências para adquirirem as habilidades para que os alunos estejam dispostos a investir tempo e esforço em sua aquisição.

Nesse campo, a ênfase na construção de conhecimentos, desenvolvimento de competências, habilidades, formação de atitudes e valores também está relacionada à autoridade, pois implica em promover a capacidade dos alunos de questionar, analisar criticamente, argumentar e tomar decisões decisivas. Isso significa que a autoridade na educação não é atendida apenas pelo professor como detentor absoluto do conhecimento, mas também é compartilhada com os alunos, que são estimulados a participar ativamente do processo educacional.

A autoridade e a liberdade são complementares na educação brasileira. Nesse mesmo caminho, é preciso equilibrá-las para garantir a formação de cidadãos críticos, conscientes e capacitados para agir de forma autônoma e responsável. A educação libertária é uma educação com autoridade, onde possui proposta pedagógica que busca justamente essa harmonia entre autoridade e liberdade.

De acordo com Silvio Gallo (1993), Hannah Arendt argumenta pela autoridade da autoridade na educação, ao analisar a crise política moderna como sendo uma crise da

falta de autoridade. Conforme a autora Hannah Arendt, o pai e o professor têm autoridade para educar, pois eles sabem mais e têm a competência e habilidades necessárias para ensinar o filho ou o educando. Sobre isso, Schütz diz que a responsabilidade:

[...] é dos adultos, que já estão há mais tempo no mundo e que, desse modo, já o conhecem, em apresentar esse espaço às novas gerações, garantindo-lhes a proteção e a passagem segura e gradual para a esfera dos assuntos públicos. Nesse contexto, a preocupação da escola seria a de realizar a transição da vida privada para a vida pública. Sendo a educação obrigatória, o direito ao resguardo das crianças em relação ao mundo comum é restrito e desafiado, porém não extinguido pelo direito do corpo político de prepará-las como vindouros cidadãos. Isso reforça a tese arendtiana de que se incorre em grande erro ao iniciar a dessegregação nas escolas: o direito à privacidade e intimidade é infringido; a legislação não pode intervir na livre-associação; instala-se um conflito entre o âmbito escolar e familiar; a autoridade dos pais e professores [...] é substituída pela opinião pública, pelo domínio da turba e do bando [...]. Sem um passado a ser transmitido, sem a tradição para servir de corrimão, sem liberdade, sem autoridade, não há possibilidades de a política se manter viva. Aquele que está privado de seus direitos é privado, também, de um lugar no mundo, e é destituído de sua humanidade (2020, p. 110).

Nesse processo, Schütz (2020) destaca a responsabilidade dos adultos em apresentar o mundo às novas gerações e garantir sua proteção e passagem segura na esfera dos assuntos públicos. Para ele, a escola tem a tarefa de realizar a transição da vida privada para a vida pública, mas, ao mesmo tempo, precisa cumprir o direito à privacidade dos indivíduos. A preocupação é que, ao iniciar a dessegregação nos espaços escolares, a legislação pode infringir o direito à privacidade e intimidade, instalar um conflito entre o ambiente escolar e familiar e substituir a autoridade dos pais e dos educadores pela opinião pública. Nesse contexto, o autor também argumenta que, sem uma tradição e sem autoridade, não há possibilidade de manter a política viva. Nesse contexto, quem é privado de seus direitos é, também, privado de um lugar no mundo.

Dessa mesma forma, Gallo (1993) considera que:

[...] dado que eles sabem mais possuem uma cosmovisão mais elaborada e mais abrangente do que a da criança ou do jovem. É nesse sentido que possuem autoridade: eles podem aumentar a cosmovisão da criança, fazê-la crescer, apoiados justamente na tradição que trazem consigo. E emblemático de nosso tempo, que enfrenta a perda da autoridade na política, a crítica da autoridade na educação, portanto. Assim, embora na esfera da política tenhamos perdido a legitimidade ancorada na tradição que sustentava a autoridade dos políticos romanos, na esfera pré-política da educação nível em que os indivíduos são preparados para sua futura ação política a autoridade segue sendo legítima, apoiada na tradição das gerações mais velhas que têm a responsabilidade pelo mundo que apresentam as novas gerações [...] que vai defender [...] ainda no

século passado, a necessidade do princípio de autoridade numa educação que se pretenda libertária (GALLO, 1993, p. 135).

Nessa perspectiva, Gallo (1993) destaca a importância da autoridade baseada na tradição na educação. Segundo o autor, as pessoas mais velhas possuem uma cosmovisão mais elaborada e abrangente, o que lhes confere autoridade na educação. Devido a isso, a autoridade na política esteja em crise na educação, onde ela ainda é legítima, pois se baseia na tradição das gerações mais velhas, que têm a responsabilidade de transmitir o mundo para as novas gerações. Dessa mesma forma, a autoridade deve ser vista como base basilar da sociedade contemporânea.

Segundo Hannah Arendt as concepções de autoridade na política e educação são importantes, como pôde-se ver nas citações acima. Arendt (2022), enxerga a educação como um reino pré-político e considera essas concepções como o ponto de partida para a compreensão da proposta de educação libertária. A educação libertadora busca promover a liberdade, combatendo a ideologia institucional na escola, e passando da autoridade para a liberdade, tanto individual quanto coletiva. De acordo com Arendt, a liberdade e a autoridade estão presentes nos indivíduos.

Assim, a crise política moderna, que é uma crise da ausência de autoridade, reforça a necessidade de uma autoridade legítima na educação. De acordo com Arendt, os pais têm autoridade para educar seus filhos e os educadores têm autoridade para educar os estudantes. Arendt (2022) argumenta que as crianças precisam ser preparadas para o mundo dos adultos, que é repleta de desafios e problemas reais. É importante criar uma equivalência entre o mundo da criança e o mundo dos adultos, para que as crianças possam crescer compreendendo o que as espera na fase adulta. Com esse equilíbrio, as crianças poderão alcançar a autonomia, liberdade e respeito. Não adianta formá-las apenas para o mundo da infância, pois a vida adulta é muito diferente.

Nessa perspectiva, é preciso estar presente desde a infância até a vida adulta desses indivíduos em formação. Nesse contexto, os educadores têm que ter a liberdade e a autonomia para realizar seu trabalho com convicção para que eles libertem os seus alunos através do conhecimento. Sendo assim, a liberdade, a autonomia, o respeito e o amor não vai ser visto como algo banal visto pelas majorias ou da massa, e sim, como um ato de coragem. Nesse viés, o medo não existirá e, o amor é será um ato de compromisso com os indivíduos (FREIRE, 2021a).

Nessa caminhada, Freire (2021c, p. 45), diz que “[...] o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico”. Toma-se como base o pensamento freiriano pode-se dizer que a liberdade pode-se ser conquistada a partir do diálogo e como o diálogo nasce o amor. Não se pode ver como ato de valentia ao extremo, não deve ou não pode ser piegas e, sim, como ato de liberdade. A liberdade não pode ser considerada como um pretexto para a manipulação dos sentimentos, que são geradores de outros atos de liberdade, não sendo possível dizer que esse ato é amor (FREIRE, 2021c).

Hannah Arendt (2022) relata ainda que o exercício da formação, liberdade e autonomia diz respeito à ação dos indivíduos. Ao modo em que os seres humanos procuram-se inserir no mundo pelo diálogo como citado acima, eles estabelecem as relações que eles têm um com os outros da sua própria comunidade. Participando dos eventos comunicativos ou dialógicos resultam em assuntos comuns a todos os sujeitos que estão envolvidos nesses processos. É, também, nesse contato que nasce o amor entre as pessoas e as coisas, nesse sentido é que os indivíduos daquela comunidade se consideravam livres ou libertos das amarras da sociedade. Nota-se que ser livre é conseguir o respeito e, tendo o respeito vem a autoridade na contemporaneidade.

Em consonância, pode-se fazer uma analogia quando Arendt (2022) escreve que, toda vez que no seu lar você tem como garantir a comida na mesa, vocês tinham a liberdade para participar do espaço público e, eram respeitados. O que lhes eram permitidos o convívio e o movimento entre as pessoas que eram consideradas iguais dentro da sociedade. Quando isso não acontece, a submissão e a dominação de algum dos indivíduos passam a ter um despertar das classes dominantes sobre as necessidades das classes dominadas. Assim, cabe aos educadores serem autoridades que acabam levando os alunos do Ensino Básico a conhecerem a liberdade na educação, e a mostrarem que a principal porta de entrada na vida em sociedade.

Nesta nova realidade, podemos refletir através do olhar da autora Hannah Arendt, que soube retratar de forma significativa o mundo das crianças em comparação com o mundo dos adultos. Ela aproveitou a crise na educação da sua época nos Estados Unidos para abordar o desejo de uma educação verdadeira, com princípios e autoridade dos professores e da família, sendo ambos tão importantes no papel de educar os filhos cada vez melhor. Dessa forma, construiremos uma sociedade cada vez melhor para deixar

para as gerações futuras, quando já não estivermos mais presentes.

Hannah Arendt (2022) acredita que a família é uma instituição capaz de mostrar o mundo para as crianças e adolescentes, enquanto a escola tem o papel de ensinar essas crianças e adolescentes sobre o mundo, transmitindo informações relevantes. Nessa perspectiva, a liberdade é alcançada através do respeito entre os membros da comunidade familiar que precisam construir uma estrutura sólida para manter uma convivência harmoniosa. Este é o objetivo da educação, buscar a autonomia dos indivíduos para que, em algum momento, encontrem a liberdade.

Segundo argumenta Almeida (2009, p. 22):

[...] apontar que a semelhança diz respeito à inserção no tempo, ou, dito de outra forma, parece-nos que ambos os conceitos precisam ser entendidos prioritariamente na dimensão de sua temporalidade. Por um lado, a liberdade é concebida fundamentalmente em seu significado temporal: somos livres em relação ao passado e não em relação aos outros, já que ser livre é iniciar algo novo. A ação que realiza o novo, contudo, sempre acontece no plural e em relação ao mundo. A educação, por outro lado, tem por tarefa preservar um legado deixado pelos nossos antecessores e, ao mesmo tempo, cuidar daqueles que, no futuro, poderão transformá-lo. O conceito de educação, portanto, de modo semelhante ao de liberdade, pertence ao momento de encontro do novo com o velho, no qual acontecem continuidade e mudança.

Nesse viés, a importância da temporalidade nos conceitos de liberdade e educação. É sugerido que a liberdade é concebida fundamentalmente em sua dimensão temporal, ou seja, a liberdade é relacionada ao passado e não aos outros, sendo uma ação que cria a autonomia sempre uma ação plural e relacionada ao mundo. Com esse olhar, já a educação tem como tarefa preservar o legado dos antecessores e cuidar dos futuros transformadores, fazendo com que o conceito de educação, assim como o de liberdade, seja parte do momento de encontro entre o novo e o velho, onde ocorre a continuidade e a mudança. Devido a isso, o conceito de educação está intimamente ligado ao sentido de liberdade. Com a liberdade encontra-se com a autoridade, no sentido de respeito, não de autoritarismo que eleva para outro lado obscuro que traz a violência.

Silvio Gallo (1993, p. 48), considera que:

[...] a ideia de que a autoridade envolve algo mais do que o poder [...] polemizando com os socialistas que se autodenominavam “antiautoritários”. [...] Engels procura mostrar que querer abolir a autoridade das relações sociais é mostra de uma grande ingenuidade. Embora autoridade constitua-se “imposição da vontade de outro à nossa” e implique, obviamente, em subordinação, ela é um “mal

necessário” do qual não podemos prescindir, pois é um fenômeno natural ao qual estamos sujeitos, assim como não podemos escapar dos fenômenos climáticos que, se às vezes nos causam danos, inclusive numerosas mortes, são também dizer os responsáveis diretos por quaisquer sucessos nossas atividades agrícolas. No dizer de Engels, é-nos impossível fugir a toda e qualquer autoridade, pois não há organização sem autoridade e comando.

Neste contexto, a opinião de Engels sobre a autoridade nas relações sociais. Segundo ele argumenta que a ideia de abolir a autoridade é uma engenhosidade, pois ela é um “mal necessário” que faz parte do funcionamento natural das sociedades. De acordo com Engels, é impossível fugir da autoridade porque não há organização sem ela. Ele compara a autoridade aos fenômenos climáticos, argumentando que assim como não podemos escapar dos efeitos do clima, não podemos escapar da autoridade, sem ela não há liberdade e autonomia. Em suma, Engels argumenta que a autoridade é um aspecto inerente às relações sociais e é necessária para o seu funcionamento.

Enfim, a formação, a liberdade e autonomia acabam-se tornando algo independente da autoridade. Nesse contexto, a autoridade quando acaba-se tornando uma crença errônea da sociedade o homem acaba vivendo a vida sem liberdade e sem autonomia. Hannah Arendt, fala da importância do amor ao mundo em que se vive para que se tenha amor pela educação. Nessa proposta, “[...] a filósofa explica que por meio da educação introduzem as crianças no mundo humano e aponta o impasse que surge com a perda da tradição e o desmantelamento desse espaço comum na era moderna” (ALMEIDA, 2009, p. 7). O homem precisa acordar para a vida, antes que ela lhe seja roubada e comece a ver o mundo com outros olhos, sendo mais críticos e reflexivos.

#### **4.1 A Constituição da Docência**

Na contemporaneidade, a docência é uma profissão fundamental para o desenvolvimento das sociedades, pois é por meio dela que os indivíduos adquirem conhecimentos, através competências, habilidades e valores que as ajudam a se tornarem cidadãos mais conscientes e críticos reflexivos. Ao refletirmos sobre constituição da docência, pensamos logo na formação docente. Nessa perspectiva, a “[...] formação docente tem início no momento de ingresso na escola como aprendiz e estende-se por toda a vida escolar” (MUNSBURG; SILVA, 2014, p. 2).

Nesse ponto central, a constituição da docência, portanto, é um tema que se relaciona diretamente com a qualidade da educação e, conseqüentemente, com o futuro das sociedades. Munsberg e Silva (2014), a atividade docente é uma práxis, ou seja, uma prática em constante transformação. O cerne dessa atividade é o processo de ensino-aprendizagem como uma prática social. Conforme os autores a teoria e prática estão intrinsecamente interligadas, sendo indissociáveis como uma práxis.

Dessa forma, a educação, como objeto de conhecimento pedagógico, é considerada de forma dialética: a união entre teoria e prática possibilita a compreensão das contradições da educação, estabelecendo uma direção para a humanização de todos os indivíduos. Portanto, a educação é um processo dialético que articula o homem com o mundo social, cultural e econômico. Nesse sentido, na perspectiva histórico-social, a centralidade do processo educativo está na ação dos professores, ou seja, nas suas práticas de ensinar (MUNSBURG; SILVA, 2014).

Assim, Garcia, Hypolito e Vieira (2005, p. 54), falam que a “[...] identidade profissional dos docentes é assim entendida como uma construção social marcada por múltiplos fatores que interagem entre si, resultando numa série de representações que os docentes fazem de si mesmos e de suas funções”. Com essas funções “[...] estabelecendo, consciente e inconscientemente, negociações das quais certamente fazem parte suas histórias de vida, suas condições concretas de trabalho, o imaginário recorrente acerca dessa profissão” (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p. 54).

Nessa perspectiva, a profissão:

[...] certamente marcado pela gênese e desenvolvimento histórico da função docente —, e os discursos que circulam no mundo social e cultural acerca dos docentes e da escola. As possibilidades de investigação das identidades docentes são múltiplas, dada a imensa variedade das condições de formação e atuação profissional desses sujeitos, a diversidade de artefatos culturais e discursivos envolvidos na produção dessas identidades e a complexidade dos fatores que interagem nos processos de identificação dos docentes com o seu trabalho. As pesquisas, portanto, serão sempre parciais (aliás como com qualquer outro objeto ou tema de estudo), provisórias e restritas a alguns aspectos ou fatores implicados nos processos de identificação dos professores. Perder a ilusão de um conhecimento definitivo e de totalidade acerca dessa questão é uma precaução epistemológica importante se considerarmos a heterogeneidade da categoria docente e a própria instabilidade das identidades no mundo contemporâneo (GARCIA; HYPOLITO; VIEIRA, 2005, p. 54).

De acordo com os autores, a importância de reconhecer a complexidade e a falta de certezas quando se trata de questões relacionadas à política, educação, sociedade e autoridade na docência. Essas palavras acabam desempenhando papel fundamental no processo educacional brasileiro. Nesse cenário, a menção à "precaução epistemológica" destaca a necessidade de reconhecer que o conhecimento sobre esses temas é dinâmico e está em constante evolução na sociedade pós-moderna. No quadro abaixo, observa-se significado epistemológica desses temas:

**Quadro 2 - A menção à "Precaução Epistemológica"**

<b>A MENÇÃO À "PRECAUÇÃO EPISTEMOLÓGICA"</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>MENÇÃO À "PRECAUÇÃO EPISTEMOLÓGICA"</b>
<b>POLÍTICA</b>	Está relacionado com a compreensão de que as questões educacionais são permeadas por decisões políticas, ou seja, estão sujeitas a interesses e poderes diversos que influenciam nas práticas educativas e na construção de políticas públicas relacionadas à educação.
<b>EDUCAÇÃO</b>	É abordada como uma área complexa, onde não existe um conhecimento definitivo e total, e onde é importante ter cautela epistemológica, ou seja, reconhecer que as verdades absolutas são inexistentes, e que as práticas educativas e as identidades dos docentes estão em constante transformação.
<b>SOCIEDADE</b>	É mencionada como um contexto que também influencia a categoria docente, destacando que as identidades dos docentes são instáveis no mundo contemporâneo, refletindo as mudanças sociais, culturais e tecnológicas em curso.
<b>INCLUINDO</b>	Enfatiza a necessidade de considerar a diversidade e a heterogeneidade da categoria docente, que engloba profissionais com diferentes experiências, formações, perspectivas e práticas.
<b>DOCÊNCIA</b>	É mencionada como a atividade central abordada nos textos, destacando que a compreensão sobre a autoridade e o papel do professor na sociedade é complexa e em constante transformação, e que é necessário reconhecer as múltiplas identidades e realidades dos docentes.

<b>AUTORIDADE</b>	É abordada como uma questão que pode ser influenciada por diversos fatores, como as mudanças sociais e culturais, as políticas educacionais e as transformações na própria concepção de educação.
-------------------	---

**Fonte:** Do próprio autor referenciado no material de estudo.

Nota-se que a perda da ilusão de um conhecimento definitivo e de totalidade é importante para lidar com a complexidade e a instabilidade dessas questões, reconhecendo que as verdades absolutas não existem, e que a compreensão dessas temáticas está em constante evolução. Na sua obra, Hannah Arendt aborda questões complexas relacionadas à política, educação, sociedade, inclusão, docência e a autoridade. Segundo essa autora, defende uma visão única sobre a constituição da docência e autoridade, fundamentada em sua filosofia política, que é profundamente enriquecedora para a compreensão desses conceitos.

Nesse sentido, Arendt argumenta que a docência é uma atividade fundamental para a formação dos seres humanos e para o funcionamento da sociedade contemporânea. Conforme a autora afirma que a docência é a capacidade de transmitir o mundo aos outros e de criar um espaço de ação e interação com base na pluralidade dos seres humanos. Ainda de acordo com essas afirmações, a autora defende que a docência não se baseia na autoridade coercitiva, mas sim na capacidade de compartilhar o conhecimento, estimular o pensamento crítico reflexivo e promover a autonomia dos indivíduos em plena sociedade contemporânea.

Nesse processo, a autoridade, para Arendt, não é imposta de cima para baixo, mas é construída a partir da confiança mútua e do reconhecimento das competências, das habilidades e conhecimentos de um indivíduo. Segundo Hannah Arendt argumenta que a verdadeira autoridade é aquela que é conquistada por meio de ações exemplares, e não aquelas que são baseadas em superiores ou estruturas de poder. A autora afirma ainda que a autoridade é essencial para o funcionamento da sociedade, pois é o que permite a cooperação e o diálogo entre as pessoas.

Nesse contexto, Arendt dialoga com outros autores reconhecidos e renomados dentro do contexto educacional. Assim, temos um desses autores que contribui para a compreensão da constituição da docência e autoridade que é Paulo Freire. Esse autor é conhecido como “Patrono da Educação Brasileira”. Sabido disso, Freire (2021c), defende

a pedagogia crítica, que é baseada na libertação dos indivíduos por meio da educação. O autor argumentava que a docência não deve ser imposta, mas sim construída em diálogo com os alunos, promovendo sua autonomia e capacidade crítica reflexiva.

Essa abordagem ressoa com as ideias de Arendt sobre a docência como uma atividade baseada na pluralidade humana e na capacidade de transmitir o mundo aos outros. Essa mesma autora confirma que “[...] conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor” (ARENDR, 2021, p. 51). É importante destacar que “[...] o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDR, 2021, p. 51). Assim, veremos a importância da docência na vida dos seres humanos, além da autoridade adquirida.

Nesse ponto, a constituição da docência e autoridade em Arendt é fundamentada em sua visão única sobre a política, educação e sociedade. Nessa frente, a autora defende a docência como uma atividade baseada na capacidade de compartilhar o conhecimento e promover a autonomia e liberdade dos indivíduos, e a autoridade como sendo construída a partir da confiança mútua e do reconhecimento das habilidades e conhecimentos versus autoridade dos indivíduos.

Nesse caminho, são usados esses dois critérios básicos, que evidenciam esses dois principais pontos para uma constituição da docência: “Conhecimento do conteúdo”: Um educador deve ter um domínio sólido do conteúdo que está ensinando. Isso inclui uma compreensão profunda do assunto, bem como a capacidade de se manter atualizado com os avanços e mudanças no campo educacional. “Habilidades pedagógicas”: Além do conhecimento do conteúdo, um educador precisa ter habilidades pedagógicas eficazes para transmitir esse conhecimento aos alunos (BRASIL, 2018).

Dentre esses critérios, devemos incluir habilidades de ensino, como planejamento de aulas, estratégias de instrução, avaliação e feedback, bem como habilidades de gerenciamento de sala de aula, como gerenciamento do comportamento dos alunos e estabelecimento de um ambiente de aprendizagem positivo. A constituição da docência diz respeito a diversos aspectos que compõem a formação dos profissionais da educação, desde a sua escolha pela carreira até a sua atuação em sala de aula.

Nesse sentido, é necessário analisar tanto as políticas públicas relacionadas à formação dos professores quanto às características pessoais e profissionais que os

tornam aptos para o exercício dessa profissão. Em relação às políticas públicas, é importante destacar a necessidade de investimentos na formação dos professores, por meio de cursos de graduação e pós-graduação que possibilitem o desenvolvimento de competências pedagógicas, didáticas e metodológicas. Além disso, é preciso oferecer condições de trabalho adequadas, como treinamentos justos e infraestrutura escolar de qualidade, para que os educadores possam se dedicar ao ensino com mais tranquilidade e qualidade assegurada pelas leis que regem a educação brasileira.

A constituição da docência também envolve características pessoais e profissionais que são essenciais para o sucesso na profissão. Dentre elas, destacam-se o amor pelo conhecimento, a empatia, a paciência, a capacidade de adaptação, a criatividade e a habilidade de comunicação. Além disso, o professor deve estar sempre atualizado e disposto a aprender, tanto para aprimorar sua prática pedagógica quanto para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais que realizaram a educação.

Enfim, a constituição da docência é um tema que abrange diversas dimensões, desde as políticas públicas até as características pessoais e profissionais dos educadores. Para que a educação possa cumprir o seu papel de formar cidadãos plurais e conscientes, é necessário que haja investimentos na formação dos professores, bem como o reconhecimento da importância desses profissionais para o desenvolvimento da sociedade, que é altamente capitalista.

## **4.2 Autoridade Docente**

Este texto visa discutir sobre a autoridade docente tendo como referência a autora Hannah Arendt e seus comentadores. A autoridade docente é uma questão importante e controversa na área da educação nas instituições escolares brasileiras. Para abordar essa questão, é útil examinar as ideias de alguns pensadores que refletem sobre o papel do professor na relação com os alunos. Neste texto, serão contempladas as perspectivas de Hannah Arendt, Paulo Freire e Silvio Gallo sobre a autoridade docente.

Nesse sentido, a autoridade docente refere-se ao reconhecimento social e profissional que um professor tem em relação ao seu conhecimento adquirindo competências e habilidades em uma determinada área de estudo. É a capacidade de um

professor transmitir seu conhecimento e experiência para seus alunos, e ser respeitado e confiável como um líder mediador na sala de aula.

De acordo com Sílvio Gallo (1993), a autoridade docente é um conceito complexo que envolve a capacidade do professor de exercer influência sobre seus alunos, tanto no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas que ministra quanto à sua própria conduta. Segundo o autor, destaca que a autoridade docente não se baseia simplesmente no conhecimento técnico do professor, mas também em sua capacidade de se comunicar de forma clara e persuasiva, de estabelecer relações de respeito e confiança com os alunos e de ser reconhecida como uma referência no campo em que atua.

Para esse autor a autoridade docente é construída ao longo do tempo, por meio de uma trajetória que envolve a formação acadêmica, a prática docente e a interação com os pares. Nota-se que a autoridade do professor é um conceito multifacetado que envolve não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a construção de uma relação de confiança e respeito entre educando e educador.

Nesse requisito, a autoridade docente envolve também o estabelecimento de regras e normas para o comportamento dos indivíduos e o cumprimento dessas regras, o que ajuda a criar um ambiente de aprendizado seguro e disciplinado. Observando esses critérios, é importante ressaltar que a autoridade do professor não se baseia apenas na idade ou na posição hierárquica do educador, mas sim em sua competência, confiança e habilidades pedagógicas dentro do espaço escolar.

Hannah Arendt, em seu livro “A Condição Humana”, argumenta que a autoridade é uma forma de poder que é concedida por outros, e não pode ser conquistada ou tomada por um indivíduo. Conforme Arendt (2021, p. 94), o seu “[...] objetivo é libertar o homem da necessidade de “prover o próprio sustento”, e nas outras artes o objetivo era ainda mais distante desta necessidade elementar”. Nesse cenário, a autoridade docente, posso destacar que a citação de Arendt enfatiza a importância da liberdade e da autonomia do homem em relação à sua necessidade de prover o próprio sustento e da sua família.

Nessa perspectiva pode estar relacionada à educação, pois a instituição escolar tem como objetivo preparar os indivíduos para serem livres e autônomos em suas escolhas, inclusive em relação à sua sustentabilidade financeira. Para Freire (2021a), autoridade docente não se confunde com autoritarismo ou imposição. Segundo ele, a autoridade docente se baseia na competência e nas habilidades, na supervisão entre o

discurso e a prática e na capacidade de estabelecer uma relação de diálogo e respeito mútuo entre alunos e professor dentro da sociedade contemporânea. Nesse processo, o pensador Paulo Freire, conduz a pensar que:

[...] os inúmeros debates de que venho participando, e em que discutia precisamente a questão dos limites sem os quais a liberdade se perverte em licença e a autoridade em autoritarismo ouvi de um dos participantes que, ao falar dos limites à liberdade eu estava repetindo a cantilena que caracterizava o discurso de professor seu, reconhecidamente reacionário, durante o regime militar. Para o meu interlocutor, a liberdade estava acima de qualquer limite. Para mim, não, exatamente porque aposto nela, porque sei que sem ela a existência só tem valor e sentido na luta em favor dela. A liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada (FREIRE, 2021a, p. 102-103).

Segundo Freire é muito relevante para os dias atuais, onde muitas pessoas defendem a liberdade irrestrita e acreditam que ela está acima de qualquer limite. Freire argumenta que a liberdade sem limites é tão prejudicial quanto a ausência de liberdade, pois a liberdade sem limites pode facilmente se transformar em licença e a autoridade pode se tornar autoritarismo. Esse autor defende que é importante haver limites à liberdade para que ela possa ser preservada e valorizada na sociedade.

A liberdade é um valor essencial e deve ser protegida, mas isso não significa que devemos ignorar os limites que são necessários para garantir que essa liberdade seja democrática para que seja igualitária e justa para todos, não a liberdade sem limites. Freire (2021a, p. 103) “[...] coloca ao educador ou à educadora de opção democrática como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade”. O professor e autor Freire (2021a) passa ideia apresentada, onde destaca que o educador ou educadora com uma perspectiva democrática precisa encontrar maneiras de equilibrar a liberdade dos educandos.

A necessidade entre os educadores e educandos é estabelecerem os limites éticos no espaço escolar. Para Freire está enfatizando a importância de criar um ambiente educacional que permita que os alunos desenvolvam suas próprias escolhas e tomem decisões, mas que também esteja em linha com os valores éticos e morais que a sociedade preza. Nesse sentido, os educadores enfatizam para a necessidade de um equilíbrio entre a liberdade e a ética na educação democrática. Segundo esse autor o professor deve ser um facilitador do processo educativo, que estimule a reflexão crítica e a participação ativa dos educandos nos mais diversos saberes.

É necessário que os professores detentores desses saberes vejam a importância da educação e a participação ativa dos alunos no processo educativo, com destaque para a necessidade de um equilíbrio entre a liberdade e a ética na educação democrática. Nesse sentido, o professor é a mola propulsora desse conhecimento, além da responsabilidade mediar esses conhecimentos entre os alunos. Assim, a importância de um professor que atue como facilitador do processo educativo, estimulando a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos nos diversos saberes. A partir dessa concepção de cidadãos críticos e reflexivos é que vamos mudar o “mundo”.

Segundo Freire (2021f, p. 41), fala que esse:

[...] direito de mudar o mundo, que passa pelo direito de mudar a produção, o ato produtivo, o direito de ingerir no processo da produção, o direito de dizer "não, não é isso que se tem que produzir", o direito de negar a certas minorias gananciosas que produzam o que a elas lhes parece bom produzir, por isso é que a educação ligada aos Direitos Humanos, nesta perspectiva que passa pela compreensão das classes sociais, tem a ver com educação e libertação, e não com liberdade apenas. Tem a ver com libertação precisamente porque não há liberdade, e a libertação é exatamente a briga para restaurar ou instaurar a gostosura de ser livre que nunca finda, que nunca termina e sempre começa.

Nesse contexto, é fundamental destacar a importância da educação em relação aos Direitos Humanos e da participação dos alunos no processo de transformação do mundo, incluindo também o processo de produção de conhecimento, a fim de evitar a exploração de minorias e assegurar a produção de saberes éticos não apenas para os estudantes, mas sim para toda a comunidade escolar. É importante ressaltar que essa mudança só será alcançada com a autoridade docente, que possui o poder de apresentar o mundo aos alunos. Sob essa perspectiva, cabe ao docente ensinar de maneira que o educando adquira conhecimento e possa aplicá-lo na prática.

Paulo Freire, revela ainda que:

[...] ensinar é assim a forma que toma o ato de conhecimento que o(a) professor(a) necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos seu ato de conhecimento também. Por isso, ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico. A curiosidade do(a) professor(a) e dos alunos, em ação, se encontra na base do ensinar-aprender. Ensinar um conteúdo pela apropriação ou a apreensão deste por parte dos educandos demanda a criação e o exercício de uma séria disciplina intelectual a vir sendo forjada desde a pré-escola. Pretender a inserção crítica dos educandos na situação educativa, enquanto situação de conhecimento, sem essa disciplina, é espera vã. Mas, assim como não é possível ensinar a aprender, sem ensinar um certo conteúdo através de cujo conhecimento se aprende a aprender, não se ensina igualmente a

disciplina de que estou falando a não ser na e pela prática cognoscente de que os educandos vão se tornando sujeitos cada vez mais críticos (2021e, p. 113).

Freire (2021e) destaca a importância da relação entre o professor e o aluno no processo de ensino-aprendizagem. Segundo ele defende que o ato de ensinar não deve ser visto como algo mecânico, mas como um ato criador e que perpassa pelo ato reflexivo crítico, que requer uma curiosidade tanto do professor quanto dos alunos. Nesse quesito, destaca que para que os alunos sejam inseridos criticamente na situação educacional, é necessário que haja uma disciplina intelectual que deve ser ensinada e praticada desde a pré-escola. Freire, enfatiza a importância de se ensinar um conteúdo específico como forma de aprendizado para que os alunos aprendam a aprender.

Desse modo, podemos ver a relevância sobre o papel do professor e do aluno no processo educativo e destaca a importância de uma abordagem crítica e criativa no processo de ensino-aprendizagem. Dentro desse contexto, o papel do professor não deve se limitar à transmissão de conhecimentos, mas sim à construção de autoridade a partir da interação com os alunos. Segundo Freire (2021e), as necessidades dos professores não devem ser apenas de um transmissor dos saberes impostos pelos livros didáticos. Para ele destaca que a autoridade docente não pode ser imposta, mas deve ser construída a partir da interação entre educador e educando na sociedade atual.

Nota-se que a autoridade docente, é importante conferir o papel da educação como um meio de libertação dos indivíduos, permitindo que eles possam explorar todo o seu potencial, incluindo as dimensões mais criativas e reflexivas de suas vidas. De acordo com Arendt, a autoridade docente se baseia na capacidade do professor de estimular a curiosidade e a capacidade reflexiva dos alunos, ao substituir de impor sua vontade através do uso da força ou da coerção. Segundo Arendt, enfatiza que a autoridade docente é conquistada através do diálogo e do engajamento com os alunos, e não através da imposição de regras, do uso da violência ou autoritarismo. Nesse caminho, a responsabilidade é o caminho para a autoridade, e não para o autoritarismo.

Segundo Silva (2021, p. 109):

[...] a responsabilidade pelo mundo manifesta-se pela autoridade, como evidenciado no [...] texto acima. Assim, a recusa dos adultos à autoridade é uma recusa à responsabilidade pelo mundo. Para Arendt, é atributo do educador apresentar aos mais novos o mundo a fim de que se reconheçam novos no mundo. Por meio da educação, as crianças conhecem o mundo que possui, de

antemão, duas características gerais. Primeiramente, é sempre anterior, mais velho que elas próprias. Ou seja, o mundo que é apresentado a elas pelos adultos, por mais atual que seja, será sempre mais velho para os que chegam. E, além disso, é um mundo mais amplo do que tudo o que até então as crianças conhecem do universo familiar.

Devido a isso, a responsabilidade dos adultos em relação ao mundo e como isso está ligado à autoridade. Silva (2021) cita a visão de Arendt, que argumenta que é papel do educador apresentar o mundo às crianças para que elas se reconheçam nele. Com esse olhar, a educação permite que as crianças conheçam um mundo que sempre será mais velho que elas e mais amplo do que tudo o que elas conhecem. A recusa dos adultos à autoridade é, portanto, uma recusa à responsabilidade pelo mundo. Em resumo, a ideia central é que os adultos têm a responsabilidade de apresentar o mundo às crianças, e essa responsabilidade está ligada à autoridade.

Enfim, as perspectivas de alguns autores e professores pesquisadores sobre a autoridade docente orientaram a ideia de que a autoridade não deve ser vista como uma relação hierárquica de poder, mas sim como uma relação dialógica baseada na confiança, no respeito mútuo e no engajamento dos docentes e discentes. Nessa perspectiva, para esses pensadores, escritores e educadores pesquisadores a autoridade docente não é uma imposição do professor, mas uma conquista que é construída ao longo do processo educacional através do diálogo e da participação dos alunos.

#### **4.2.1 Educação e Liberdade Docente**

Neste subcapítulo, podemos ver qual é a relação entre educação e liberdade docente é fundamental para o desenvolvimento de um ensino eficiente e eficaz. Assim, cabe ao professor, como agente principal no processo educacional, precisa de liberdade para aplicar seus métodos de ensino e construir um ambiente favorável para o aprendizado nessa sociedade cada vez mais capitalista. A liberdade docente é um direito garantido por lei, mas muitas vezes é negligenciado pelas instituições de ensino.

Segundo Benvenuti (2010) fala que Arendt aceitou responder à questão sobre o propósito da liberdade e a política. Para entender essa afirmação, ela novamente se volta para a polis grega e a experiência de seus cidadãos, que eram homens livres envolvidos na atividade política. Esses homens eram capazes de vivenciar a liberdade porque

estavam livres das responsabilidades relacionadas à obtenção das necessidades básicas da vida. Somente quando eles foram liberados da sujeição que a manutenção da vida biológica exigia, foi possível a experiência política da liberdade.

Benvenuti (2010, p. 27), fala que:

[...] a liberação da necessidade ser condição prévia para a cidadania, ela não bastava para que esses homens fossem livres: tal liberdade só se configurava como realidade quando ocorria o encontro dos iguais na praça pública. A liberdade estava intimamente relacionada à igualdade presente entre eles e à condição desse encontro. Como vimos, relações desiguais abrem possibilidade para a dominação, que é o oposto da liberdade. Se há dominação, há sujeição e os homens imersos nessa relação deixam de ser livres, independentemente do lugar que assumem – de dominadores ou dominados. Segundo Arendt, isso nada tem a ver com política e, portanto, o fato de o encontro entre cidadãos na ágora acontecer entre iguais era o que permitia a experiência da liberdade entre eles.

A visão de Benvenuti sobre a liberdade na Grécia Antiga, onde ela argumenta que a liberdade não era alcançada apenas pela liberação de condições prévias para a cidadania, mas também pela presença de igualdade na sociedade e na participação política na praça pública. Segundo ele destaca que a desigualdade pode levar à dominação, que é o oposto da liberdade, e que a experiência da liberdade era possível apenas quando os cidadãos se encontravam na ágora como iguais.

Nesse contexto, o texto enfatiza que a liberdade está intrinsecamente ligada à igualdade e à participação ativa dos cidadãos na esfera pública, e que a ausência de igualdade pode levar à dominação e à perda da liberdade. Essa liberação se tornou possível porque as atividades necessárias para a manutenção da vida foram delegadas a outras pessoas, os escravos, o que permitiu que os cidadãos dedicassem tempo e energia para a vida pública e os assuntos da cidade.

Carvalho (2017, p. 78) fala que a “[...] evolução do ideal de uma forma educacional comprometida com a liberdade não se reduz a grandes obras teóricas sobre os fins e o sentido da ação educativa”. A relação entre educação e liberdade é estreitamente fundamental. Nesse caso, a ideia de que a evolução do ideal de uma forma educacional comprometida com a liberdade não se restringe apenas às obras teóricas, mas é algo mais amplo e profundo, que envolve a própria relação entre educação e liberdade.

Na esteira do pensamento de Carvalho (2017), destaca que essa relação é fundamental e estreita, ou seja, a liberdade é um elemento essencial para uma educação

plena e significativa. De fato, a ideia de liberdade é central no campo da educação, pois se trata de um processo que tem como objetivo desenvolver as capacidades humanas e proporcionar o crescimento pessoal e social dos indivíduos. Para que isso seja permitido de forma plena, é necessário que sejam garantidas condições de liberdade, autonomia e participação dos sujeitos envolvidos, tanto os cuidadores quanto os educandos.

Nesse caminho, a educação comprometida com a liberdade implica em uma abordagem que valoriza a diversidade de perspectivas, estimula o diálogo e o pensamento crítico, e que está comprometida com a promoção da igualdade e da justiça social. Essa visão ampla da relação entre educação e liberdade não se limita a obras teóricas, mas deve ser vivenciada na prática, por meio de práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a liberdade e a aquisição de cada pessoa.

Através da educação, as pessoas podem adquirir conhecimentos e habilidades que permitem tomar decisões importantes, pensar criticamente, compreender diferentes perspectivas e agir de forma autônoma. Essas habilidades são essenciais para que as pessoas possam exercer sua liberdade de escolha, de expressão e de participação plena na sociedade. Além disso, a educação também pode ajudar a criar uma sociedade mais igualitária e democrática, permitindo que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e recursos, independentemente de sua origem ou condição social. A educação é uma ferramenta poderosa para a promoção da liberdade individual e coletiva. Devido a isso, apresentamos algumas características da educação e a liberdade docente:

**Quadro 3 - Educação e a Liberdade Docente dentro das Escolas**

<b>EDUCAÇÃO E A LIBERDADE DOCENTE DENTRO DAS ESCOLAS</b>		
<b>Autonomia pedagógica</b>	Os professores têm o direito de escolher os métodos e abordagens de ensino que consideram mais adequados para seus alunos, respeitando as diretrizes curriculares e os objetivos educacionais.	Paulo Freire (2021c) e Hannah Arendt (2022)
<b>Flexibilidade curricular</b>	Os professores podem adaptar o conteúdo programático às necessidades e interesses dos alunos, levando em consideração as diferenças individuais e as peculiaridades do contexto socioeconômico e cultural.	Paulo Freire (2021c) e Silvio Gallo (1993).
	A educação e docente busca estimular a participação	Paulo Freire

<b>Participação ativa dos alunos</b>	ativa dos alunos no processo de aprendizagem, por meio de atividades práticas, projetos interdisciplinares, debates e reflexões críticas.	(2021a) e Hannah Arendt (2022)
<b>Valorização do conhecimento prévio</b>	Os professores reconhecem a importância do conhecimento prévio dos alunos e usam essa base para construir novos conceitos e habilidades.	Paulo Freire (2021c)
<b>Diálogo e respeito mútuo</b>	A educação e liberdade docente aceitou o diálogo aberto e respeitoso entre professores, alunos, pais e responsáveis, valorizando as diferentes perspectivas e opiniões.	Paulo Freire (2021c) e Silvio Gallo (1993).
<b>Formação continuada</b>	A educação e liberdade docente requer uma formação continuada dos professores, para que possa aprimorar continuamente suas práticas pedagógicas e estar atualizado sobre as inovações tecnológicas e as mudanças sociais e culturais que experimentaram a educação.	Paulo Freire (2021a), Hannah Arendt (2022) e Saviani e Duarte (2010)

**Fonte:** Do próprio autor referenciado no material de estudo

No Quadro 3 acima, descreve-se uma visão de educação centrada no aluno e que valoriza a autonomia do educador. Nesse olhar, os professores têm liberdade para escolher métodos e abordagens de ensino que consideram mais adequados para seus estudantes, levando em consideração as diretrizes curriculares e objetivos educacionais. Nessa flexibilização curricular é um aspecto importante, permitindo que os professores adaptem o conteúdo programático às necessidades e interesses dos alunos, respeitando as diferenças individuais e as peculiaridades do contexto socioeconômico e cultural.

Pensando nisso, a participação ativa dos alunos é outro aspecto importante, incentivando a realização de atividades práticas, projetos interdisciplinares, debates e reflexões críticas. Nesse tipo de abordagem coloca o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem, permitindo que eles tenham um papel ativo e construtivo na construção do conhecimento. Devido a isso, a valorização do conhecimento prévio também é um aspecto importante para a comunidade escolar. Os professores reconhecem a importância do conhecimento prévio dos alunos e o utilizam como base para a construção de novos conceitos e habilidades.

A educação e liberdade docente é a construção de uma forma de pensar e refletir sobre as novas práticas pedagógicas, onde o diálogo e o respeito são duas peças fundamentais desse jogo. Nesse caso, o diálogo e o respeito mútuo são fundamentais em uma educação centrada no aluno em plena sociedade pós-moderna. Nessa perspectiva, os educadores, educandos, pais e responsáveis devem ser incentivados a dialogar abertamente, respeitando as diferentes perspectivas e opiniões diversas. É através do diálogo que os professores e alunos vão conseguindo espaços em seus discursos contemporâneos, onde são mais democráticos e mais libertos.

Nós sabemos que a formação continuada dos professores entre outros aspectos importantes para a formação humana. Segundo Aguiar (2008, p. 29) a “[...] relação entre educação e condição humana, nessas posições clássicas, é propícia ao florescimento humano, entendido como desenvolvimento das capacidades [...], teóricas e práticas”. Utilizando esse mesmo pensamento, a formação continuada é um processo de aprendizagem que visa aprimorar as capacidades teóricas e práticas dos profissionais, confiante para o seu desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade do trabalho educativo. Conforme aponta Aguiar (2008), a relação entre educação e condição humana é fundamental para o florescimento humano, isto é, para que as pessoas possam desenvolver plenamente suas capacidades e potencialidades.

De acordo com Saviani e Duarte (2010, p. 423), a “[...] formação humana coincide, nessa acepção, com o processo de promoção humana levado a efeito pela educação”. Com isso, a importância da educação como um processo fundamental para a formação humana e promoção do desenvolvimento humano. Ao afirmar que a formação humana coincide com o processo de promoção humana levado a efeito pela educação, os autores ressaltam que a educação não é apenas um meio para transmitir conhecimentos e habilidades, mas também uma ferramenta para formar indivíduos mais conscientes, críticos e capazes de agir no mundo de forma mais ética e responsável. Portanto, a educação é vista como um processo integral que abrange não apenas aspectos cognitivos, mas também afetivos, sociais e morais, garantido para a formação de cidadãos mais completos e engajados com a sociedade.

Saviani e Duarte (2010, p. 423), falam que:

[...] a formação humana é analisada na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um ser social. O que

faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie. No caso dos seres humanos, sua atividade vital, que é o trabalho, distingue-se daquelas de outras espécies vivas por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social. Por meio do trabalho o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizada, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Nesse processo, as necessidades humanas ampliam-se, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais.

Saviani e Duarte (2010) aborda a relação entre a formação humana e a atividade vital do ser humano, que é o trabalho. Segundo os autores, o trabalho é uma atividade consciente que permite ao ser humano incorporar a natureza ao campo dos fenômenos sociais por meio da produção de bens e serviços. Dessa forma, as necessidades humanas são ampliadas e ultrapassam o nível das necessidades de sobrevivência, surgindo necessidades sociais que são construídas historicamente. A liberdade é um tema que pode ser relacionado à atividade vital do ser humano e sua formação.

Alguns estudiosos afirmam a importância da liberdade na vida humana e na formação dos indivíduos. A liberdade é um tema complexo e multifacetado que pode ser relacionado a diversas áreas, como filosofia, política, psicologia e a educação. Na vida cotidiana, a liberdade é uma necessidade básica, pois permite que as pessoas exerçam suas escolhas e tomem suas próprias decisões. Na formação dos indivíduos, a liberdade é essencial para o desenvolvimento de competências e habilidades críticas e criativas, além de incentivar a autonomia e a responsabilidade pessoal.

Nessa perspectiva, a liberdade é a capacidade que o indivíduo tem de agir e tomar decisões de forma autônoma, sem a influência ou controle de terceiros. No entanto, a liberdade não é algo absoluto e ilimitado, pois ela sempre ocorre em um contexto social e histórico específico, influenciado por valores, normas e condições materiais. Nessa perspectiva, a formação humana e a atividade vital do ser humano podem ser vistas como elementos que alcançaram a liberdade em plena sociedade capitalista. Por meio da formação humana, o indivíduo pode desenvolver habilidades e competências que lhe permitem exercer sua liberdade de forma mais consciente e responsável.

No entanto, Rodrigues (2001, p. 239), diz que:

[...] a Democracia é o modo como seres humanos autônomos, livres e responsáveis articulam as diversas vontades e capacidades individuais e coletivas para construir um modo de viver que lhes permita o mais alto grau possível de

exercício de sua liberdade, em um espaço público. Este espaço público, na sua forma moderna de organização, pode se identificar com o Estado. A Democracia é o projeto político mais completo e ambicioso dos tempos modernos. Se a prática da democracia não alcançou ainda uma relação perfeita de equilíbrio entre as vontades e as possibilidades dos indivíduos e dos grupos, ela é a única forma de organização política que encaminha os conflitos de vontades para processos de superação e de negociação independentes do recurso à violência. Mas, por ser projeto humano, está sempre aberto a novas possibilidades. A Democracia não pode ser entendida como simples reestruturação de um regime político, nem ainda como organização mínima do poder constitutivo da organização social. Ela tem a ver como todo um conjunto de princípios ao redor dos quais se articula a totalidade da vida privada e pública dos cidadãos. Nessa perspectiva, a Democracia é um projeto pleno de possibilidades.

Devemos destacar, a importância da liberdade e da formação continuada na construção de uma democracia plena e efetiva. Rodrigues (2001), diz que a democracia é um projeto político planejado que busca proporcionar aos indivíduos e grupos o máximo possível de exercício da sua liberdade em um espaço público. No entanto, para que esse projeto seja efetivo, é necessário que os cidadãos estejam constantemente se formando e se capacitando para participar ativamente da vida pública e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a formação continuada se apresenta como um elemento fundamental para a consolidação da democracia, permitindo que os educadores ampliem sua capacidade de reflexão crítica e aprimorem suas habilidades para atuar no ensino público para que sejam conscientes e responsáveis, com o papel que desempenham na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a formação continuada é uma importante ferramenta para que os profissionais possam se manter atualizados, adquirir novas habilidades e competências, e assim, atender de forma mais eficiente às demandas da sociedade. Por meio da formação continuada, é possível ampliar o repertório teórico, aprimorando as técnicas e práticas, além de se capacitar para o uso de novas tecnologias e metodologias de ensino. Portanto, a formação continuada é um processo essencial para o desenvolvimento humano e profissional dos indivíduos, permitindo que eles possam exercer as suas atividades de forma mais eficiente e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Nesse caminho, a educação está em constante evolução, e os educadores devem estar atualizados sobre as inovações tecnológicas e as mudanças sociais e culturais que vivenciaram a educação em plena contemporaneidade. Nessa perspectiva, a formação continuada permite que os professores aprimorem continuamente suas práticas

pedagógicas e se adaptem às mudanças. Para que a educação seja efetiva, é necessário que os professores tenham autonomia para construir seu plano de aula e adaptá-lo às necessidades dos alunos. Nesse sentido, os métodos de ensino devem ser escolhidos de acordo com o perfil da turma e o conteúdo que será ministrado.

A liberdade docente permite que o professor se sinta seguro e confiante para tomar decisões que irão impactar diretamente no processo de aprendizagem. Além disso, a liberdade docente também está relacionada à formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus papéis na sociedade. Logo, cabe ao professor ser capaz de incentivar o pensamento crítico e a reflexão sobre temas relevantes para a sociedade. Isso só é possível quando ele tem a liberdade de apresentar diferentes pontos de vista e discutir ideias sem medo de represálias. No entanto, é preciso lembrar que a liberdade docente não deve ser confundida com a ausência de responsabilidade.

Nesse quesito, o professor deve ter cuidado para não ultrapassar os limites éticos e legais, garantindo que sua atuação esteja sempre pautada na ética e no respeito aos direitos dos educandos. Segundo Freire (1999, p. 4) diz que a “[...] visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo”. De acordo Freire a liberdade é fundamental para o processo educacional, pois permite que os indivíduos desenvolvam sua capacidade crítica e criativa, além de incentivá-los a assumir responsabilidade por suas escolhas e ações. Nesse sentido, a pedagogia de Freire se diferencia das abordagens autoritárias e coercitivas, que limitam a liberdade dos estudantes e restringem sua capacidade de pensar de forma autônoma. Assim, a ênfase enfatiza o papel central da liberdade na visão pedagógica de Freire e sua importância na formação de indivíduos conscientes e comprometidos com a transformação social.

De acordo com autor Freire:

[...] a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de “professor” e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor” (1999, p. 11).

Freire (1999) destaca a importância da participação crítica e livre dos educandos como um princípio essencial para uma prática educativa efetiva e eficaz. Freire propõe a substituição da escola tradicional, autoritária, pelo círculo de cultura, uma unidade de ensino que busca reunir docentes e pessoas do povo para trabalhar juntos na conquista da linguagem. Nesse processo, o coordenador não exerce as funções de um professor tradicional, mas sim como de um facilitador do diálogo e da participação ativa dos educandos, sem influenciá-los ou impor-lhes ideias.

Freire enfatiza a importância da educação popular, na qual o conhecimento é construído de forma coletiva e democrática. Notou-se a liberdade docente ainda é um tema polêmico e muitas vezes negligenciado pelas instituições de ensino. É comum que as escolas imponham metodologias e padrões de ensino que muitas vezes não estão de acordo com as necessidades dos alunos e dos professores.

Devido a um problema com esses é importante no sistema educacional: a falta de liberdade docente. Infelizmente, muitas escolas ainda impõem metodologias e padrões de ensino que não consideram as necessidades dos discentes e docentes, limitando a criatividade e a capacidade dos professores de adaptar suas aulas de acordo com as necessidades de cada turma. A liberdade docente é fundamental para que os professores possam desenvolver aulas mais engajadoras e eficazes, e é importante que as instituições de ensino reconheçam sua importância e trabalhem para promovê-la.

Nesses casos, nota-se que é importante que os docentes lutem por seus direitos e busquem o apoio de sindicatos e associações que defendem a liberdade docente. Enfim, a educação só é efetiva quando o professor tem a liberdade de aplicar seus métodos de ensino e construir um ambiente favorável para o aprendizado. Nesse conceito, a liberdade docente está diretamente relacionada à formação de cidadãos críticos e conscientes, e deve ser garantida por lei e respeitada pelas instituições de ensino. É papel dos professores lutar por seus direitos e buscar a valorização de sua atuação como agentes transformadores da sociedade brasileira.

#### **4.2.2 Educação e Autonomia Docente**

Nessa relação entre educação e autonomia docente é fundamental para garantir uma educação de qualidade e formar cidadãos críticos e autônomos. Nesse sentido, é

importante compreender como a autonomia docente é essencial para o processo de ensino-aprendizagem e quais as possibilidades de promovê-la nas práticas pedagógicas. Paulo Freire (2021c, p. 58) fala que é “[...] necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir - a da inconclusão do ser que se sabe incompleto -, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando”.

Segundo Freire (2021c, p. 38) o “[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Nesses casos, o modelo de linguagem não possui opiniões pessoais, mas pode destacar que Freire é muito relevante e atual para os educadores e educandos. De acordo com esse autor, ele enfatiza a importância de respeitar a autonomia e a dignidade a todas as crianças e adolescentes como um imperativo ético fundamental, que não é opcional. Todos nós sabemos que por “[...] excelência, deveria preparar a criança para o mundo dos adultos, o hábito gradualmente adquirido de trabalhar e de não brincar, é extinto em favor da autonomia do mundo da infância (ARENDDT, 2021, p. 269).

Hannah Arendt (2021) destaca a importância da educação na formação das crianças para o mundo adulto. A autora argumenta que o hábito de trabalhar e deixar de brincar é crucial para a preparação das crianças para o mundo dos adultos. No entanto, ela também ressalta que essa preparação não deve ocorrer em detrimento da autonomia e do mundo da infância. Assim, é importante considerar a educação como um processo que visa preparar as crianças para a vida adulta, mas que também deve respeitar a fase de desenvolvimento em que elas se encontram. A autonomia é um aspecto fundamental da formação dos estudantes do Ensino Básico, pois é a partir dela que eles começam a desenvolver competências e habilidades de pensamento crítico e tomada de decisão.

Dickmann e Dickmann (2019, p. 194), revela que:

[...] a autonomia é um substantivo feminino que significa independência. Aquele que é autônomo é livre. Um conceito como este sempre teve lugar garantido na pedagogia proposta por Paulo Freire, a ponto de ser o título de uma de suas obras, talvez uma das mais maduras e comprometidas, a Pedagogia da Autonomia, escrita para discutir a questão da formação dos educadores e educadoras, na qual faz uma profunda reflexão acerca da prática educativa que gestasse a autonomia dos educandos e educandas. Para Freire, o respeito à autonomia é um saber necessário para os educadores e educadoras progressistas nas salas de aula e nos encontros que forem coordenadores. Não é uma escolha do educador e da educadora respeitar ou não está autonomia dos educandos e das educandas, é um dever, "um imperativo ético", nas palavras do próprio Freire. Sendo ético pode ser negado, e esse desrespeito é transgressão da eticidade de nossa existência.

Dickmann e Dickmann (2019) destaca a importância da autonomia na pedagogia proposta por Paulo Freire. Para ele, a autonomia dos educandos e educandas é fundamental para uma prática educativa comprometida e transformadora. É dever ético do educador e da educadora respeitar a autonomia dos alunos e alunas, pois o desrespeito a essa autonomia é uma transgressão da eticidade da existência. Concordo com essa visão de que a autonomia é essencial no processo educativo e que os educadores têm a responsabilidade de cultivá-la em seus alunos e alunas.

Nesse sentido, a autonomia é um fator chave para o desenvolvimento pessoal e profissional, e que sua promoção contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Nesse campo, a valorização da autonomia docente é fundamental, especialmente diante do desrespeito mencionado por Freire e confirmado pelos autores Dickmann e Dickmann (2019). Nesse sentido, é essencial assegurar que os professores sejam respeitados e que não haja violação da ética, a fim de proteger e afirmar a autonomia dos professores em plena sociedade pós-moderna.

Nessa perspectiva, é necessário que a educação busque equilibrar a preparação dos estudantes para o mundo adulto com o respeito ao mundo infantil e à autonomia dos alunos. Sob o mesmo ponto de vista, é crucial que os educadores reconheçam que os alunos do Ensino Fundamental estão em uma fase específica de desenvolvimento, e que precisam de espaço para crescer e aprender de acordo com suas próprias necessidades e habilidades. Dessa forma, é possível promover conceitos e conexões fundamentais sobre "Educação e Autonomia Docente". Observa-se no quadro abaixo os conceitos e conexões fundamentais sobre "Educação e Autonomia Docente":

**Quadro 04 - Conceitos e Conexões sobre "Educação e Autonomia Docente"**

<b>EDUCAÇÃO E</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprendizagem;</li> <li>• Ensino;</li> <li>• Pedagogia.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Hannah Arendt (2022)
	<b>AUTONOMIA DOCENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade de ensino;</li> <li>• Flexibilidade curricular;</li> <li>• Tomada de decisão.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Hannah Arendt (2022)

<b>AUTONOMIA DOCENTE</b>	<b>DESAFIOS DA AUTONOMIA DOCENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura escolar;</li> <li>• Recursos limitados;</li> <li>• Pressões externas.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Hannah Arendt (2022)
	<b>BENEFÍCIOS DA AUTONOMIA DOCENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior motivação;</li> <li>• Engajamento do aluno;</li> <li>• Personalização do ensino.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Hannah Arendt (2022)
	<b>PAPEL DO ESTADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas educacionais;</li> <li>• Regulação;</li> <li>• Financiamento.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Hannah Arendt (2022)
	<b>PARCERIAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboração com outros educadores;</li> <li>• Envolvimento dos pais;</li> <li>• Comunidade escolar.</li> </ul>	Paulo Freire (2021) e Saviani e Duarte (2010).

**Fonte:** Do próprio autor referenciado no material de estudo.

No Quadro 4, são vários pensamentos de correntes pedagógicas de vários autores e professores conceituados. Essa visão mostra fortemente com muitas correntes de pensamento contemporâneas que enfatizam a importância da justiça social e da equidade para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Nesse viés, o respeito à autonomia e à dignidade de cada indivíduo é um elemento-chave para garantir que todas as crianças e adolescentes possam exercer sua liberdade e seus direitos plenamente, sem serem subjugadas ou oprimidas por outras pessoas.

Todo esse processo, da importância de manter a autonomia e o domínio de cada indivíduo, especialmente crianças e adolescentes, para que eles possam exercer plenamente sua liberdade e direitos sem serem subjugados ou oprimidos por outros. Nesse caso, implica em reconhecer que cada indivíduo tem sua própria capacidade de tomar decisões e agir de acordo com seus próprios interesses e desejos, e que eles devem ter a oportunidade de fazê-lo sem serem coagidos ou controlados por outras pessoas. Nesse desafio, apresentamos os dois contextos que citam o educador brasileiro Paulo Freire, que receberam duas posturas opostas que podem ser adotadas na relação entre os educadores e os educandos, que são:

[...] a primeira é aquela onde o educador e a educadora negam a curiosidade dos educandos e educandas, que ironiza o jeito de falar e se expressar. O educador e a educadora que se porta assim está transgredindo tanto quanto aquele que se furta o dever de ensinar, de ser presença para a experiência formadora, que é licencioso e não propõe limites à liberdade dos educandos e educandas. A outra postura que é exemplificada é a dos educadores e educadoras dialógicos que ensinam e aprendem com as diferenças, que às respeitam, que se assumindo, juntamente com os educandos e educandas, como seres inacabados, se tornam radicalmente éticos. É função dos que respeitam a autonomia dos outros e que assim respeitam a si mesmos, lutar contra a transgressão daqueles que à desrespeitam. Perceber-se em um destes dois exemplos é fundamental para avaliarmos as nossas ações. Aceitar o desafio de Freire de conhecer os "saberes necessários à prática educativa" é uma tarefa dos educadores e educadoras que se comprometem cada dia com a Educação Libertadora, em vista de sua autonomia (DICKMANN; DICKMANN, 2019, p. 195).

Dickmann e Dickmann (2019) afirmam que a importância da postura do educador na formação dos educandos e educandas. Segundo eles destacam as duas posturas que o educador Paulo Freire, coloca: a primeira, em que o educador nega a curiosidade dos estudantes e zomba de sua forma de expressão, o que é tão prejudicial quanto aquele que se recusa a ensinar. A segunda postura, que é exemplificada pelos educadores dialógicos, é aquela em que os educadores respeitam e aprendem com a diferença dos alunos, reconhecendo-se como seres inacabados e agindo de forma ética.

Nessa perspectiva, a importância que os educadores comprometidos com a Educação Libertadora devem conhecer os saberes necessários para a prática educativa e lutar contra aqueles que desrespeitam a autonomia dos outros. É importante que os educadores avaliem suas próprias ações e assumam o desafio proposto por Freire para garantir a autonomia de seus alunos. Devido a isso, a "[...] formação dos professores e professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos (FREIRE, 2021a, p. 134).

Freire (2021a) confirma a importância da compreensão do contexto ecológico, social e econômico em que vivemos para a construção de uma sociedade mais consciente e engajada. Nesse sentido, a educação desempenha um papel fundamental, pois é por meio dela que podemos adquirir conhecimentos e habilidades que nos permitem compreender e interagir com o mundo ao nosso redor de forma mais crítica e consciente. Além disso, a autonomia e a liberdade também são aspectos essenciais para a formação de indivíduos capazes de agir de forma responsável e consciente em relação

ao meio ambiente e à sociedade em que vivem. É importante, portanto, que a educação valorize e incentive a autonomia e a liberdade dos alunos, permitindo que eles desenvolvam sua capacidade de pensar e agir de forma independente e responsável.

Ferreira, Lopes e Barbosa, defendem que:

[...] a educação se faz presente como o único meio de conseguir conscientizar o homem a lutar pela sua liberdade. Nesse discurso, é necessário que possamos repensar o papel dos educadores, porque são profissionais competentes e compromissados com a educação. Ensinar os alunos exige a compreensão de que a educação é uma forma de intervenção na vida e no mundo desses sujeitos. É sabido que os educadores podem intervir na vida de seus educandos, tornando esses indivíduos mais éticos, autônomos e críticos reflexivos na aquisição do ensino e da aprendizagem (2022, p. 37).

Os autores Ferreira, Lopes e Barbosa destacam a importância da educação como um meio para conscientizar as pessoas sobre a luta pela liberdade. Os autores afirmam que os educadores têm um papel fundamental nesse processo, pois são responsáveis por ensinar seus alunos a compreender a educação como uma forma de intervenção na vida e no mundo desses sujeitos. A partir desse ponto de vista, é possível entender que os educadores têm um papel essencial na formação de indivíduos mais éticos, autônomos e críticos reflexivos, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

É importante destacar que a visão dos autores sobre a educação não se limita à transmissão de conhecimentos, mas enfatiza a formação integral dos indivíduos, visando à construção de uma sociedade mais democrática. A partir desses aspectos, vemos o quanto a formação dos professores está atenta a esse processo de formação dos indivíduos. Segundo os Ferreira, Lopes e Barbosa (2022, p. 38) a “[...] formação continuada dos educadores é essencial, principalmente nessa sociedade capitalista, onde as coisas mudam ou se transformam em algo novo, como as novas tecnologias educacionais”, principalmente na sociedade pós-moderna.

Ferreira, Lopes e Barbosa (2022, p. 38), dizem:

[...] que os educadores precisam construir a sua identidade, através dos cursos de formação continuada ofertados por universidades públicas, e particulares que têm convênio com essas entidades públicas ligadas ao ensino e a aprendizagem dos indivíduos. Nessa premissa, os educadores vão construindo as suas próprias identidades, com o passar dos anos. Os alunos chegam à unidade escolar munidos de conhecimentos prévios sobre vários assuntos, e cabe aos professores direcioná-los através da mediação e colocá-los no caminho. Nesse caminho, eles poderão encontrar o sentido do que é liberdade e a autonomia, para ser mais

reflexivos e éticos. Por esse motivo, esses alunos querem professores que estejam preparados, sejam dinâmicos e que saibam utilizar as novas metodologias. Nesse cenário, cabe aos educadores estarem preparados para lidar com essa nova escola do século XXI. Assim, os educadores deverão participar dos cursos de formação continuada, e rever suas metodologias, fazendo isso, formarão os alunos como os atores principais do processo de ensino-aprendizagem, utilizando como base desse mesmo processo, a interdisciplinaridade as quais serão fundamentais para as conquistas das competências e habilidades necessárias.

Em outras palavras, os autores dizem que a importância da autonomia e da educação na formação dos educadores e dos educandos. Segundo Ferreira, Lopes e Barbosa (2022) argumentam que os professores precisam construir suas identidades por meio de cursos de formação continuada, para estarem preparados para lidar com as unidades de ensino da contemporaneidade, e utilizarem novas metodologias, que fizeram com que os alunos se tornassem atores principais do processo de ensino-aprendizagem. Nesse novo caminho, a interdisciplinaridade é fundamental para conquistar as competências e habilidades necessárias, e os educadores devem estar preparados para mediar e direcionar os conhecimentos prévios dos educandos, para que possam alcançar o sentido da liberdade e da autonomia e se tornarem mais reflexivos e éticos.

Dessa forma, a autonomia e a educação são pilares essenciais para uma formação sólida e preparada para as demandas da sociedade atual. Dentro desse contexto, os aspectos principais de autonomia docente é a liberdade de escolha de metodologias e estratégias pedagógicas que melhor se adequem às características dos alunos e dos conteúdos a serem ensinados. Essa liberdade permite que o professor adapte a sua prática às necessidades específicas de cada turma, levando em consideração a diversidade cultural, social e cognitiva dos alunos. A autonomia docente também permite que o professor seja um agente ativo na construção do conhecimento, em vez de simplesmente reproduzir o que está nos livros didáticos.

Com a liberdade para desenvolver atividades e projetos diferenciados, o professor pode estimular a criatividade e o pensamento crítico dos alunos, além de promover a interação e a colaboração entre eles. Além disso, a autonomia docente é fundamental para garantir a independência e a responsabilidade do professor em relação à sua prática pedagógica. Ao ter autonomia para tomar decisões, o professor se torna um profissional mais seguro e engajado, capaz de avaliar criticamente suas ações e buscar constantemente novas formas de aprimorar o seu trabalho. Nesse processo, é importante

destacar que a autonomia docente não significa ausência de orientação e supervisão. Pelo contrário, é necessário que os professores tenham acesso a uma formação continuada e a recursos pedagógicos que os auxiliem na construção das suas práticas e na avaliação dos resultados alcançados.

Nessa expectativa, é importante a necessidade de que a autonomia docente seja exercida de forma consciente e responsável, levando em consideração os objetivos pedagógicos e os valores éticos e sociais que devem nortear a educação. A autonomia docente não pode ser vista como uma desculpa para a adoção de práticas pedagógicas descontextualizadas e alheias à realidade dos alunos. Para promover a autonomia docente, é fundamental que haja um ambiente de respeito e confiança entre os professores e a comunidade escolar como um todo. É necessário que os professores sejam valorizados e reconhecidos como profissionais capazes de contribuir efetivamente para a formação dos alunos e para o desenvolvimento da educação como um todo.

Enfim, é importante ressaltar que a autonomia docente não é uma questão didática, mas está diretamente relacionada a outras questões que tiveram a educação, como a gestão escolar, a política educacional e o financiamento público. Nesse sentido, a autonomia docente seja efetiva, é preciso que haja um ambiente incentivado para a sua implementação, com políticas públicas que garantam a valorização e o reconhecimento dos professores, a melhoria das condições de trabalho e a promoção da qualidade da educação em todos os níveis. Essa é uma ideia defendida pelos principais autores e escritores Paulo Freire (1921-1997) e Hannah Arendt (1906-1975), que reconhecem a importância da educação e da autonomia na prática educativa e da valorização dos professores como agentes fundamentais na formação de indivíduos críticos e conscientes. Portanto, é fundamental que as políticas públicas de educação tenham como objetivo não apenas a melhoria das condições de ensino, mas também a valorização dos docentes e a promoção de uma educação de qualidade para todos, como é defendido pela Constituição Federal de 1988, no seu Artigo. 205, “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2023).

## CAPÍTULO IV

### 5 FORMAÇÃO DOCENTE

Neste *capítulo*, tem-se por objetivo tematizar como a autoridade, a liberdade e autonomia do educador influenciam sua prática pedagógica e a capacidade de questionar as estruturas de poder existentes na educação. Nesse sentido, crise na educação pode ser relacionada com a decadência da autoridade e a dominação burocrática dentro das escolas brasileiras. No que concerne, essa questão da educação perpassa toda a obra de Hannah Arendt. Essa autora deixou importantes contribuições para uma reflexão crítica sobre a formação docente na contemporaneidade. Segundo Hannah Arendt (2022) a educação é uma atividade política, capaz de formar indivíduos críticos e autônomos.

De acordo com Carvalho (2017, p. 98), do outro lado tem o “[...] despeito da sedução que têm exercido entre intelectuais e educadores como progressistas e mesmo revolucionários, as pedagogias da autonomia nasceram e se desenvolveram sob a égide do conflito moderno entre indivíduo e sociedade”. Nessa perspectiva, a ideia de que ser liberto é o direito de cada indivíduo tomar suas próprias decisões está intimamente ligado e reflete de maneira acrítica o conjunto de crenças e valores do liberalismo individualista que caracteriza o momento de sua origem (CARVALHO, 2017).

Diante desse processo, as investigações acompanham os papéis da docência na formação de cidadãos conscientes e críticos à luz da visão de Hannah Arendt, identificando os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma formação ampla e crítica e planejando estratégias possíveis para superá-los. Segundo Carvalho (2017) fala que os docentes mesmo em situações que parecem ser politicamente engajadas, como as assembleias escolares, a ideia de serem libertos não vai além da habilidade de estabelecer regras de convivência em um ambiente educativo que imita uma república, como se o pátio da escola pudesse se transformar em uma ágora pré-política. A liberdade é limitada a um contexto simulado e não se estende para além da criação de regras de convivência em um ambiente educativo na sociedade pós-moderna.

Segundo Almeida (2011, p. 22):

[...] o âmbito da educação é, portanto, pré-político. A educação escolar transmite conhecimentos e cultiva princípios e capacidades que favorecem a futura

participação dos alunos na esfera pública. Entretanto, no espaço pedagógico e nas relações que nele se estabelecem, os princípios que regem o espaço público e a atividade política não são válidos da mesma forma. Assim, enquanto no âmbito público estamos entre iguais, a relação pedagógica se caracteriza por uma desigualdade entre alunos e professores baseada não somente nos conhecimentos desiguais, mas também, como vimos antes, na responsabilidade desigual, seja frente ao próprio processo educativo, seja em relação ao mundo. Se a relação entre professor e alunos não é, portanto, política em sentido estrito, não podemos caracterizar a instituição escolar e a educação nela simplesmente como apolíticas. Além do compromisso público da educação de introduzir os recém-chegados no mundo comum, há decisões - entre elas, o conteúdo do currículo (que aspectos do mundo apresentamos às crianças?), o acesso e a qualidade da educação devem ser preocupações públicas.

Paulo Freire (2021c, p. 19) diz que:

[...] a politização na educação demanda veementemente que o professor e a professora se assumam como políticos, que se descubram no mundo como um político e não como um puro técnico ou um sábio, porque também o técnico e o sábio são substantivamente políticos. A politização da educação exige que o professor se saiba, em termos ou a nível objetivo, a nível da sua prática, se saiba a favor de alguém ou contra alguém, a favor de algum sonho e, portanto, contra um certo esquema de sociedade, um certo projeto de sociedade. Por isso, então, que a natureza política da educação exige do educador que se perceba na prática objetiva como participante a favor ou contra alguém ou alguma coisa, a politização exige do educador que seja coerente com esta opção.

Neste sentido a importância da politização na educação e como essa abordagem requer que os educadores assumam um papel ativo e político em suas práticas educacionais. Ainda segundo ele argumenta que o professor não pode ser apenas um técnico ou um sábio, mas deve assumir uma postura política, pois esses mesmos papéis estão intrinsecamente ligados à política. Paulo Freire (2021c), ressalta que a politização na educação exige que o docente se posicione a favor ou contra algo ou alguém, ou seja, que ele tenha uma postura clara em relação a determinados temas, sonhos ou projetos de uma sociedade. Além disso, é necessário que o educador seja coerente com essas escolhas e as reflita em sua prática educativa.

Durante esse processo, a politização da educação exige que os educadores assumam um papel político ativo em suas práticas, adotando posturas e opções claras em relação aos temas considerados em sala de aula e, principalmente, sejam professores coerentes com esses processos, que se leva a serem mediadores do conhecimento. Nesse viés a importância da politização da educação e como os educadores devem assumir um papel político ativo em suas práticas educacionais. Isso significa que eles

devem ter posturas claras em relação aos temas tratados em sala de aula e serem coerentes com seus posicionamentos, a fim de se tornarem mediadores eficazes do conhecimento. É fundamental que os professores estejam conscientes do seu papel na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, e que isso só pode ser alcançado por meio de uma educação politizada e engajada.

Para Hannah Arendt (2022), o papel do professor é fundamental nesse processo, uma vez que ele é o responsável por mediar o conhecimento e o aprendizado dos educandos. Nesse processo, Arendt destaca que a docência não pode ser reduzida a uma técnica ou a um conjunto de procedimentos didáticos. Pelo contrário, a atividade docente deve ser compreendida como uma prática ética e política, que envolve a formação de sujeitos capazes de agir no mundo e de participar ativamente da vida em sociedade. Nessa percepção, uma atividade docente não deve ser vista apenas como uma transmissão de conhecimento ou uma simples entrega de conteúdo, mas sim como uma prática ética e política na sociedade pós-moderna.

Nesse quesito, a formação docente pode ser definida como o processo de preparação para o desenvolvimento de competências, habilidades e saberes necessários para que um indivíduo se torne um docente competente e eficaz. Além disso, a formação docente é uma área de estudo ampla e multidisciplinar que abrange desde a formação inicial dos professores até a formação continuada dando a eles as responsabilidades ao longo de suas carreiras. É importante salientar, que o professor conheça sua responsabilidade e reconheça a responsabilidade da educação.

Do ponto de vista de Paulo Freire (2021d, p. 74) “[...] a Educação tem a responsabilidade de criar consciências críticas, e esta responsabilidade se manifesta quando o educador estimula ao mesmo tempo a curiosidade do estudante e a sua criatividade”. Desse mesmo ponto de vista, cabe aos professores serem atores capazes de representar o mundo das curiosidades e despertar nos seus educandos a vontade de criar e recriar esse mundo do conhecimento, por meio do desenvolvimento da consciência crítica. Somente assim, poderemos formar gerações de novos atores capazes de enfrentar os grandes desafios que aguardam essas representações dos novos saberes.

Paulo Freire (2021d, p. 74), pensava que:

[...] podemos pensar numa educação ou num processo educativo no qual os educadores não obrigam os estudantes a lerem trezentos livros num semestre,

mas ao invés, ler muito bem um livro, a ponto de que o estudante se sinta capaz de reescrever o livro que ele leu? É possível educar enquanto se força o estudante a ler trezentos livros em um semestre? O resultado deste tipo de processo educativo é que os estudantes vivem sob tensão, o que prejudica sua habilidade de aprender. [...] Este fenômeno acontece no mundo inteiro. É possível, através da prática de uma educação em que os estudantes são treinados, em vez de formados, alcançar o conhecimento, produzir um novo conhecimento? Como podem os educadores ajudar a criar oportunidades para os estudantes poderem responder melhor aos desafios apresentados pela tecnologia? No caso particular da América Latina, outras questões têm que ser colocadas à nossa Educação. É possível, por exemplo, esperar bons resultados de uma educação centrada no quadro-negro? [...] Como pode uma pessoa ter uma consciência crítica se não estiver hábil a criar e a recriar? Para mim não há evolução sem um desejo poderosa uma vontade de fazer coisas novas. E eu pergunto mais uma vez: está a Educação, no mundo inteiro, gerando experiências de criatividade ou impondo a experiência da repetição? O que significa, por exemplo, cometer erros?

Desse modo, concordamos com a temática sobre a reflexão de Paulo Freire acerca do papel da educação no desenvolvimento docente e na promoção de um ensino criativo, reflexivo e crítico. Nessa perspectiva, questionava-se a transmissão de um processo educacional que impôs aos discentes a leitura de vasta quantidade de obras em um curto período, o que pode resultar em tensão e prejudicar a capacidade de aprendizagem. Diante desse percurso, propõe-se uma educação humanística, em que os educandos sejam formados de maneira a não serem meramente treinados, mas sim capazes de reescreverem o que leram, produzindo, assim, novos conhecimentos, com vistas a uma reflexão crítica acerca do que foi lido e escrito.

A importância de uma educação humanística que não se restrinja apenas a transmitir conhecimentos prontos aos educandos, mas que os forme para que sejam capazes de reescrever e produzir novos conhecimentos a partir do que leram e estudaram. Nessa perspectiva educacional, que valoriza a reflexão crítica e a capacidade de pensar por si mesmo, é defendida por diversos pensadores, entre eles Hannah Arendt e Paulo Freire. Hannah Arendt, foi uma das principais pensadoras a se dedicar ao estudo da política e da cultura, e suas reflexões sobre a importância da educação para a formação de um pensamento crítico e autônomo são amplamente reconhecidas.

Segundo Arendt, a educação deveria ser voltada para a formação de indivíduos capazes de agir politicamente, ou seja, capazes de refletir sobre o mundo em que vivem e de se engajarem na construção de um mundo melhor. Paulo Freire, defendia a importância da educação para a libertação dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Em seu livro “Pedagogia do Oprimido” propunha

uma educação baseada no diálogo e na reflexão crítica, em que os educandos fossem os protagonistas do processo educativo, em vez de meros receptores de conhecimento.

Nesse viés, Paulo Freire (2021) enfatiza a importância da criação de oportunidades para que os estudantes possam responder aos desafios apresentados pela tecnologia e questiona se uma educação centrada no quadro-negro é suficiente para a América Latina. Ele argumenta que a consciência crítica só pode ser alcançada através da criação e recriação e não através da repetição, e pergunta se a educação está gerando experiências de criatividade ou impondo a experiência da repetição. Nesse caminho, Paulo Freire defende uma educação que estimule a criatividade e a reflexão crítica, em vez de simplesmente importar conhecimentos pré-determinados.

Segundo Paulo Freire (2021d, p. 75):

[...] uma educação que promove a criação do conhecimento, eu não posso ter medo de cometer um erro porque eu cometo um erro na medida em que erros são consequências de riscos e arriscar é uma parte absolutamente necessária no processo de enfrentar os desafios da sociedade tecnológica. Portanto, outra qualidade importante para o educador do século XXI é a compreensão de que se deve encorajar o risco é uma consequência inevitável do correr risco de cometer erros. O educador deve, portanto, preparar-se para trabalhar com o risco e lidar com erros de uma forma positiva, encorajadora e desafiadora. [...] Eu costumava pedir aos professores do primeiro grau, 'por favor, não sublinhem em vermelho os erros gramaticais dos estudantes porque quanto mais vocês fazem isso mais vocês os inibem, mais vocês semeiam o medo. Em vez de semear o medo, falem com o estudante e expliquem como superar o obstáculo. Fale com todos os estudantes sobre isso.' O educador deve buscar formas de praticar esta promoção da criatividade [...] dos seus educandos.

Como vimos, Paulo Freire (2021d) defende a importância de uma educação que encoraja que corra risco e entenda que cometer erros é uma consequência natural desse processo educativo. Ele enfatiza que os educadores devem se preparar para lidar com os erros de seus alunos de forma positiva e encorajadora, ao invés de inibir sua criatividade e semear o medo. Freire (2021d) propõe que os professores conversem com seus alunos sobre como superar os obstáculos que eles enfrentam, em vez de simplesmente apontar seus erros. Essa abordagem promove a criatividade e a autoconfiança dos estudantes, o que é fundamental para enfrentar os desafios da sociedade tecnológica atual.

Nessa perspectiva, o papel do docente vai além da simples instrução, envolvendo a formação de sujeitos capazes de agir no mundo e de participar ativamente da vida em sociedade. Isso significa promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural

dos estudantes, bem como a construção de valores, competências, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da cidadania plena. Dessa forma, a docência torna-se uma ação transformadora e potencialmente emancipadora, esperançosa para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Nesse sentido, a docência não deve ser pautada apenas pelo repasse de informações e conteúdo, mas também pela formação de valores e pela promoção do pensamento crítico reflexivo entre o fazer e o aprender.

Segundo Arendt (2022, p. 269-270):

[...] a conexão entre fazer e aprender, e qualquer que seja a validade da fórmula pragmática, sua aplicação à educação, ou seja, ao modo de aprendizagem da criança, tende a tornar-se absoluto o mundo da infância exatamente da maneira como observamos no caso do primeiro pressuposto básico. Também aqui, sob o pretexto de respeitar a independência da criança, ela é excluída do mundo dos adultos e mantida artificialmente no seu próprio mundo, na medida em que este pode ser chamado de um mundo. Essa retenção da criança é artificial porque extingue o relacionamento natural entre adultos e crianças, o qual, entre outras coisas, consiste no ensino e da aprendizagem, e porque oculta ao mesmo tempo o fato de que a criança é um ser humano em desenvolvimento, de que a infância é uma etapa temporária, uma preparação para a condição adulta.

Ainda de acordo com a autora, a crise na educação:

[...] resulta do reconhecimento do caráter destrutivo desses pressupostos básicos e de uma desesperada tentativa de reformar todo o sistema educacional, ou seja, de transformá-lo inteiramente. Ao fazê-lo, o que se está procurando de fato – exceto quanto aos planos de uma imensa ampliação das facilidades de educação nas Ciências Físicas e em tecnologia – não é mais que uma restauração: o ensino será conduzido de novo com autoridade; o brincar deverá ser interrompido durante as horas de aula, e o trabalho sério retomado; a ênfase será deslocada das habilidades extracurriculares para os conhecimentos prescritos no currículo; fala-se mesmo, por fim, de transformar os atuais currículos dos professores de modo que eles mesmos tenham de aprender algo antes de se converterem em negligentes para com as crianças (ARENDR, 2022, p. 270).

Posto isso, a crise na educação e como ela resulta do reconhecimento do caráter destrutivo de certos orçamentos básicos e da necessidade de reformar todo o sistema educacional para transformá-lo completamente. Segundo Arendt, apontou que essa reforma não se resume a uma introdução das facilidades de educação nas ciências físicas e tecnologia, mas busca uma restauração de práticas de ensino que inclui a autoridade do professor em sala de aula e uma ênfase no conhecimento prescrito no currículo em vez de habilidades extracurriculares. Nessa perspectiva, a autora também menciona a

necessidade de transformar a formação docente, de modo que os professores aprendam mais antes de se tornarem negligentes com seus alunos.

A formação docente, é fundamental para a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil. Dessa forma, a formação dos professores é um aspecto importante a ser considerado no processo de reforma educacional, pois um ensino de qualidade não depende apenas da atualização dos currículos, mas também do aprimoramento das competências e habilidades dos professores. Hannah Arendt (2022) sugere que a restauração de práticas de ensino mais responsável deve ser concomitante a uma formação docente mais adequada, que valorize não apenas o conhecimento teórico, mas também a prática em sala de aula. Além disso, a ênfase no conhecimento prescrito no currículo também pode exigir uma formação docente mais específica, que prepare os professores para ensinar esses conteúdos de maneira eficaz.

Nesse sentido, a docência não pode ser encarada exclusivamente como uma atividade instrucional, mas sim como uma prática que envolve a interação e a colaboração entre professor e aluno. É por meio da educação que se abre a porta para o conhecimento, e é através dela que se pode fomentar a autonomia e a liberdade individual. Enfim, é importante ressaltar que a docência, segundo Arendt, não pode ser pensada de forma espontânea. Cada professor tem suas particularidades, seus objetivos e sua forma de ensinar. No entanto, é preciso que todos os docentes compreendam a importância de sua atividade para a formação de indivíduos críticos e autônomos, capazes de agir no mundo e de participar ativamente da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, o papel do docente vai além da simples instrução, envolvendo a formação de sujeitos capazes de agir no mundo e de participar ativamente da vida em sociedade. Isso significa promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e cultural dos estudantes, bem como a construção de valores, competências, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da cidadania plena. Dessa forma, a docência torna-se uma ação transformadora e potencialmente emancipadora, esperançosa para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Nesse sentido, a docência não deve ser pautada apenas pelo repasse de informações e conteúdo, mas também pela formação de valores e pela promoção do pensamento crítico e reflexivos.

Portanto, Hannah Arendt nos leva a refletir sobre o papel crucial do professor no processo educacional. De acordo com a autora, o professor deve ser capaz de estimular a

capacidade crítica e reflexiva dos alunos, incentivando-os a questionar as verdades protegidas e ampliar sua visão de mundo. Além disso, Arendt destaca que a relação entre o professor e o aluno é um fator determinante para o sucesso do ensino, sendo que a confiança e o diálogo mútuo são imprescindíveis para a construção do conhecimento.

Dentro desse contexto, compreende-se que o papel do professor na educação vai muito além da transmissão de conteúdo que está pronto nos livros didáticos. O professor deve ser um agente transformador, capaz de despertar nos alunos o interesse pelo conhecimento e incentivá-los a desenvolver sua capacidade crítica. A partir da visão de Hannah Arendt, essa transformação só é possível por meio da relação de confiança e diálogo entre professor e aluno, fundamentais para a construção de um ambiente educacional enriquecedor e estimulado ao aprendizado significativo.

Enfim, a crise na educação e a necessidade de uma reforma que incluía a prescrição de práticas de ensino responsáveis, a ênfase no conhecimento prescrito no currículo e uma formação docente muito mais contundente. Devido a isso, o papel do professor na educação é enfatizado como crucial para a formação de indivíduos críticos e autônomos, capazes de agir no mundo e participar ativamente da vida em sociedade. A relação entre professor e aluno é considerada um fator determinante para o sucesso do ensino, e o papel do professor vai além da transmissão de conteúdo, incluindo a promoção do pensamento crítico e reflexivo.

## **5.1 Por que Educamos?**

Hannah Arendt escreveu sobre a temática educação nos anos 1957, em seu ensaio “A Crise na Educação” (FELÍCIO, 2016). A educação é uma das atividades mais importantes e fundamentais para o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a educação é a liberdade que nos leva a busca incessante pelo conhecimento. Desde tempos remotos, a educação tem sido vista como uma ferramenta essencial para a transmissão de conhecimento, valores, habilidades e competências de uma geração para outra geração. Mas, afinal, por que educamos? Em primeiro lugar, a educação permite que as pessoas tenham acesso ao conhecimento e às habilidades e as competências necessárias para enfrentar os desafios da vida nessa sociedade capitalista.

A educação, proporciona o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos indivíduos, capacitando-os a tomar decisões difíceis, resolver problemas e lidar com situações complexas. Segundo Carmelita Felício (2016, p. 973) a “[...] educação cumpre, assim, um importante papel no sentido da conservação de um mundo utilitário onde todos os fins estão destinados a ser de curta duração e são transformados em meios para outros fins. De acordo com Carmelita Felício (2016), o homem artífice avalia todas as coisas não pelo que são em si mesmas, mas pelo que podem se tornar após serem transformadas pelo processo de fabricação. Para ela, a distinção entre "sentido" e "utilidade" não existe, pois tudo é avaliado apenas pela sua utilidade.

No entanto, Hannah Arendt critica essa visão ao afirmar que a vida humana não pode ser reduzida a critérios de utilidade e serventia. Em vez disso, a educação é o único meio de desenvolvimento humano que pode ajudar os recém-chegados a encontrar um sentido para suas vidas e para o mundo em que vivem, para além de sua utilidade imediata (FELÍCIO, 2016). Todo esse processo, acaba mostrando que a “[...] educação acolher de forma adequada os recém-chegados num mundo que lhes antecede, que lhes é estranho, e que, ademais, deve perdurar após sua morte” (FELÍCIO, 2016, p. 972).

Segundo César e Duarte (2010, p. 826):

[...] a relação humana com o mundo, mediada pela educação, também é uma relação privilegiada no sentido de que nunca está dada de antemão, mas tem de ser tecida novamente a cada novo nascimento, no qual vem ao mundo um ser inteiramente novo e distinto de todos os demais. Por isso, a educação não pode jamais ser entendida como algo dado e pronto, acabado, mas tem de ser continuamente repensada em função das transformações do mundo no qual vêm à luz novos seres humanos. Justamente porque o mundo está continuamente sujeito à novidade e à instabilidade provocada pela ação dos recém-chegados, assumir responsabilidade pelo mundo – aquilo que Arendt denominava de *amor mundi* – significa contribuir para que o conjunto de instituições políticas e leis que nos foram legados não seja continuamente transformado ou destruído ao sabor das circunstâncias e dos interesses privados e imediatos de alguns poucos. Quem educa não assume responsabilidade apenas pelo “desenvolvimento da criança”, mas também pela própria “continuidade do mundo”.

César e Duarte (2010) falam da importância da relação entre a educação e a construção da relação humana com o mundo. Nesse sentido, os autores afirmam que essa relação nunca é dada de antemão, mas precisa ser construída a cada novo nascimento, uma vez que cada indivíduo é único e distinto de todos os demais. Por isso, a educação não pode ser vista como algo pronto e acabado, mas deve ser continuamente

repensada em função das transformações do mundo e da chegada de novos recém-chegados a esse mundo em plena sociedade pós-moderna.

Ainda de acordo como César e Duarte (2010) destaca a importância do papel do educador na construção de um mundo melhor, através do *amor mundi*, confiante para que as instituições políticas e leis não sejam transformadas ou destruídas em função dos interesses privados de poucos. Dessa forma, a responsabilidade do educador vai além do desenvolvimento da criança, envolvendo também a continuidade do mundo. Desse modo, os autores destacam a importância da educação na construção da relação humana com o mundo, bem como a responsabilidade do educador em contribuir na formação dos recém-chegados, para que viva em um mundo melhor. Nesse cenário, a educação tem um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados.

Hannah Arendt (2022, p. 271), afirma que:

[...] a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser. Assim, a criança, objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação; é um novo ser humano e é um ser humano em formação. Esse duplo aspecto não é de maneira alguma evidente por si mesmo, e não se aplica às formas de vida animais; corresponde a um duplo relacionamento, o relacionamento com o mundo, de um lado, e com a vida.

Nesse viés, a autora também afirma, que:

[...] a criança partilha o estado de vir a ser com todas as coisas vivas; com respeito à vida e seu desenvolvimento, a criança é um ser humano em processo de formação, do mesmo modo que um gatinho é um gato em processo de formação. Mas a criança só é nova em relação a um mundo que existia antes dela, que continuará após sua morte e no qual transcorrerá sua vida. Se a criança não fosse um recém-chegado nesse mundo humano, porém simplesmente uma criatura viva ainda não concluída, a educação seria apenas uma função da vida e não teria que consistir em nada além da preocupação para com a preservação da vida e do treinamento e na prática do viver que todos os animais assumem em relação a seus filhos (ARENDR, 2022, p. 271-272).

Nesse sentido, Arendt (2022) destaca a importância da educação na sociedade humana, pois a educação é uma atividade fundamental para a renovação constante da sociedade através do nascimento de novos recém-chegados. Dessa forma, Arendt ressalta que a criança é um ser humano em processo de formação e, portanto, possui um

duplo aspecto que não é encontrado nas formas de vida dos animais: o relacionamento com o mundo e o relacionamento com a vida. Nesse cenário, a criança é nova em relação ao mundo humano que existia antes dela e continua a existir após sua morte, mas também é um ser humano em processo de formação em relação à vida.

Nesse campo, a educação, portanto, é mais do que uma simples preocupação com a preservação da vida, mas sim uma atividade que visa formar seres humanos capazes de viver em sociedade e contribuir para a sua renovação constante. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no seu Art. 1º “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 2018, p. 8).

A amplitude do conceito de educação previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que vai além do ambiente escolar e engloba diferentes espaços e contextos sociais onde ocorrem processos formativos. Essa visão da educação como algo que permeia diversas esferas da vida é importante para compreender a sua complexidade e para superar diferentes formas de aprendizado e saberes. Além disso, reconhecer que a educação não se restringe aos espaços escolares, pode contribuir para ampliar as possibilidades de acesso e de democratização do conhecimento, o que é fundamental para o desenvolvimento social e humano do Brasil.

Nesses aspectos, a educação vai muito além das salas de aulas, como determina a LDB - Lei no 9.394/1996. Essa lei nos ensina valores, como respeito, tolerância, justiça e solidariedade, e promove a compreensão e o respeito pela diversidade cultural, social e étnica. Nesse olhar, a “[...] educação em Paulo Freire se fundamenta na relação entre sujeitos pelo diálogo sobre o seu mundo”. Nesse contexto, a educação não se limita apenas às instituições escolares e que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vai além de determinar simplesmente como devem ser os espaços escolares. A educação não deve ser vista como um processo isolado que ocorre apenas dentro da sala de aula. Ela deve ser vista como algo que acontece em diversos contextos e situações, e que tem como objetivo não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver valores e habilidades importantes para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Dickmann e Dickmann (2019, p. 23), pensam que:

[...] a Educação é comunicação entre sujeitos, o que não implica concordância entre os que se comunicam, mas postura crítica. Educar é problematizar, é dialogar em torno da realidade. Por isso, na concepção freiriana, a educação não é o ato do professor transmitindo conhecimento aos seus alunos, mas sim, de produção intersubjetiva deste na relação entre uns e outros. Isso implica dizer que esta percepção se contrapõe à concepção tradicional de educação onde há o professor como sujeito "iluminado" que deve transferir ao objeto aluno para que ele decore e arquive os conhecimentos que o professor acredita ser necessário conhecer. Esse modelo de educação ficou conhecido como "bancário", por se identificar com o ato de depositar.

De acordo com Dickmann e Dickmann (2019), a Educação é um processo de comunicação entre sujeitos, no qual não é necessário haver concordância entre eles, mas sim uma postura crítica. Nessa concepção, educar é problematizar e dialogar sobre a realidade, e a educação não deve ser vista como um ato unidirecional, no qual o professor transmite conhecimento aos alunos, mas sim como uma produção intersubjetiva que surge na relação entre todos os envolvidos no processo educativo.

Nessa visão da educação se contrapõe à concepção tradicional, na qual o professor é visto como o sujeito "iluminado" que deve transferir conhecimento ao aluno para que ele o decore e arquive. Esse modelo de educação é chamado de "bancário", porque se assemelha ao ato de depositar conhecimento no aluno, sem considerar a sua participação ativa no processo de aprendizagem, como é retratado pelos autores. Nesse mesmo cenário, Paulo Freire (2021c) fala que a educação não pode ser oprimida, mas deve ser vista com educação humanística e libertária nessa sociedade atual.

Para Freire (2021c, p. 57), há dois momentos distintos:

[...] primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. Em qualquer destes momentos, será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação. No primeiro momento, por meio da mudança da percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos; no segundo, pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária.

Dessa forma, a perspectiva freiriana de educação valoriza a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, por meio do diálogo crítico e da problematização da realidade. A educação é vista como um processo dinâmico e interativo, no qual todos os envolvidos são sujeitos ativos na produção e na construção do conhecimento. Como

vimos, a educação deve ser baseada em um diálogo constante entre os participantes, permitindo que eles compartilhem suas experiências e aprendam uns com os outros.

De acordo com Dickmann e Dickmann:

[...] Freire, tanto o educador e a educadora como o educando e a educanda se humanizam no processo educativo e, por isso, se relacionam com dignidade de pessoa humana o que impossibilita a relação vertical e o apelo à autoridade. A essa concepção de educação Freire chamou de Libertadora ou Problematicadora e está condensada na sua obra *Pedagogia do Oprimido*. O processo educativo deve ter um caráter crítico, para possibilitar que os educandos e educandas vão, aos poucos, conhecendo e desvelando a realidade e, cada vez mais, se comprometendo com a sua transformação. Assim, tem-se na educação freiriana um educador-educando e um educando-educador; não há quem já sabe tudo, todo ser humano está sempre aprendendo, a educação é permanente. Esse é o primeiro momento ao qual se refere Freire (2019, p. 24).

Nesse viés, Dickmann e Dickmann (2019) falam sobre a educação de acordo com Paulo Freire. Eles dizem que o educador como o educando se humaniza no processo educativo, o que implica em uma relação horizontal e com autonomia de pessoa humana, que não permite a relação vertical e o apelo à autoridade. Nessa concepção freiriana de educação, também chamada de “Libertadora ou Problematicadora”, tem um caráter reflexivos e críticos, permitindo que os professores e alunos possam conhecer e desenvolver a realidade com as habilidades, comprometendo-se cada vez mais com a sua transformação dentro dessa sociedade capitalista. Dickmann e Dickmann (2019, p. 24) o que “[...] não pode ser Educação Libertadora um processo de inversão de posição entre os opressores e opressoras e os oprimidos e oprimidas”.

Segundo eles, ainda falam que:

[...] avanço está em se constituir o processo com seres humanos se libertando, homens e mulheres em constante libertar-se. Uma situação, onde não há nem uns e nem outros. Esse é o segundo momento da educação. Para que o que falamos anteriormente se efetive mesmo que demore, pois é processo, é construção tem uma exigência central: o diálogo. É no diálogo que se tocam a ação e a reflexão humana, é pelo diálogo que os homens e mulheres se libertam. O Diálogo é muito mais do que uma conversa entre duas pessoas, na concepção de Freire, ele se identifica com a práxis, com o pronunciamento do mundo e, portanto, com a sua mudança. Dialogar é o método que o educador e a educadora utilizam para problematizar a situação de seus educandos e educandas mediatizados pelo mundo. Não queremos expor um conceito reducionista da concepção de educação em Paulo Freire, mas em linhas gerais essas são as características principais. Cabe, porém, uma leitura da obra freiriana para compreender e praticar melhor (DICKMANN; DICKMANN, 2019, p. 25).

Nessa perspectiva, a educação é compreendida como um processo contínuo e ininterrupto na sociedade brasileira, no qual nenhum indivíduo é detentor absoluto do conhecimento. Nesse sentido, é essencial que o processo educativo seja construído a partir de uma interação e diálogo constante entre professores e alunos, de maneira horizontal e dialógica, em que ambos aprendem e ensinam mutuamente. Nesse caminho, a educação tem como objetivo incentivar os indivíduos a se engajarem ativamente na sociedade, preparando-os para contribuir positivamente para o mundo em que vivem e para as gerações futuras em uma sociedade capitalista.

Carmelita Felício (2000, p. 47-48), fala que:

[...] o mundo *comum* pode ser visto como o espaço que se abre ao chegarmos a este mundo, quando nascemos e *abandonamos* quando morremos. Transcende, no entender de Arendt, a duração de nossas vidas, porque preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto, portanto, que temos em comum não só com aqueles que partilham conosco a nossa existência, mas também com aqueles que viveram antes de nós e com as gerações que viverão depois de nós. A esfera pública, identificada com o que é comum, é, pois, representativa da pluralidade. Daí a política, para Arendt, ser aquele campo de comunicação e de interação que assegura, no âmbito de uma comunidade, mediante a criatividade da ação, o poder do agir conjunto e resulta da condição humana da pluralidade. [...] Esse mundo comum é uma construção, um “artefato humano”, que depende inteiramente dessa forma específica de sociabilidade que só o espaço público pode instituir. Essa forma de sociabilidade, por sua vez, é regida pela pluralidade humana.

Segundo a autora, o mundo que compartilhamos é algo que vai além do tempo que temos para estar aqui e para quem vai chegar (recém-chegados). Nesse cenário, que se tornar um espaço que já existia antes de nós e que continuará existindo após a nossa partida. Esse mundo é compartilhado não só com aqueles que estão ao nosso lado agora, mas também com aqueles que vieram antes de nós e com os recém-chegados que ainda estão por vir. Devido a isso, a esfera pública, que representa esse espaço comum, é uma expressão da nossa diversidade humana nesta sociedade.

Arendt (2020), revela que a política é um meio de comunicação e interação que nos permite agir em conjunto dentro de uma comunidade, utilizando a nossa criatividade para moldar o futuro das gerações vindouras e refletir criticamente sobre a formação dos sujeitos. Para a autora, o mundo comum que compartilhamos é uma criação nossa, uma construção humana que depende da forma de sociabilidade que só pode ser estabelecida no espaço público. Arendt (2020, p. 221), diz que “[...] humanamente revelada através de

palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada”.

Essa forma de sociabilidade é guiada pela pluralidade humana, que permite a criação de novas perspectivas e ações através do diálogo e da troca de ideias entre indivíduos diversos. Assim, é a partir dessa sociabilidade que podemos moldar e influenciar o mundo comum, tornando-o mais justo e igualitário para as futuras gerações. Nesse olhar, Arendt (2020, p. 221) revela que “[...] nenhuma outra atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação”. Hannah Arendt (2020) fala que é importante notar que existem muitas situações em que o discurso é fundamental e não pode ser substituído por outras formas de comunicação, como na literatura, na filosofia, na política e em muitos outros campos em que as palavras são essenciais para a expressão de ideias e pensamentos para a formação dos sujeitos e os princípios para a educação.

Nesse mesmo caminho, encontramos:

[...] na reflexão de Arendt sobre a singularidade e a faculdade humana da ação alguns princípios valiosos para a educação. Não acreditamos que se possa simplesmente "aplicá-los" nesse âmbito, mas eles certamente possuem uma notável força inspiradora. No que segue, continuamos a nos basear nesses conceitos, mas estabelecemos algumas relações novas e assinalamos alguns aspectos relevantes para a educação que extrapolam a abordagem da autora. Uma possível contribuição de uma educação em favor da capacidade de ação consiste em receber os novos em sua singularidade [...]. É preciso olhar para o modo peculiar de cada criança se posicionar no mundo, o que, no entanto, não quer dizer que o ensino tenha de priorizar o atendimento de necessidades individuais ou promover preponderantemente os talentos específicos de cada aluno. Não se trata tampouco de "centrar" todas as preocupações educacionais nos interesses ou vontades das crianças. Ao contrário, podemos conhecer quem cada um é se temos algo em comum, em relação a que os singulares agem e sobre o que se comunicam (ALMEIDA, 2011, p. 108).

Nessa abordagem, a autora nos passa a ideia de que a reflexão de Arendt sobre a singularidade e a capacidade humana de agir pode ter aplicabilidade na educação, embora não possa ser simplesmente aplicada, mas sim utilizada como uma fonte de inspiração. Nesse viés, a educação pode contribuir para a capacidade de ação dos indivíduos ao inspirar a singularidade de cada um, compreendendo como cada criança se posiciona no mundo, sem necessariamente priorizar as necessidades individuais ou os talentos específicos de cada aluno identificado.

Nessa construção, a educação pode encontrar um ponto em comum entre as crianças e os adolescentes, como um interesse ou uma comunicação compartilhada, para

que possa conhecer quem cada um é e promover a capacidade de agir em conjunto e viver em comunidade, onde há singularidade de cada um, sem priorizar necessidades individuais ou talentos específicos, a educação pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade de agir em conjunto e criar uma comunidade mais harmônica e coesa.

Nessa perspectiva valoriza a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender a realidade em que vivem e transformá-la de forma consciente. Dessa forma, a educação é vista como uma ferramenta fundamental para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos, em especial dos recém-chegados ao mundo, que precisam ser acolhidos e incentivados a desenvolver todo o seu potencial. A educação é um fator determinante para o crescimento e o progresso de uma sociedade, pois proporciona a qualificação da mão de obra e a formação de profissionais qualificados.

Enfim, a educação é um direito humano fundamental e, portanto, deve ser acessível a todos os recém-chegados ao mundo, independentemente de sua origem ou circunstâncias. Além disso, a educação é um meio efetivo de inclusão social e promoção da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Com isso, procuramos através dos autores: Hannah Arendt (2022), Almeida (2011), César e Duarte (2010), Carmelita Felício (2000), Dickmann e Dickmann (2019) e Felício (2016), significa a educação e com isso buscar a resposta para essa indagação: Por que Educamos? Como resultado, educamos para ajudar as pessoas a alcançarem todo o seu potencial e realizarem seus objetivos de vida, formando cidadãos conscientes e engajados, garantindo o progresso econômico e social de uma nação e construindo um mundo mais justo e mais humano. Dessa mesma forma, o ato de educar é investir no futuro, contribuir para uma sociedade mais solidária, igualitária e democrática.

## **5.2 Por que Precisamos de Professores?**

Hannah Arendt é uma pensadora política, como compartilhamos ao longo deste texto, mas é reconhecida na área educacional por seus ensaios escritos no livro “Entre o Passado e o Futuro”. Em um de seus ensaios, “A Crise na Educação”, afirmava que a educação é uma das principais atividades humanas que envolvem a transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra. Em sua obra, Arendt destacava a importância dos professores nesse processo educativo, enfatizando que eles são

fundamentais para a formação do caráter dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais democrática, pautada nos direitos e deveres da população.

Nesse contexto, Arendt (2022, p. 262) destaca a importância da “[...] própria natureza da condição humana o fato de que cada geração se transforma em um mundo antigo, de tal modo que preparar uma nova geração para um mundo novo só pode significar o desejo de arrancar das mãos dos recém-chegados”. Arendt, no seu texto, ressalta que é uma característica inerente à condição humana que cada nova geração se torne um mundo antigo, ou seja, que haja uma descontinuidade entre as gerações. Segundo a mesma autora, isso implica que, para preparar uma nova geração para um mundo novo, é necessário que os mais velhos arranquem das mãos dos recém-chegados o controle e o poder sobre o mundo, de modo a permitir que a nova geração possa moldar e construir sua própria realidade (ARENDR, 2022).

De acordo com a autora citada, para garantir que as gerações futuras possam moldar e construir sua própria realidade, é preciso que as gerações mais velhas tenham garantido que isso aconteceu, retirando o controle e poder sobre o mundo das mãos dos recém-chegados. Isso implica em uma mudança na forma como encaramos a educação básica, que deve ser vista como uma ferramenta para preparar as crianças e adolescentes para o futuro da educação, que deve ser moldado por eles próprios.

Segundo Freitas (2019, p. 131):

[...] Arendt reflete sobre o que estamos fazendo em matéria de educação, apresentando um olhar diferente das práticas educacionais presentes nas escolas. Critica a aproximação da atividade educativa com a atividade política governamental, o que difere da responsabilidade política que o educador deve ter para com as novas gerações. [...] A nova geração possa moldar e construir sua própria realidade em um mundo em constante mudança, é importante que os mais velhos cedam o controle e o poder que possuem, permitindo que os recém-chegados tenham espaço para contribuir com suas ideias e perspectivas. Isso não significa que os mais velhos devem se retirar completamente, mas sim que precisam estar dispostos a ouvir e colaborar com os recém-chegados para que todos possam trabalhar juntos na construção de um futuro melhor.

Nesse viés, a reflexão da pensadora Hannah Arendt sobre a educação e as práticas educacionais presentes nas instituições escolares. Segundo Freitas, Arendt critica a aproximação da atividade educacional com a atividade política governamental, ressaltando a responsabilidade política que o educador deve ter para com as novas gerações. É importante que a nova geração tenha espaço para moldar e construir sua

própria realidade em um mundo em constante mudança. Nesse sentido, os mais velhos devem estar dispostos a ouvir e colaborar com os recém-chegados para que todos possam trabalhar juntos na construção de um futuro melhor.

Logo, Hannah Arendt, trouxe importantes reflexões que têm sido relevantes para a compreensão e prática da educação em vários contextos. Uma dessas reflexões foi sobre a necessidade de se promover uma educação que estimule o pensamento crítico e a pluralidade de perspectivas, em contraposição à mera transmissão de informações e conhecimentos. Segundo Paulo Freire (2021e), uma educação que se preocupa apenas em repassar conteúdos acaba por reforçar a conformidade e a submissão aos valores e normas dominantes, em detrimento da formação de cidadãos autônomos e capazes de questionar e transformar a realidade da sociedade.

Nesse sentido, Arendt (2022) ver a importância de se cultivar a capacidade de pensar e julgar por si próprio, bem como de se valorizar a diversidade e o diálogo como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária, capazes de mudar o mundo e deixar pronto para os recém-chegados. Essa reflexão de Arendt tem sido cada vez mais relevante para a educação, especialmente em um contexto de crescente polarização e intolerância, onde a promoção do pensamento crítico e da empatia se torna ainda mais urgente e necessária.

Nesse campo, Hannah Arendt em seus textos continuam sendo estudados e debatidos em diversos campos da educação básica, contribuindo para uma formação mais ampla e reflexiva dos educadores. Nessa perspectiva, a “[...] formação continuada do professor como instrumento de construção contínua de sua identidade profissional e, fomentar a necessidade das competências e habilidades docente no cenário educacional” (FERREIRA; LOPES; BARBOSA, 2022, p. 32). Ferreira, Lopes e Barbosa (2022, p. 32) ainda dizem que os “[...] educadores são convidados a repensar a sua prática e relação com os educandos em sala de aula”, principalmente, na educação básica. Abaixo, estão algumas das ideias e contextos que são relevantes para a educação básica e que podem ser exploradas a partir dos escritos de Hannah Arendt:

- A importância da educação na formação do indivíduo e na construção da sociedade;

- A relação entre educação e política, e como a educação pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos;
- A crítica à ideia de que a educação deve ser abordada apenas para a formação de trabalhadores e profissionais, e a defesa da educação como um fim em si mesmo;
- A importância do diálogo e do debate na educação, e como essas práticas podem ajudar a desenvolver o pensamento crítico;
- A crítica à ideia de que a educação deve ser abordada apenas para a transmissão de conhecimentos técnicos, e a defesa da educação como um meio para desenvolver a capacidade de pensar de forma autônoma e criativa;
- A importância de valorizar a diversidade e a pluralidade na educação, e de desenvolver a capacidade de conviver com as diferenças;
- A crítica à ideia de que a educação deve ser abordada apenas para o desenvolvimento individual, e a defesa da educação como uma prática social que visa a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Além de Hannah Arendt, muitos autores e professores conceituadíssimos, defendem esses ideais. Assim, ideias e contextos podem ser exploradores de diversas formas na educação básica, por meio de leituras, discussões em sala de aula, trabalhos de pesquisa, entre outras atividades. No seu Art. 1º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), diz que “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Outro documento que traz nos seus princípios fundantes esses ideais para uma educação democrática, inclusiva e libertadora, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De acordo com a BNCC:

[...] a Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais da Educação Básica, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de

ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e [...] de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes. (BRASIL, 2018, p. 25-61).

Nesse contexto, acaba-se destacando a importância da formação docente na promoção de uma educação que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. É crucial que os professores sejam capazes de estimular a reflexão crítica e a análise aprofundada dos conteúdos apresentados aos alunos, especialmente diante da multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Nesse cenário, é essencial que a escola eduque para o uso democrático das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital, para que os alunos sejam capazes de usar as ferramentas digitais de maneira ética e responsável. Devido a isso, a liberdade de expressão e a democracia são valores fundamentais a serem introduzidos na formação humana integral dos alunos, e os professores desempenham um papel fundamental nesse processo. Sobre a formação humana:

[...] é um processo integral. Acontece o tempo inteiro, ao longo de toda a vida e em todos os espaços. É também trajetória social e trilha individual, em que valores, linhas de pensamento e formas de organização social se fundem com as escolhas, preferências e habilidades de cada um. A defesa da Educação Integral pressupõe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe também a existência de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais (WEFFORT; ANDRADE; COSTA, 2019, p. 16).

Nota-se que a importância da formação humana como um processo integral, que ocorre durante toda a vida e em todos os espaços. Isso implica em compreender a formação docente como um processo contínuo e dinâmico, que deve estar em sintonia com a formação humana, abrangendo todas as dimensões do desenvolvimento humano. A formação docente, portanto, é crucial porque precisamos formar professores que possam atuar de forma competente e comprometida com a educação integral dos estudantes, desejando o desenvolvimento integral de cada um deles. Todo esse processo, requer um projeto coletivo, compartilhado por todos os envolvidos no processo

educativo, incluindo estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades em torno das instituições escolares. Somente assim, podemos garantir uma educação que promova o pleno desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões.

Nesse sentido surge a seguinte pergunta: Por que Precisamos de Professores? Em primeiro lugar, é importante destacar que os professores desempenham um papel fundamental na formação dos educandos na educação básica brasileira. Eles são responsáveis por transmitir conhecimentos, habilidades e valores que são essenciais para a vida em sociedade. Além disso, os educadores são capazes de estimular o pensamento crítico, reflexivos, a criatividade e a curiosidade nos educandos, incentivando-os a buscar novas formas de aprendizado e desenvolvimento da formação humana. A formação humana é um processo complexo e multifacetado que envolve diversos aspectos do desenvolvimento humano, como cognição, emoção, socialização e ética. Para que esse processo seja conduzido de maneira adequada, é fundamental contar com uma formação docente de qualidade, capaz de preparar os professores para estimular o pensamento crítico, reflexivo e a criatividade nos educandos.

Desse modo, reconhecer que os professores e gestores escolares têm um papel fundamental na promoção da formação humana, já que são eles que têm contato direto com os alunos e são atendidos por transmitir conhecimentos e valores que irão influenciar sua formação como indivíduos. Dessa forma, é necessário que a formação docente seja pautada em uma perspectiva crítica e reflexiva, que permita aos profissionais da educação compreenderem a complexidade do processo educativo e suas instruções na formação humana na sociedade contemporânea. A partir desse caminho, a formação docente deve capacitar os educadores para incentivar a curiosidade e o desejo de aprender dos educandos e educandas, estimulando-os a buscar novas formas de conhecimento e desenvolvimento pessoal. Com isso, os professores podem contribuir para formar indivíduos mais críticos, reflexivos e conscientes, capazes de lidar com as demandas da vida em sociedade de maneira mais efetiva e responsável.

Segundo Weffort, Andrade e Costa (2019, p. 16), falam que:

[...] é fundamental para que gestores e educadores possam definir critérios e objetivos formativos comuns, acompanhar as aprendizagens de todos e todas de forma coordenada e construir espaços de formação nas escolas que apoiem os profissionais no alcance dos objetivos definidos. Se consideramos que currículo, formação continuada, avaliação e monitoramento são os pilares de uma política educacional integrada e sustentável, a BNCC é – em potencial – um disparador

para a construção curricular como política de Educação Integral, já que ela apresenta em seu texto introdutório esta concepção. No entanto, para efetivamente articular esta proposta aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento enquanto conteúdos previstos nos campos de experiência, nas unidades temáticas e nos objetos das áreas do conhecimento e componentes curriculares, é imprescindível instalar um processo de discussão e formação continuada que garanta a ampliação das referências e alinhamento entre os profissionais das redes. Mais ainda: construir a pertinência do currículo em cada município e estado depende da contextualização curricular a partir das características de cada território educativo, reconhecendo especificidades, identidades e contextos de vida e de aprendizagem dos estudantes.

De acordo com Weffort, Andrade e Costa (2019) é crucial que os gestores e educadores estabeleçam critérios e objetivos formativos em comum, acompanhem como aprendizagens de forma coordenada e construam espaços de formação nas escolas para apoiar os profissionais na entrega dos objetivos definidos. A BNCC pode ser um disparador para a construção curricular como política de Educação Integral, uma vez que apresenta essa concepção em seu texto introdutório e está baseada nos pilares de currículo, formação continuada, avaliação e monitoramento.

Entretanto, é necessário estabelecer um processo de encaminhamento e formação continuada para alinhar as referências entre os profissionais das redes e contextualizar o currículo a partir das características de cada território educacional, reconhecendo as especificidades estratégicas. Em segundo lugar, os professores são importantes agentes de transformação social. Eles podem ajudar a construir uma sociedade mais democrática, solidária e inclusiva, ensinando aos alunos e alunas a importância da igualdade, da liberdade e do respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, ao promover o diálogo e o debate em sala de aula, os professores podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados em questões políticas e sociais.

Todo esse processo, os professores são capazes de identificar as necessidades e dificuldades dos alunos, oferecendo-lhes o apoio necessário para superar obstáculos e alcançar seus objetivos educacionais. Nesse viés, os educadores são capazes de personalizar o ensino de acordo com as necessidades de cada educando, proporcionando uma educação mais inclusiva e adequada às particularidades de cada um. Nesse caminho, os professores são responsáveis por transmitir não apenas conhecimentos técnicos, mas também valores éticos e morais. Eles podem ajudar a formar indivíduos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem-estar coletivo. Ao ensinar

valores como a solidariedade, a empatia e a tolerância, os professores podem contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e solidária.

Nota-se que, os professores são capazes de despertar o interesse e a curiosidade nos alunos, incentivando-os a buscar novas formas de aprendizado e desenvolvimento. Eles podem ser inspiradores e modelos para os alunos, encorajando-os a buscar seus sonhos e objetivos e a acreditar em si mesmos. É sabido, que é importante destacar que os professores são essenciais para a formação de uma sociedade mais capacitada e preparada para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Eles são responsáveis por transmitir conhecimentos e habilidades que são essenciais para o desenvolvimento humano e para a construção de um futuro mais promissor e sustentável.

### **5.2.1 Desafios Enfrentados pelos Professores**

Na contemporaneidade, os professores enfrentam uma série de desafios no exercício de sua profissão. Desde o planejamento de aulas até a avaliação do desempenho dos alunos. De acordo com o quadro, os educadores precisam lidar com um conjunto de problemas que podem afetar significativamente a qualidade do ensino. Além disso, a falta de recursos e a falta de apoio da parte das autoridades educacionais são outros obstáculos que os professores enfrentam. Neste subcapítulo, vamos explorar alguns dos principais desafios enfrentados pelos professores e discutir como eles podem ser superados para garantir um ensino de qualidade ao alunado.

Depois dessas reflexões, a formação docente é uma área importante em que essa crise pode ser observada, já que os docentes são responsáveis por orientar os educandos através do mundo preestabelecido, garantindo assim a continuidade com a chegada dos novos recém-nascidos. Portanto, é essencial que os professores estejam bem-preparados e capazes de enfrentar os desafios que a educação apresenta. Nesse sentido, é necessário investir em políticas públicas que incentivem uma formação de qualidade para os professores, visando melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, preparar os alunos para enfrentar os desafios da sociedade pós-moderna.

Devido a esse contexto, o aprimoramento da educação é influenciado por diversos fatores, entre eles, a qualificação dos professores é um dos aspectos mais relevantes. Essa realidade é ainda mais evidente na atualidade, onde as mudanças sociais e

tecnológicas se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Nessa perspectiva, torna-se crucial que os docentes recebam formação de qualidade, de modo a estarem preparados para enfrentar os desafios e demandas de um mundo em constante transformação em uma sociedade capitalista e cheia de regras. É preciso, portanto, investir em políticas públicas que incentivem a melhoria da formação dos professores da Educação Básica, com o intuito de garantir um ensino de excelência que contribua para uma formação integral para os recém-chegados ao mundo novo.

Nesse cenário, a Educação Básica de qualidade é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, mas para que esse direito seja efetivamente cumprido, é necessário investir em políticas públicas que incentivem a melhoria da formação docente. Afinal, são os professores que têm a responsabilidade de proporcionar um ensino de excelência que contribua para uma formação integral dos estudantes. Nessa perspectiva, é fundamental que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica sejam seguidas e que os docentes recebam uma formação adequada e atualizada, que lhes permita desenvolver habilidades e competências necessárias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo. Somente assim será possível garantir uma Educação Básica de qualidade para todos os brasileiros na contemporaneidade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais:

[...] a Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. Nesta publicação, estão reunidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. A necessidade da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais surgiu da constatação de que as várias modificações – como o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade – deixaram as anteriores defasadas (BRASIL, 2013, p. 4).

De acordo com essas mudanças:

[...] ampliaram consideravelmente os direitos à educação das nossas crianças e adolescentes e [...] de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida. Diante dessa nova realidade e em busca de

subsídios para a formulação de Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação promoveu uma série de estudos, debates e audiências públicas, com a anuência e participação das entidades representativas dos dirigentes estaduais e municipais, professores e demais profissionais da educação, instituições de formação de professores, mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores da área. As Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, reunidas nesta publicação, são resultado desse amplo debate e buscam prover os sistemas educativos em seus vários níveis (municipal, estadual e federal) de instrumentos para que crianças, adolescentes, jovens e adultos que ainda não tiveram a oportunidade, possam se desenvolver plenamente, recebendo uma formação de qualidade correspondente à sua idade e nível de aprendizagem, respeitando suas diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas (BRASIL, 2013, p. 4).

Constatou-se que a importância da Educação Básica de qualidade como um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é fundamental. No entanto, é importante ressaltar que atualmente vivemos em uma crise na educação, e a formação docente faz parte dessa crise educacional. Isso torna ainda mais necessário o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) que orientem a organização, articulação, o desenvolvimento das bases comuns, que visem a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

Nesse processo, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica foram atualizadas para acompanhar as modificações recentes, como o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade como foi apontado acima. Isso amplia os direitos à educação dos recém-chegados ao mundo como nos lembra Hannah Arendt, além de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida.

Essas diretrizes buscam garantir o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade, autonomia e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças sociais, que são fundamentais para a vida em sociedade. Nesse sentido, é fundamental contar com a participação das entidades representativas dos dirigentes estaduais e municipais, professores, demais profissionais da educação, instituições de formação de professores, mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores da área, promovendo um amplo debate e estudo sobre a educação no país. Nesse caminho, não se deve deixar o verdadeiro sintoma da crise na educação:

[...] indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida

obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. Devido a seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governava as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam sua plausibilidade (ARENDDT, 2022, p. 264).

No mundo atual, é evidente que a crise na educação vai além do ambiente escolar e está presente em áreas da vida cotidiana, como a criação dos filhos. A autoridade sempre foi vista como algo naturalmente necessário para guiar os recém-chegados neste mundo preestabelecido. No entanto, essa forma de autoridade está se tornando cada vez menos eficaz e segura, perdendo a plausibilidade que uma vez teve. Esta crise na formação docente e autoridade está fazendo com que as antigas metáforas e modelos autoritários percam sua relevância, forçando uma reavaliação da maneira como as relações de poder são exercidas em nossa sociedade.

Segundo Almeida (2011, p. 20), a crise:

[...] está relacionada às características básicas da sociedade moderna. Entre elas está o fato de as atividades especificamente humanas - que concernem às relações entre as pessoas, às formas de convivência terem perdido importância, cedendo lugar a critérios utilitaristas e à preocupação exagerada satisfação de necessidades reais ou inventadas. Os pressupostos do mundo moderno têm seus efeitos também na pedagogia e nas práticas educacionais, de modo que a crise mais ampla ganha expressão específica neste âmbito. As questões e os problemas assim provocados, porém, não dizem respeito apenas aos pais e educadores, mas, em princípio, são da preocupação de todos, devido ao lugar fundamental que a educação ocupa no mundo. É por meio da educação que cada comunidade introduz as novas gerações em seu modo específico de existência.

Almeida (2011) aponta que a crise atual está relacionada com as características básicas da sociedade moderna, onde a importância das relações interpessoais e da convivência foi perdida em favor de critérios utilitaristas e da satisfação de necessidades reais ou inventadas. Essa crise se manifesta na pedagogia e nas práticas educacionais da Educação Básica, onde a formação de professores e a busca por soluções para os problemas educacionais são cruciais. É importante destacar que a educação tem um

papel fundamental na introdução das novas gerações em seu modo específico de existência, e, portanto, é uma preocupação principalmente de todos os educadores.

Partindo desses princípios, os educadores são responsáveis por transmitir conhecimentos, habilidades e valores que ajudarão os alunos a se tornarem cidadãos responsáveis e bem-sucedidos. No entanto, os professores enfrentam muitos desafios em sua profissão. Eles muitas vezes lidam com turmas grandes, alunos com necessidades especiais, falta de recursos e pressão por resultados. Mesmo assim, precisamos de professores comprometidos, que tenham paixão pela educação e que estejam dispostos a enfrentar esses desafios impostos pela profissão. No quadro abaixo segue alguns Desafios Enfrentados pelos Professores das Escolas Públicas Brasileiras:

**Quadro 05 - Desafios Enfrentados pelos Professores**

<b>DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo salário e falta de incentivos financeiros;</li> <li>• Falta de recursos e materiais didáticos adequados;</li> <li>• Falta de infraestrutura adequada nas escolas;</li> <li>• Grande quantidade de alunos por sala de aula, o que dificulta a atenção individualizada;</li> <li>• Violência e indisciplina nas escolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparo e capacitação para lidar com alunos com necessidades especiais;</li> <li>• Falta de tempo para planejamento das aulas e para aperfeiçoamento profissional;</li> <li>• Pressão para cumprimento de metas e resultados;</li> <li>• Falta de reconhecimento e valorização profissional;</li> <li>• Falta de apoio dos pais e responsáveis.</li> </ul>

**Fonte:** Do próprio autor referenciado no material de estudo.

No quadro acima, pode-se ver alguns desafios enfrentados pela educação brasileira, que envolve vários atores da sociedade, inclusive os professores. Afinal, é uma das principais razões pelas quais precisamos de professores é porque eles são os principais responsáveis por educar nossas crianças, adolescentes e jovens. Eles são capacitados para ensinar uma ampla gama de assuntos e habilidades, desde matemática e ciências até história e artes. Sem eles, nossos jovens tiveram dificuldades em adquirir o conhecimento necessário para ter sucesso na vivência em comunidade.

Nota-se que os professores são capazes de oferecer uma educação personalizada aos alunos, atendendo às necessidades individuais e fornecendo apoio onde for necessário. Nessa caminhada, os educadores têm a capacidade de avaliar o nível de compreensão de cada educando e educanda e adaptar a forma como o conteúdo é apresentado para garantir que todos possam aprender. Nesse olhar, os professores também atuam como mentores e modelos para os alunos, ajudando-os a desenvolver valores e habilidades importantes, como responsabilidade, respeito, comunicação e trabalho em equipe. Só os professores podem influenciar positivamente a vida dos alunos e ajudá-los a se tornarem membros produtivos e bem-sucedidos da sociedade.

Dickmann (2010, p. 17) diz que a “[...] concepção de ser humano e de mundo, por Paulo Freire, possibilita o entendimento da relação dos seres humanos com o mundo e sua reflexão-ação (práxis) como processo pedagógico de ensino e de aprendizagem. Nesse viés, é mencionada pelo autor acima, que a concepção de Paulo Freire sobre a relação entre ser humano e mundo, e como essa visão pode ser aplicada na prática pedagógica. Segundo Dickmann (2010), a reflexão-ação, ou práxis, é um processo pedagógico que envolve tanto o ensino quanto a aprendizagem, e que pode levar a uma compreensão mais profunda do mundo e das relações humanas.

Essa abordagem valoriza a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem e estimula a reflexão crítica sobre a realidade em que vivemos. Ao considerar o conhecimento como algo construído coletivamente, essa concepção de educação pode contribuir para uma formação mais completa e integrada dos alunos. Nesse requisito, o papel fundamental dos professores na formação dos alunos e na sua preparação para serem membros ativos dentro e fora da sua própria comunidade. Essa afirmação ressalta a importância da figura do professor, não só como transmissor de conhecimentos, mas como um orientador e exemplo para os alunos. O sucesso dos alunos não depende apenas do seu próprio esforço, mas também da qualidade do ensino que recebem e da relação que estabelecem com seus professores.

Devido a isso, os professores têm um papel fundamental na formação da próxima geração de líderes, investigadores e inovadores. Isso se deve à sua capacidade de inspirar os alunos a buscar o aprendizado e a descoberta, o que pode levar a descobertas importantes e inovações que impactam o mundo. Sem os professores, o desenvolvimento humano seria limitado e o futuro da sociedade seria incerto. Nesse caminho, os

professores são necessários para moldar o futuro da sociedade, pois são capazes de educar, orientar, mediar e inspirar a próxima geração. Sem eles, o desenvolvimento humano seria limitado e a sociedade seria confrontada com a mistura.

A educação personalizada fornecida pelos professores é crucial para ajudar os alunos a desenvolver habilidades e valores importantes, capacitando-os a contribuir para a sociedade e a superar as restrições impostas pelas classes dominantes e pela falta de representação política. Hannah Arendt (2012) explora a relação entre a sociedade de classes dominada pela burguesia e as massas que emergiram do seu colapso. Ela destaca que as massas e o ralé, um subproduto da produção capitalista, têm em comum apenas uma característica: ambos estão fora de qualquer ramificação social e representação política normal. Isso destaca a importância de fornecer educação personalizada e orientação aos alunos para que possam desenvolver habilidades e valores importantes. Os professores são os principais responsáveis por essa tarefa.

Segundo Arendt (2012, p. 442), fala que:

[...] a sociedade de classes dominada pela burguesia e as massas que emergiram do seu colapso não é a mesma entre a burguesia e a ralé, que era um subproduto da produção capitalista. As massas têm em comum com a ralé apenas uma característica, ou seja, ambas estão fora de qualquer ramificação social e representação política normal. As massas não herdaram, como o faz a ralé, os padrões e atitudes da classe dominante, mas refletem, e de certo modo pervertem, os padrões e atitudes de todas as classes em relação aos negócios públicos. Os padrões do homem da massa são determinados não apenas pela classe específica à qual antes pertenceu, mas acima de tudo por influências e convicções gerais que são tácita e silenciosamente compartilhadas por todas as classes da sociedade.

Na era da pós-modernidade, as semelhanças entre as massas e a ralé, afirmando que ambos estão excluídos do sistema político e social convencional, o segundo destaca a importância da educação como uma ferramenta para capacitar as pessoas a se tornarem cidadãos ativos e responsáveis em suas comunidades. Enquanto as massas refletem e distorcem as normas e atitudes das classes sociais em relação aos negócios públicos, a educação oferece uma oportunidade para que os indivíduos possam adquirir habilidades, conhecimentos e valores que os ajudem a participar de forma mais eficaz e responsável nas questões públicas em uma sociedade capitalista. As restrições daqueles que não têm acesso à educação ou daqueles que veem a importância da educação para a emancipação e empoderamento desses indivíduos.

Percebe-se que ao educar um indivíduo, estamos capacitando-o com as habilidades e conhecimentos necessários para fazer escolhas controladas e tomar decisões com base em fatos e evidências. Isso é essencial em uma sociedade democrática, onde cada indivíduo tem o direito e a responsabilidade de contribuir para o bem comum. Além disso, a educação também desempenha um papel fundamental na formação da personalidade do indivíduo, em sua identidade e valores pessoais. Através da educação, os jovens aprendem a pensar criticamente, a resolver problemas, a trabalhar em equipa e a tomar decisões éticas.

Essas habilidades e valores são essenciais para o sucesso em todas as áreas da vida, desde a carreira até as relações pessoais. Também é importante destacar que a educação pode ajudar a reduzir a desigualdade social e econômica. Através da educação, as pessoas podem adquirir as competências, habilidades e conhecimentos necessários para ingressar no mercado de trabalho e alcançar uma vida melhor. Isso é particularmente importante em países em desenvolvimento, onde a educação pode ser a chave para escapar da pobreza e da exclusão social. Enfim, notou-se que ao educar o educando é uma responsabilidade compartilhada por todos nós - família, escola e sociedade em geral. Nesse olhar, evidenciou-se que cada um de nós tem um papel a desempenhar na educação das gerações futuras, para que possam enfrentar os desafios do mundo de hoje e construir um futuro melhor para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste texto, que propõe um estudo sobre o tema “Formação Humana e Constituição da Docência: A Crise na Educação e o cotidiano Escolar à luz das reflexões de Hannah Arendt”, notou-se a importância de compreender o processo de formação humana e o papel essencial do ensino na educação básica e na transformação dos horizontes das novas gerações. No entanto, a tendência recente de oferecer cursos de formação de professores abreviados trouxe consequências negativas para a educação. Para abordar essas questões, recorra-se à pensadora alemã Hannah Arendt, que oferece uma perspectiva moderna sobre a educação e a formação humana.

Evidentemente, Arendt acredita que a educação é o processo de desenvolvimento da personalidade, consciência, conhecimentos, habilidades e valores, o que lhes permite agir de forma autônoma e responsável em sua vida. Diante disso, evidenciam-se as visões de Arendt sobre o ensino, o que inclui a criação de um espaço de diálogo e reflexão para desenvolver o pensamento crítico. Arendt acredita que o objetivo da educação e do ensino é preparar os indivíduos para uma vida significativa e uma participação ativa nos espaços públicos, o que leva à liberdade, autoridade e autonomia.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender como o pensamento de Hannah Arendt influencia a formação humana, a autoridade, liberdade e autonomia do educador e, como estes são abordados na prática educacional.

Dessa forma, a resposta ao problema da presente pesquisa foi encontrada através da metodologia qualitativa, em que se utilizou a técnica da revisão bibliográfica. Nesses aspectos, foram selecionados livros, artigos, teses e dissertações, entre os principais autores e professores pesquisados estão: Hannah Arendt (2020, 2022), Almeida (2011), Benvenuti (2010), Carvalho (2014, 2017), Cavalheiro (2014), Carmelita Felício (2016), César e Duarte (2010), Costa (2019), Dickmann e Dickmann (2019), Paulo Freire (2021, 1999), Silva (2021), Sílvia Gallo (2013, 1993) e Schütz (2016, 2017, 2020).

Devido a isso, a educação básica é essencial para a formação humana e, segundo Hannah Arendt, deve ser vista como um processo de desenvolvimento pessoal e social que visa preparar os indivíduos para uma participação ativa na sociedade. Para alcançar esse objetivo, é necessário promover o papel do ensino na criação de um espaço de diálogo e reflexão que promova o pensamento crítico e a autonomia. Portanto, é

importante que a formação de professores seja ampla e crítica, a fim de garantir uma docência comprometida com a educação e a formação.

Na segunda parte deste trabalho, procurou-se analisar os conceitos de formação humana e docência na perspectiva de Hannah Arendt. Para isso, foi realizada uma investigação sistemática dos escritos da autora a fim de compreender sua concepção de formação ampla e crítica. A partir dessa análise, destacou-se a importância da formação ampla e crítica para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade em que vivem. Arendt enxergou a crise na educação como um problema grave que afetava não somente os espaços escolares, mas toda a sociedade contemporânea.

Evidenciou-se que as instituições escolares passaram a ser vistas como espaços fundamentais para a formação de crianças e adolescentes que serão os pensadores do amanhã. Propôs-se, portanto, mudanças para que a educação cumpra seu papel de destaque dentro e fora da própria comunidade. Dessa forma, era necessário investir mais na área educacional, incentivar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais, promover o diálogo entre os diferentes atores envolvidos e buscar soluções criativas e inovadoras para os desafios educacionais.

Nesse contexto, nota-se que para superar a crise na educação, é preciso que os governantes votem leis mais contundentes que regulamentam a educação básica do país, garantindo assim o acesso à educação de qualidade para todos e construindo uma sociedade mais democrática, igualitária e desenvolvida. Dessa forma, é necessário promover uma educação crítica e cidadã, que prepare os estudantes para participar ativamente da sociedade política, compreendendo seus direitos e deveres e confiantes na construção de uma sociedade mais dinâmica, igualitária e democrática.

Para tanto, integrar conteúdos políticos, culturais e sociais ao currículo escolar e de incentivo à prática educacional que estimulem a reflexão crítica e o diálogo sobre questões políticas, culturais e sociais relevantes se tornam tolerantes. Assim, pode-se notar que a crise na educação é um fenômeno complexo que envolve diversos fatores inter-relacionados. No entanto, superá-la é possível mediante um investimento significativo na área educacional e na valorização dos profissionais da educação básica.

A construção de uma sociedade igualitária, desenvolvida e democrática exigia uma educação crítica e cidadã, que preparasse os estudantes para participar ativamente da sociedade política e contribuir para sua transformação. Tudo isso pode acontecer se

houver promoção do diálogo sobre questões políticas, culturais e sociais relevantes e integração de conteúdos políticos, culturais e sociais ao currículo escolar, que são passos fundamentais para atingir esse objetivo.

Na terceira parte desta pesquisa, notou-se que as pessoas são livres e autônomas, têm seus direitos e deveres equivalentes, o que exige respeito mútuo entre indivíduos. Nessa perspectiva, nota-se que a vinculação da liberdade e autonomia à educação é crucial para formar os educandos e educandas capazes de mudar o mundo e a realidade em que vivem. Sendo assim, é importante destacar que a educação é fundamental para o desenvolvimento humano e social, permitindo o acesso ao conhecimento e à cultura e fomentando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade na contemporaneidade.

Entenda-se que a crise na educação é um ponto de partida para o problema político educacional contemporâneo da sociedade atual. Espera-se que a formação, a liberdade e a autonomia se tornem independentes da autoridade quando se torna uma crença errônea da sociedade. Nesse sentido, a autoridade não deve ser vista como uma relação hierárquica de poder, mas como uma relação dialógica baseada na confiança, no respeito mútuo e no engajamento dos docentes e discentes.

Nessa perspectiva, é necessário que haja investimentos na formação dos professores, bem como o reconhecimento da importância desses profissionais para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, a autonomia docente está diretamente relacionada a outras questões que tangem a educação, como a gestão escolar, a política educacional e o financiamento público. É permitido que se invista em Educação Básica e em Educação Pública de qualidade, para que todos tenham acesso a uma formação adequada, que lhes permite exercer sua liberdade e autonomia de maneira plena.

Nessas reflexões finais, a constituição da docência envolve diversas dimensões, desde as políticas públicas até as características pessoais e profissionais dos pais. O amor pelo conhecimento, a empatia, a paciência, a capacidade de adaptação, a criatividade e a habilidade de comunicação são algumas das características essenciais para o sucesso na profissão. O professor deve estar sempre atualizado e disposto a aprender, tanto para aprimorar sua prática pedagógica quanto para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais que transformam a educação.

Nesse olhar, é papel dos professores e professoras lutar por seus direitos e buscar a valorização de sua atuação como agentes transformadores da sociedade brasileira. Sendo assim, é necessário que a sociedade como um todo reconheça a importância da educação para o desenvolvimento humano e social, e se engaje em promover mudanças no sistema educacional. Somente assim será possível formar cidadãos críticos, capazes de pensar e agir de forma autônoma e livre, e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e igualitária.

Na quarta etapa da presente pesquisa, evidenciou-se o papel do educador e da educadora na educação básica e quanto são essenciais para a formação de recém-chegados que serão críticos e autônomos, capazes de agir no mundo e participar ativamente da vida pública e privada na sociedade na pós-modernidade. Além disso, a educação é um direito humano fundamental e deve ser acessível a todos, independentemente de sua origem ou circunstâncias. Nota-se que a liberdade docente está diretamente relacionada à formação dos educandos e educandas críticos e conscientes, e deve ser observada pela lei e respeitada pelas instituições de ensino. Nesse sentido, a crise na educação pode estar relacionada com a decadência da autoridade e a dominação burocrática dentro das escolas públicas brasileiras.

Para enfrentar esses desafios, é necessário repensar a prática pedagógica e a relação entre professores e alunos em sala de aula, especialmente na Educação Básica. É preciso valorizar a educação como um fim em si mesmo e não apenas como uma ferramenta para a formação humana, onde as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos se tornam profissionais capazes de mudar o mundo. A partir dos escritos de Hannah Arendt, podemos explorar a importância do diálogo e do debate na educação, bem como a defesa da Educação Básica como um meio para desenvolver a capacidade de pensar de forma autônoma e criativa na sociedade capitalista.

Hannah Arendt, em seu ensaio "A Crise na Educação", aponta a necessidade de uma educação que promova a liberdade e a responsabilidade, capaz de formar indivíduos críticos e autônomos. Para ela, a educação deve ser pensada para o mundo, a fim de que os educandos e educandas possam compreender as questões políticas, sociais e culturais de sua época e atuar de forma consciente e comprometida na vida pública. Nessa perspectiva, é fundamental, portanto, que a Educação Básica proporcione aos

alunos e alunos a oportunidade de refletir sobre as questões que os vivenciaram e de construir seus próprios entendimentos sobre o mundo.

Identificou-se que os professores e professoras têm o poder de despertar o interesse e a curiosidade dos recém-chegados e dos adolescentes, incentivando-os a buscar novas formas de aprendizado e desenvolvimento. Nesse sentido, os educadores e educadoras podem ser inspiradores e modelos para os educandos e educandas, encorajando-os a buscar seus sonhos e objetivos e acreditar em si mesmos. Com isso, os professores e professoras contribuíram para a formação de uma sociedade mais capacitada e preparada para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, transmitindo conhecimentos e habilidades que são essenciais para o desenvolvimento humano e para a construção de um futuro mais promissor e sustentável.

Enfim, diante das reflexões acima realizadas ao longo deste trabalho, fica evidente que a crise na educação é um problema complexo que envolve diversas questões, dentre eles, a relação entre educação e política, a formação e autoridade docente, a liberdade e autonomia dos professores e professoras, bem como os desafios enfrentados por estes profissionais no cotidiano escolar. Contudo, é preciso destacar que, apesar das dificuldades, a Educação Básica é um campo crucial para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, e que a figura dos professores e professoras são essenciais nesse processo. Assim, é fundamental que sejam criadas políticas públicas que valorizem a formação e a valorização dos docentes, a fim de que eles possam desempenhar seu papel de maneira plena e satisfatória.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. S. **Amor mundi e educação**: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, Brasil, 2009.
- ALMEIDA, V. S. **Educação em Hannah Arendt**: Entre o Mundo deserto e o amor ao mundo. – São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 2011.
- ARENDT, Hannah, 1906-1975. **Entre o Passado e o Futuro**. [Textos: José de Carvalho e Celso Lafer; Tradução: Mauro W. Barbosa; revisão da tradução: Adriano Correia Silva]. 9. Edição renovada. São Paulo, SP, Brasil: Editora Perspectiva, 2022.
- ARENDT, Hannah, 1906-1975. **A condição humana**. [Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e Adriano Correia. 13. Edição revisada. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Editora Forense Universitária, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF, Brasil, 2018, p. 600.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 62. Edição. Brasília, DF, Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília, DF, Brasil: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BENVENUTI, E. **Educação e Política em Hannah Arendt**: um sentido político para a separação. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2010.
- CARVALHO, J. S. F. **Educação, uma herança sem testamento**: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. 1. Edição. São Paulo, SP, Brasil. Editora Perspectiva: FAPESP, 2017.
- CARVALHO, J. S. F. Política e educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões. **Revista de Ciência da Educação**: Educação e Sociedade. Campinas, SP, Brasil: v. 35, nº. 128, p. 629-982, jul.-set., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014122568>. Acesso em 19/03/2023.
- CAVALHEIRO, J. C. **A Autoridade na Educação sob a Perspectiva Arendtiana**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Educação nas Ciências, Ijuí, RS, Brasil, 2014.

CÉSAR, M. R. A; DUARTE, A. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, SP, Brasil: v. 36, n. 3, p. 7-27, set./dec. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300012>. Acesso em: 28 setembro de 2022.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, Interdependência e Políticas Sociais no Brasil. In: **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. [Organizador: Roberto Rocha Coelho Pires]. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Ipea, 2019.

DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. **Primeiras palavras em Paulo Freire**. 3. Edição. Chapecó, SC, Brasil: Editora Livrologia, 2019.

DICKMANN, Ivo. **Contribuições do Pensamento Pedagógico de Paulo Freire para a Educação Socioambiental a partir da obra Pedagogia da Autonomia**. Dissertação: [Mestrado em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação]: Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2010.

EUZÉBIOS FILHO, A.; GUZZO, R. S. L. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Revista Psicologia e Sociedade**: Recife, PE, Brasil: v. 21, p. 35-44, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100005>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

FELÍCIO, C. B. F. Hannah Arendt e a crise na educação: "O Que Nos Faz Pensar?" **Educativa | Revista do PPGE/PUC-Goiás**: Goiânia, GO, Brasil: v. 19, n. 1, p. 967-982, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v19i3.5461>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

FELÍCIO, C. B. F. **Direitos Humanos ou o direito a ter direitos?** - Um diálogo com o pensamento político de Hannah Arendt. Dissertação [Mestrado em Filosofia – Programa de Pós-graduação em Filosofia]: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia: Goiânia, GO, Brasil, 2000.

FERREIRA, J.S; LOPES, G. C. D; BARBOSA, E. S. A construção da identidade do professor: uma reflexão a partir do pensamento de Paulo Freire. **Revista The FIEP Bulletin**: Foz do Iguaçu, PR, Brasil: v. 92, n. 1, p. 30-39, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16887/92a2.04>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa In: **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. [Organizador: Thiago Mazucato]: -- 1 Edição. Penápolis, RJ, Brasil: Editora FUNEPE, 2018.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Política e Educação**. 7. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido**. 80. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021c.

FREIRE, Paulo 1921-1997. **Pedagogia da Solidariedade**. 4. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021d.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 30. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021e.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Direitos Humanos e Educação Libertadora: Gestão Democrática da Educação Pública na Cidade de São Paulo**. 3. Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 2021f.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Paz e Terra, 1999.

FREITAS, M. **Hannah Arendt: A crise na educação como crise da Modernidade**. (Tese: Trabalho Financiado: CAPES). – Programa de Pós-graduação em Educação pelo Centro de Educação e Ciências Humanas pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): São Carlos, SP, Brasil, 2019.

GALLO, Sílvio. **Autoridade e a construção da liberdade: o paradigma anarquista em educação**. – Tese [Doutorado em Educação]: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP: Campinas, SP, Brasil, 1993.

GARCIA, M. M. A; HYPOLITO, Á. M; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Revista Educação e Pesquisa** da FEUSP. São Paulo, SP, Brasil: v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100004>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Edição. São Paulo, SP, Brasil: Editora Atlas 2003.

MUNSBURG, J. A. S; SILVA, D. R. Q. Constituição docente: formação, identidade e professoralidade. **XIV SIE - Seminário Internacional de Educação** - Universidade Feevale (FEEVALE). Novo Hamburgo, RS, Brasil. v. 3, 2014. Disponível em: [www.feevale.br](http://www.feevale.br). Acesso em 20 de janeiro de 2023.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Edição: Novo Hamburgo, RS, Brasil: Editora FEEVALE, 2013.

ROCHA, M. S. M, *et al.* A educação no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, Brasil: Editora do MEC 2006.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**: Rio de Janeiro, RJ, Brasil: v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300002>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

SCHÜTZ, J. A. **Educação escolar e infância**: os discursos pedagógicos contemporâneos à luz das reflexões de Hannah Arendt. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Educação nas Ciências. Ijuí, RS, Brasil, 2020.

SCHÜTZ, J. A. **Educação e cidadania**: reflexões à luz de Hannah Arendt. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Educação nas Ciências, Ijuí, RS, Brasil, 2016.

SCHÜTZ, J. A. Autonomia e mundo infantil: Reflexões à luz de Hannah Arendt. **Revista Cadernos da FUCAMP**. Monte Carmelo, MG, Brasil, v.16, n.26, p.87-107, 2017. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/>. Acesso em 26/03/2023.

SEVERINO, A. J, 1941. **Metodologia do trabalho científico**. 1. Edição. São Paulo, SP, Brasil: Editora Cortez, 2013.

SILVA, A. M. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª edição Revisada. Fortaleza, CE, Brasil: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EDUECE, 2015.

SILVA, M. S. S, 1982. **A relação entre educação e política a partir de Hannah Arendt**: uma reflexão acerca do fenômeno "Escola Sem Partido". [Tese] Programa de Pós-graduação em Educação [Doutorado em Educação]. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil, 2021.

WEFFORT, H. F; ANDRADE, J. P; COSTA, N. G. **Currículo e educação integral na prática**: uma referência para estados e municípios. 1. Edição. São Paulo, SP, Brasil: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.